

ANTONIETA MIGUEL

179

**VIDA MATERIAL E COTIDIANO:
A IMPERIAL VILA DA VICTÓRIA NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em História à Comissão Julgadora da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Cândido da Costa Silva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Salvador, 2000

1884.

Imperial Villa da Victoria

Juros da Provedoria
Inventario.

D. Lydia Rosa Mendes. Inventariante
D. Affonso Carlos Rosa Mendes. Inventariante

Escritor
D. Theodoroff

Acto de abertura.

Acto de Abertura do
Novo Livro Juros Christaos
semel ante referido acta e
quatro avos anteriores de mes
de Junho de dito anno, nella
Imperial Villa da Victoria
em esse Cartorio autographo
teu, que as diante se seguiu
de que livro este acta. Em
Piaui Juri de Christaos em
nosso Provedoria de



UNEB - DEP. IV - JAC

ANTONIETA MIGUEL

**VIDA MATERIAL E COTIDIANO:
A IMPERIAL VILA DA VICTÓRIA NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX**



Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em História à Comissão Julgadora da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Cândido da Costa Silva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

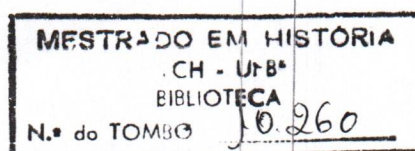
Salvador, 2000

ANTONIETA MIGUEL

VIDA MATERIAL E COTIDIANO:
A IMPERIAL VILA DA VICTÓRIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Salvador, 2000



À minha mãe, D. Ana, mulher guerreira e forte em
um mundo dominado por homens.

Aos meus irmãos, Marcelo, Fernando e Ricardo,
olhares sensíveis e solidários.

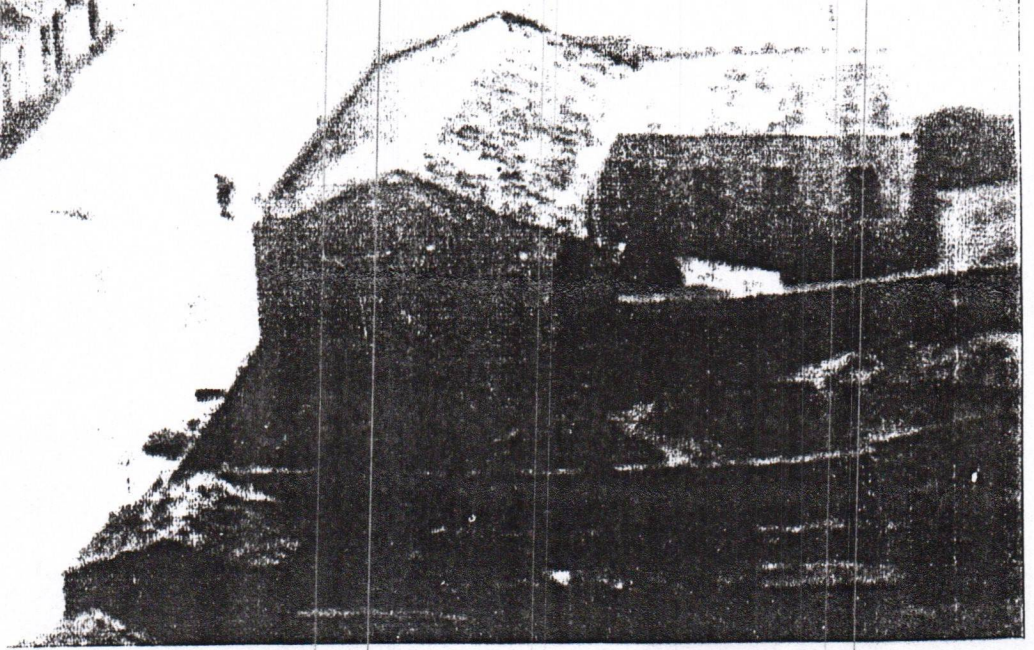
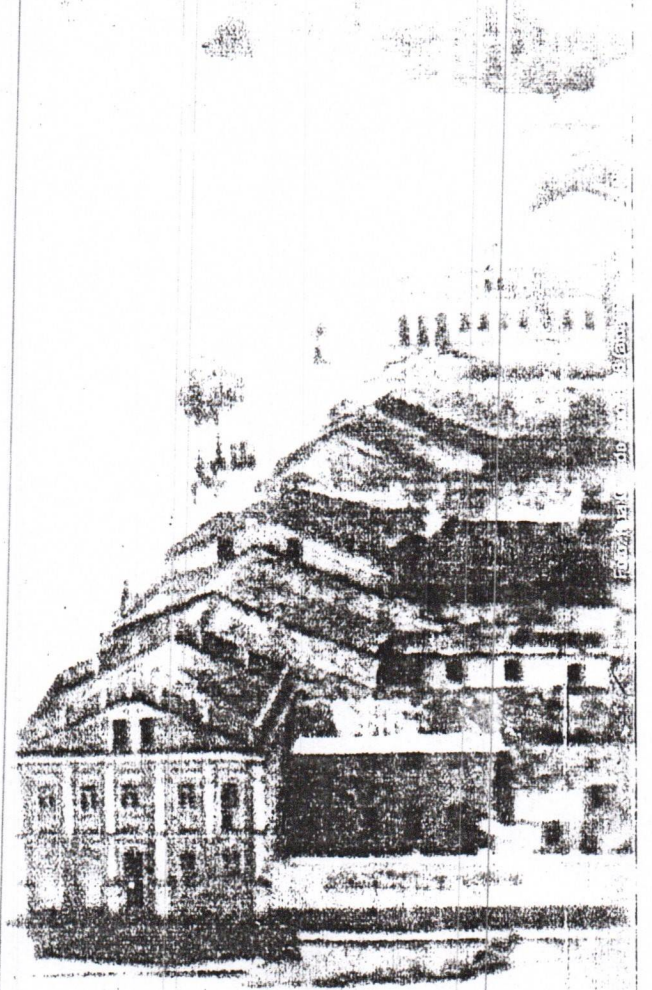
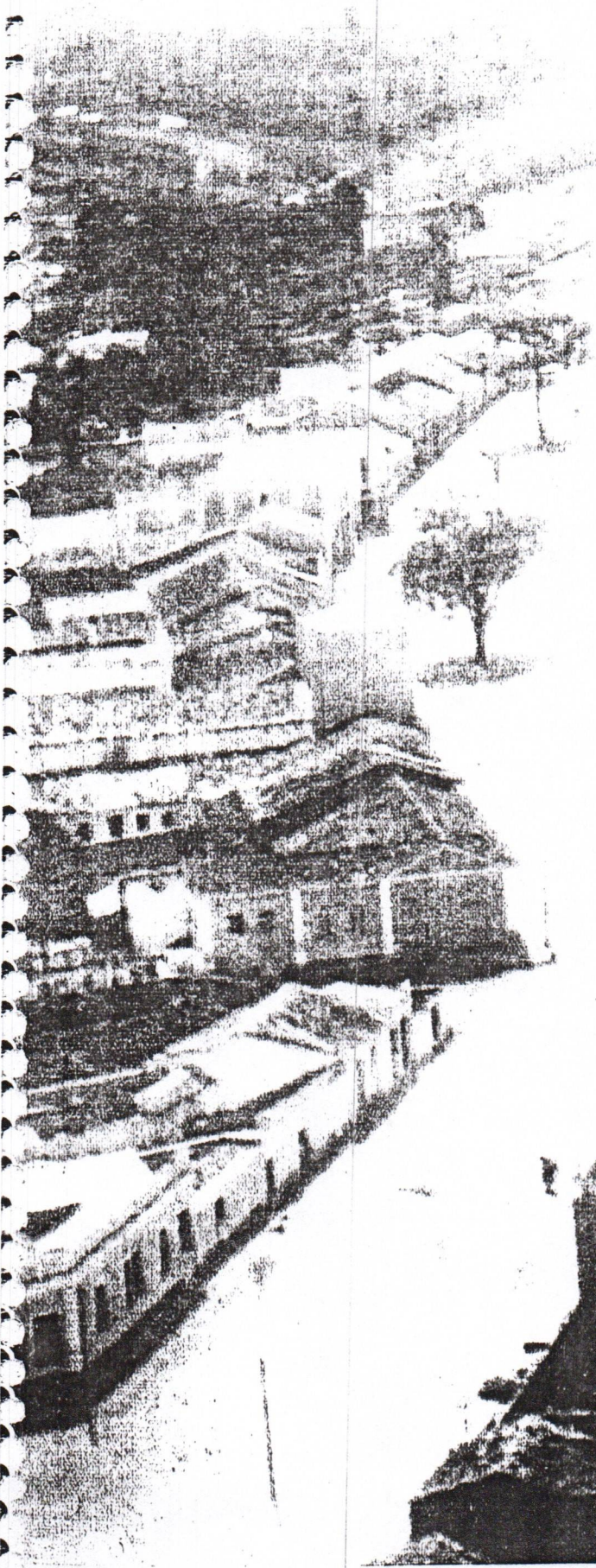
À minha afilhada, Janaína, esperança de raios de sol
nos corações.

Odoiya!!

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela janela balaustrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoava água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal; os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe.

A cidade se embebe como esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Ítalo Calvino, As cidades invisíveis.



Rua Grande, antiga Praça da Matriz
Ano: 1936

ANTONIETA MIGUEL

VIDA MATERIAL E COTIDIANO:
A IMPERIAL VILA DA VICTÓRIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____
Cândido da Costa Silva

Examinador _____
Erivaldo Fagundes neves

Examinador _____
Marcos de Arruda Câmara Paraguaçu

Salvador, de de 2000.

ABREVIATURAS

AMRC - Arquivo Municipal de Rio de Contas

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

APM - Arquivo Público Mineiro

AFJM - Arquivo do fórum João Mangabeira

BPEB - Biblioteca Pública do Estado da Bahia

ATT - Arquivo da Torre do Tombo

AGRADECIMENTOS

Em uma das dissertações lidas para realização deste trabalho encontrei o seguinte desabafo: Ninguém escapa ileso da pós-graduação. O exercício de criar o novo deixa marcas, fazendo-nos diferentes. Possivelmente para sempre.

Talvez esta afirmação não encontre eco em algumas pessoas, mas para mim soou como um repicar de sinos poeticamente anunciando o tempo. O ato da criação, e aí não importa o que se gera, um novo ser, uma obra de arte ou uma dissertação, pressupõe um constante repensar (se).

Cada ficha preenchida, cada dado catalogado, cada pensamento, cada linha escrita representa um olhar sob novos contornos do ser mulher, do ser historiadora, do ser. Esta sensação me conduziu a experimentar mais a vida, por isso a tecitura desta dissertação não contou apenas com fios intelectuais. O fio da amizade, o fio da paixão, o fio da emoção, o fio da solidariedade urdiram o mesmo tecido e me fizeram alterar rotas em minha vida . Possivelmente para sempre.

Nesta labuta recebi imprescindível ajuda, sem a qual o caminho seria difícil e solitário.

Em Conquista, começo por minha família, responsável por minha formação. A Dona Ana, Marcelo, Fernando e Ricardo, agradeço o incondicional apoio e, em especial, a este último, resto de tacho, primeiro leitor de meu trabalho, pelas palavras de incentivo.

A Lelei, companheiro de longos anos e amigo eterno, pela compreensão, pela generosidade, apoio material e emocional. Continuo aprendendo com você.

As amigas Neide, Mari, Silvinha e Meiriva, às trocas silenciosas que aconchegaram nos momentos difíceis e ultrapassam os limites geográficos.

As amigas Isnara e Cida, pelas pistas deixadas no caminho.

A Ruy Medeiros, pela inspiração.

Ao me abrigar, a Baía de Todos os Santos abençoou-me com encontros inesperados e encantadores.

A Márcia, fiel morro branco, a Euri, festa do mar e a Tina, chuva de sertão, companheiras inestimáveis, pelos momentos de poesia, de alegria, solidariedade. Mesmo trilhando caminhos diferentes, fios indelévels, sob o compasso do berimbau, nos unem.

A José Augusto e Carlos Eduardo, pelo privilégio de conhecê-los além dos limites acadêmicos.

A João (Johnny), pelo incentivo e amizade compartilhada.

A Kátia, pelas trocas piscianas.

A Lilian e Yuri, pela paciência com minhas agonias de mestrandia, e pelos ensinamentos que o compartilhar o mesmo teto e cotidiano, com tudo o que isto significa, pode oferecer.

A Luci, pelo presente da vida e as lições do caminhar.

A Joélia, pelo “pensar junto” nos momentos de angústia, pela esperança do sonho e a certeza de que tudo é tão pequeno diante da vida.

A Paulinho, pela amizade e conselhos valiosos.

Aos amigos Mário, Orlando e Jair, cavaleiros do reggae, pelos momentos de alegria e prazer, fôlego fundamental na jornada. Cada um a seu jeito, acordes em meu coração.

Alguns professores marcaram minha trajetória e, mesmo sem saberem, me inspiraram em meu trabalho. A Albertina Vasconcelos, a Ilmar Rohloff e a Cândido da

Costa Silva. A primeira pelo estímulo desde a graduação e pela posterior amizade. Ao segundo, primeiro leitor de meu então projeto, pela paixão em ser professor e a certeza de que o conhecimento só tem sentido se compartilhado. E ao terceiro, que me deu a honra de ser sua orientanda, agradeço a realização deste trabalho, a maneira com que me conduziu pelas trilhas da pesquisa, sempre respeitando meus limites e meu ritmo, permitindo que eu refletisse sobre cada passo e aprendesse com eles e por ter sido um contraponto à frieza acadêmica. Meu débito será sempre incalculável.

Aos funcionários do Fórum João Mangabeira, Jane e Dora, do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Público do Estado da Bahia, D. Maura, Ricardo, Alisson e Luciana, do Arquivo Municipal de Rio de Contas, Maura e Dilma, da Biblioteca do Estado da Bahia, da Fundação Clemente Mariani, Yonan, Graça, Neide e Renato, do CEAS, Ceres, e do Instituto Histórico e Geográfico. Personagens anônimos na produção acadêmica deste país.

Em particular, as funcionárias e amigas, Dininha e Claudinha, do Museu Regional de Vitória da Conquista, pelo cuidado.

A doce Marina, patrimônio da UFBA e dos mestrados, funcionária da Biblioteca do mestrado. Sua gentileza e preocupação nunca serão esquecidos.

As funcionárias do mestrado, Ana Afro e Ariane, pela recepção e ajuda.

A mestranda Graziela agradeço as cópias de documentos sobre a Imperial Vila da Vitória gentilmente cedidas.

Aos auxiliares de pesquisa que dividiram comigo uma parte da dissertação. A César Ribeiro, Sandra Regina Barbosa da Silva, Lucineide Santos Vieira Joélia da Hora Brito e Fernando Antonio Miguel, muito obrigada.

Aos professores Erivaldo F. Neves e Marcos Paraguaçu, pela contribuição intelectual, livros emprestados, sugestões, pelo prazer da companhia e das tardes de discussões animadas.

Aos professores do mestrado, especialmente a Bira, por acreditar em nossa turma.

Aos meus alunos que me instigam à pesquisa.

A todos, sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – Sertão da Ressaca: território de conflito.....	20
Culturas diferentes, espaço comum	
O mito do fundador	
Desterritorializar e territorializar: a ação do conquistador	
CAPÍTULO II – O que existe para além do Recôncavo?: relação sertões- litoral.....	45
O sertão visto pelo sertão	
A vila	
Quem abastecia quem? E de quê?	
Nem todos os caminhos levam ao porto	
Sou boiadeiro, eu vendo a boiada/ a boiada é mineira que vem da chapada	
O ir e vir de mercadorias	
A produção no sertão da Ressaca	
Fusos e rodas: o fiar e o ralar	
O doce e fulgurante sertão: rapadura e cachaça	
CAPÍTULO III – O viver de todos os dias na Imperial Vila da Vitória.....	87
O morar dos primeiros habitantes	
Poupar para sempre ter	
Catres, caixas, bancos e mesas: o trivial.	
Garfo e faca, prato e copo: mesa posta para todos?.	
CAPÍTULO IV – Os Caminhos do consumo:	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138

APÊNDICE.....	141
Ficha coleta de dados dos inventários	
ANEXO.....	147
Inventário	
Código de Postura – 1842	
Nota de mercearia	
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174
Documentos	
Livros, Teses, Artigos	



BAHIA

REGIÃO DE JEQUIÉ

RIO DE CONTAS

BOA NOVA

POÇÕES

ENCOSTA DO PLANALTO

VITÓRIA DA CONQUISTA

PASTORIL DE ITAPETINGA

RIO PARDO

RIO PARDO

INTRODUÇÃO

As pesquisas no Brasil relacionadas aos objetos materiais ainda estão em fase bastante inicial. Apesar de bons trabalhos existentes, a historiografia brasileira só agora começa a explorar a cultura material como uma fonte possível e reveladora da sociedade. Vale ressaltar que alguns estudos do início deste século se dedicaram à vida material,¹ entretanto, um deles se destaca pela maneira competente com que utilizou suas fontes de pesquisa.

Vida e morte do bandeirante, de Alcântara Machado, publicado em 1929 trata da vida cotidiana dos bandeirantes paulistas em Piratininga, “a organização da família, vida íntima, economia e cultura dos povoadores e seus descendentes”² no século XVII. Através da análise de objetos como baixelas, jóias, mobiliário, vestimentas e outros tantos, encontrados nos inventários e testamentos, penetra na dinâmica do povoado bandeirante. Consegue perceber com muita nitidez os costumes e valores dos sertanistas do Planalto Paulista. Uma obra rara e que, cada vez mais, está sendo utilizada como referência em trabalhos recentes que tratam do cotidiano.³

Outro estudo merecedor de menção, apesar de não específico sobre cultura material, *Uma comunidade rural do Brasil antigo*,⁴ de Lycurgo Santos Filho, conta a história da família Canguçu por quatro gerações, buscando reconstituir a vida na fa-

¹ Ver Eduardo Frieiro. *Feijão, angu e couve*. C.E.M., 1966: Câmara Cascudo. *História da alimentação no Brasil*. Edusp.1982.

² MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Edusp, 1980.

³ Ver os trabalhos na coletânea *História da vida privada no Brasil*, de Lauro de Mello e Souza *Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*, e de Leila Mezan Algrantí, *Famílias e vida doméstica*. Cia da Letras, 1997.

⁴ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. Rio de Janeiro: E.L.N., s/d.

zenda do Brejo do Campo Seco, em seus aspectos social, econômico e histórico no Município de Bom Jesus dos Meiras.⁵

As fontes documentais usadas pelo autor, pertencem ao arquivo particular da família. Através delas o autor “descreve a terra e a gente, a atividade econômica e o social, de forma a permitir ao curioso, o conhecimento da própria intimidade da vida numa comunidade rural do Brasil de antanho.”⁶

O autor discute a vida material em vários momentos do livro, quando consegue ultrapassar a mera descrição dos objetos e introduzir-se na vida cotidiana dos moradores do Campo Seco, seus hábitos e costumes: louças, talheres, mobiliário, “informando” o modo de comer, de dormir, de vestir.

Entre os trabalhos atuais que têm a vida material como objeto central, ou se utilizam de elementos concernentes a este estudo para se aproximarem com maior riqueza do cotidiano, alguns se projetam no cenário historiográfico. A coleção *História da vida privada no Brasil*, em seu primeiro volume, *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*,⁷ no capítulo *Família e vida doméstica*, Mezan Algranti analisa as condições específicas que se estabeleceram na colônia portuguesa e que imprimiram práticas e costumes cada vez mais distantes dos modelos constituídos na Metrópole. A longa distância do Reino tornava o abastecimento na colônia extremamente precário. Tudo faltava nas vilas e povoados e muitas vezes se recorria ao gentil para o aprendizado de técnicas de sobrevivência. Estas adversidades “levaram a transfor-

⁵ Esta vila fazia limite com a Imperial Vila da Vitória e também era especializada na criação de gado. Atual Brumado.

⁶ SANTOS FILHO. op.cit. p.2.

⁷ SOUZA, Laura de Mello e (ORG) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Cia das Letras, 1997.

mações” no modo de viver “no que se refere a constituição das famílias como os padrões de moradia, alimentação e hábitos domésticos.”⁸

Ao longo de sua exposição, a autora discute as dificuldades em se reconstruir a vida doméstica no interior dos domicílios diante da escassez de registros sobre a intimidade das famílias e a convivência de seus membros. A raridade deste tipo de fonte particular torna as fontes disponíveis (inventários, testamentos, escritos de cronistas, devassas, entre outros) essenciais para quem pretende trabalhar com temas correlatos, pois através destes documentos é possível, “entrar nestes domicílios e buscar fragmentos da intimidade dos indivíduos e da vida doméstica propriamente dita, muitas vezes impressos em resquícios da vida material e dos costumes domésticos, tecendo assim algumas relações entre o domicílio e os indivíduos que ele abriga.”⁹

O volume seguinte, *Império: a corte e a modernidade nacional*, mantém a proposta inicial e oferece importante contribuição para o conhecimento de aspectos da intimidade, dos costumes, dos hábitos na vida pública e privada no Império.

Pesquisas específicas sobre cultura material estão sendo desenvolvidas, entretanto, pelo Museu Paulista, em colaboração com a Universidade de São Paulo. O periódico *Anais do museu paulista: história e cultura material* desde 1995 se dedica a publicação e a pesquisa de estudos sobre vida material. Vários são os artigos que discutem assuntos relacionados ao tema, sempre primando pelo debate acadêmico.

⁸ ALGRANTI, op. cit. p.90.

⁹ Idem, p. 120.

De maneira geral, os estudos sobre vida material que a revista publicou, até o momento,¹⁰ apresentam uma linha de análise que considera o objeto material, além dos seus aspectos funcionais, também como elemento simbólico de uma sociedade. Seu estudo possibilita penetrar no universo social das pessoas e entender “o fenômeno complexo da apropriação social de segmentos da natureza física”.¹¹

Neste trabalho, os objetos materiais serviram de ponto de partida para se discutir a produção e o consumo de bens no sertão baiano, mais especificamente na Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX.

A escolha deste tema nasce da necessidade de conhecer o viver dos habitantes que formaram o pequeno arraial da Conquista. A descrição dos objetos nos inventários remetia à minha mente imagens relacionadas ao uso destes. Assim, um bacio de pé de cama surgia em minha mente em determinado ambiente e percorria a casa em mãos de um escravo para ser depositado em lugar nem sempre apropriado, provavelmente no rio Verruga, ao fundo. E como aqueles bens chegaram até ali? Os caminhos que percorreram enfrentando adversidades que, com certeza, tornavam-se menores diante da necessidade de consumi-los.

Foi preciso, inicialmente, conhecer melhor o que eu propunha realizar. Braudel me acompanha nas primeiras viagens, outros personagens se incorporam à caminhada e vão oferecendo possibilidades de direções a seguir. Alcântara Machado, Lycurgo Santos, mas ainda se mantém difuso o que desejo. Saiu das quatro paredes que cercam minha área e enveredo por caminhos outros que me ofereçam ângulos di-

¹⁰ A revista já lançou 3 volumes sobre o tema.

¹¹ MENESES, op. cit. p.12.

ferentes de observação: geografia, arquitetura, antropologia, auxiliares imprescindíveis em minha labuta.

Alguns conceitos vão se formando. Território, eis o que procurava! No entanto, uma roupagem contemporânea que despojasse um arcabouço teórico que o prendia apenas a aspectos físicos, foi importante ser feita. Acrescido de elementos que me permitiam vislumbrar o subjetivo implícito na implantação e construção de determinado espaço, seu uso facilitava perceber o processo de instalação de projetos diferenciados de sociedades e como uma teia de relações se forma dando a lógica dominante.

Outro conceito importante, o de cultura material. A discussão girava em torno de serem os objetos apenas funcionais ou apenas simbólicos. Eu me questionava, por que não as duas coisas? Encontrei resposta em uma revista da USP, *Cultura material e museu*.¹² A idéia defendida neste periódico considerava o objeto como vetor de relações sociais, capaz de conter mais que características utilitárias, de carregar representações, opções e, principalmente, diferenciações sociais. Consumo e comportamento e mudança de comportamento. Questões complexas que apenas introduzirei em meu estudo.

Para montar este quebra-cabeça faltava ainda algumas peças que me informassem sobre os caminhos das mercadorias e nesta linha cheguei a relação sertão – litoral. Comecei a argüir-me: de que sertão se fala nas fontes bibliográficas? Seria um local distante, quase inexistente, como em Kátia Mattoso? Ou um mundo auto-suficiente e privilegiado, em uma visão ufanista, como de Eurico Boaventura? Talvez um pouco de cada.

As fontes foram rastreadas conforme eu desenhava a sociedade conquistense oitocentista. Para explorar os inventários, principal fonte neste trabalho, montei ficha específica¹³, na qual, reclassifiquei os bens ali declarados em categorias que me ajudassem a responder meus questionamentos. Os dados catalogados em documentos de outra ordem, oficiais, como Falas e Mensagens de Presidente de Província, correspondências mantidas entre a Imperial Vila da Vitória e outras vilas e províncias, dossiês, relatórios e jornais, os anúncios dos bens que encontrava nos inventários, concorreram para que eu pudesse ampliar a visão sobre uma Conquista ainda desconhecida por mim.

Espero que este trabalho contribua para abrir de vez a cancela que insiste em separar sertão e litoral.

Caso o leitor prossiga em sua leitura, no Capítulo I discutirei a disputa entre brancos e tribos indígenas, existentes no local, pelo controle espacial do Sertão da Ressaca, que resultou na desterritorialização dos últimos e a formação do que chamei território da pecuária.

Para o Capítulo II, continuo abordando a consolidação deste território, analisando o principal dispositivo territorial usado para redimensionar o espaço: estradas e caminhos. Vias de transporte e comunicação, proporcionavam as trocas necessárias com outras localidades, integrando sertão e litoral e exercendo o domínio sobre o uso da Natureza pelos homens.

No Capítulo III, aproximo mais da intimidade das pessoas e busco conhecer melhor a distribuição da riqueza e como ela se manifestava no cotidiano da Imperial

¹² Anais do Museu Paulista Nova Série. São Paulo: USP, 1993/4/5. vol. 1,2 e 3.

¹³ Cf. Apêndice.

Vila da Vitória. Invado as casas dos moradores para desvendar um pouco o viver em diferentes condições sociais.

Finalmente, através das notas de mercearia e de anúncios de jornais, discuto como o consumo de algumas pessoas na vila foi se alterando, muito em função da idéia de civilizar que o Império procurou difundir para consolidar sua proposta de uma monarquia escravista.

CAPÍTULO I

**“Ouvi de um velho cantador
Sentado na praça da Bandeira
Que vela a tumba dos heróis
Falou do tempo da conquista
Da terra do invasor
Qui em inumanas investidas
Venceram os índios mongoiós
Valentes mongoiós”**

Elomar Figueira

SERTÃO DA RESSACA: TERRITÓRIO¹⁴ DO CONFLITO

Culturas diferentes, espaço comum

Mongoió, Botocudo e Pataxó: uma difícil convivência

Ao passar pelas terras do *Sertão de Ressaca*¹⁵, em 1818, o príncipe austriaco Maximiliano Wied Neuwied entra em contato com as três tribos indígenas que habitavam a região: Mongoió, Botocudo e Pataxó. O regente austriaco faz uma descrição detalhada destes habitantes quanto ao seu tipo físico, sua maneira de viver, seus costumes, estabelecendo, dentro destes aspectos, inclusive, as diferenças que para o viajante europeu existiam.

“Estes selvagens”, escreve vivamente o príncipe referindo-se aos Pataxó, “não têm nenhuma aparência extraordinária, não são nem pintados nem desfigurados; alguns são baixos, a maioria é de estatura meã, um tanto delgados, de caras largas e ossudas, e feições grosseiras”¹⁶.

Os botocudo “são fortes, em regra largos de peito e espaduados, mas sempre bem proporcionados; mãos e pés delicados, (...) o nariz é forte, quase sempre direito,

¹⁴ Território aqui é entendido como sendo “a expressão de uma força social que singulariza o espaço e o torna um palco de apropriação de determinados grupos ou indivíduos” ZORZO, Francisco A. *As práticas de territorialização e a formação de uma rede no Brasil: doze cidades conectadas pela ferrovia do Sul do recôncavo e Sudoeste da Bahia. 1870 – 1930*. Departament de Composició Arquitectonica, Universitat Politècnica de Catalunya. Tesi de doutorado, 1998. Este conceito rompe com a idéia tradicional de território como simples redução ao espaço físico ou formação institucional.

¹⁵ Para o pesquisador Ruy H.^a Medeiros este termo tem origem na designação popular para a geografia local e significa “funda baía de mato baixo circundada por serra.” – Cf. SOUZA, M.A.S. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Dissertação apresentada ao Mestrado em História – UFMG, 1998. Em seus relatos o príncipe Maximiliano Wied Neuwied refere que “Ressaca é uma pequena localidade em que três famílias de homens de cor cultivam um terreno situado numa pequena elevação, pouco inclinada e rodeada de carrascos”. WIED NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. P.403.

¹⁶ WIED NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p.214.

levemente arqueado, curto, de narinas mais ou menos dilatadas (...) a cor dos Botocudos é um bruno avermelhado, ora mais claro, ora mais escuro; há entre eles indivíduos quase perfeitamente brancos, e até de faces coradas (...) perfuram as orelhas e os lábios inferiores introduzindo no orifício um pedaço cilíndrico de pau...”¹⁷

Para os Mongoió economiza mais palavras, “são bem talhados, de estatura média, robustos; têm ombros largos e bem pronunciados (...) reconhecem-se de longe porque até os homens deixam cair ao longo das costas os seus cabelos compridos (...)”¹⁸

Ainda que se considere o olhar eurocêntrico do príncipe, em que o outro assume formas estranhas, e por vezes exóticas, parece inegável que sua descrição, apenas salientando os caracteres fisionômicos, estabelece diferenças importantes entre as tribos indígenas. O continuar da leitura de sua minuciosa exposição permite identificar com maior pormenor esta distinção. Mongoió, Pataxó e Botocudo, apesar de ocuparem um espaço comum¹⁹, mantinham diversidades físicas, de organização e de costumes que, independente da interferência dos europeus, produziam um convívio muitas vezes demarcado por conflitos, que foram muito bem aproveitados pelos conquistadores brancos no processo de povoamento e consolidação de seu território.²⁰

A ocupação geográfica do *Sertão de Ressaca* por estas tribos indígenas ocorre em parte devido a atuação colonizadora no litoral Sul da província que promoveu

¹⁷ Ibid. p.285-6.

¹⁸ Ibid. p.431.

¹⁹ O espaço que estabeleço como comum neste caso se refere às terras entre o rio de Contas e os limites com a Província de Minas Gerais.

²⁰ Para uma discussão sobre a categoria “índio” e o seu uso como forma de homogeneizar as várias tribos compactando artificialmente suas diferenças e definindo sua identidade em oposição ao civiliza-

o deslocamento das tribos de Mongoió e Botocudo para uma área que oferecesse melhores condições de auto preservação, tanto para o seu sustento como para a sua defesa.²¹

Para a professora Paraíso, o *Sertão de Ressaca* fazia parte da chamada “zona tampão”, área que se forma como estratégia, durante o século XVIII, por parte do Estado Colonial, de manter a região mineradora do norte de Minas Gerais sob um cordão de isolamento que, se não impedisse, pelo menos dificultasse o seu acesso e a circulação de preciosidades sem o controle do fisco. Também a exploração das matas estava controlada por leis e decretos reais,²² sendo apenas permitido retirar madeiras para o fabrico de embarcações.²³ Estas circunstâncias favoreceram o refúgio dos diversos grupos indígenas nesta área provocando uma rearticulação territorial em que a disputa sobre o espaço físico acentuou os atritos entre estes grupos.

A presença do elemento branco com a intenção de ocupar o espaço inexplorado, ao final do dezessete e início do dezoito, recrudescer estes atritos, agora, no entanto, com uma desvantagem técnica dos habitantes primeiros que resultou na dizimação física e cultural de grupos inteiros de indígenas.

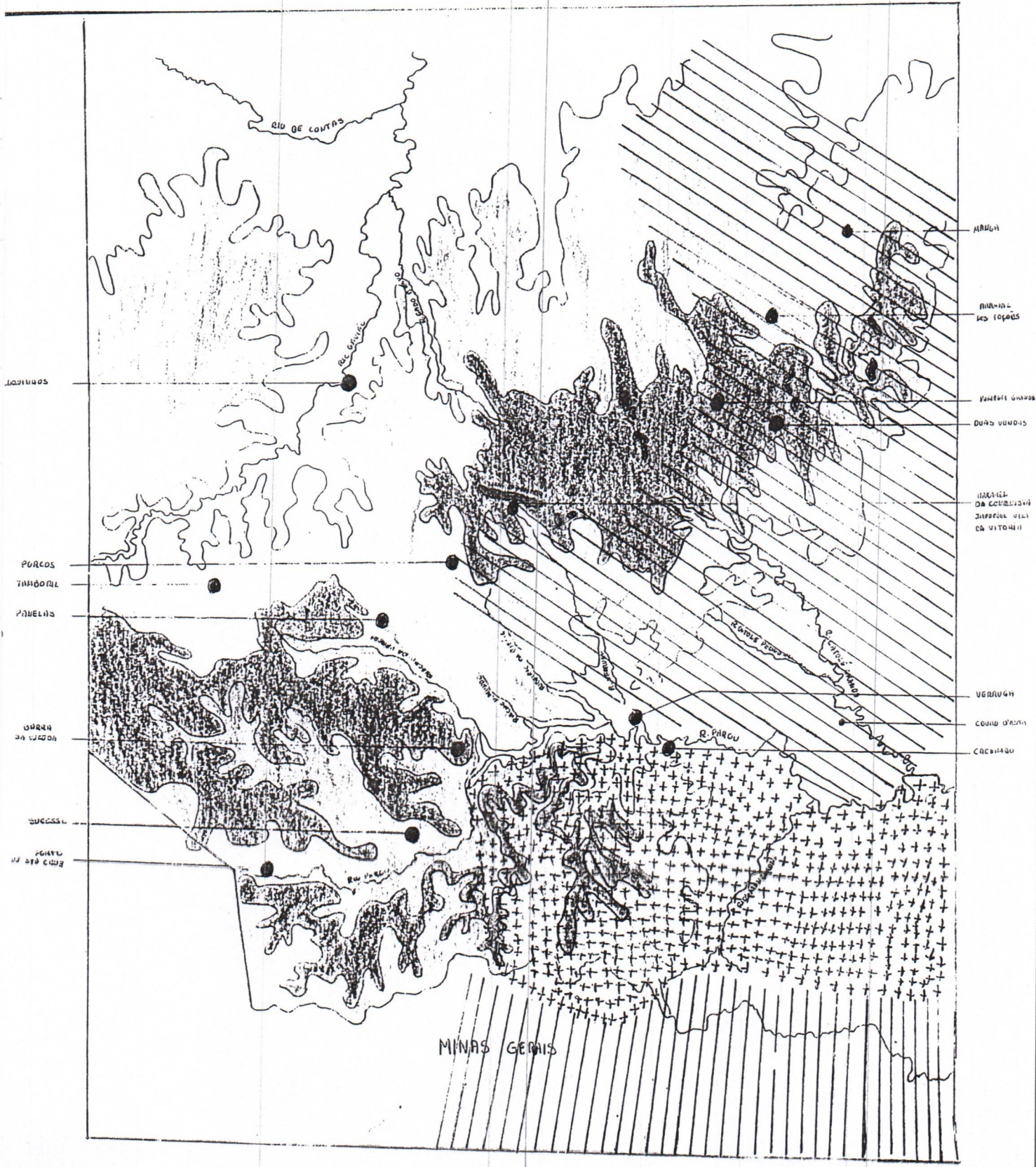
A localização destes grupos indígenas, antes do contato com os colonizadores, constitui ainda um desafio para os estudiosos do tema. Os dados arqueológicos são poucos e as demais fontes foram produzidas a partir do contato com o branco.

do de maneira negativa Cf. MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. Brasília: Coordenada Editora de Brasília, 1972.

²¹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Universidade de São Paulo, tese para obtenção de título de doutor em história social, 1998. 5 vol. _____. *Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Salvador: UFBA, 1982.

²² Desde o século XVIII que a Coroa mantinha a exploração da madeira sob monopólio real.

TERRITÓRIO INDÍGENA (MAXIMILIANO)



- ▨ CAMACAN
- ⊕ BOTOCUDO
- ▨ PATAXÓS

ESCALA: 1:50000

Apesar disso, segundo a prof^a. Paraíso, pode-se afirmar que estes índios apresentavam “relativa homogeneidade cultural”, o que não significa tratá-los como uma massa uniforme, definidos apenas pelo termo índio. A própria ação dos colonizadores diferenciada para cada grupo, indica que estas dessemelhanças eram consideradas e utilizadas em seu favor no processo de disputa e ocupação espacial.

A disputa territorial no Sertão da Ressaca entre os diversos grupos indígenas e os conquistadores foi marcada ora por atritos violentos, ora por alianças com uma das tribos contra a outra. Os Mongoió, por várias vezes, se encontraram nestas duas situações. As estratégias encontradas por esta tribo foram sendo estabelecidas de acordo com o que acreditavam ser o melhor para sua sobrevivência. Enquanto inimigos dos Botocudo e acuados pelos colonizadores, os Mongoió transitaram entre a resistência física ao avanço do território da pecuária e a aliança com os brancos contra seus inimigos internos.

Os relatos encontrados em documentos produzidos à época sugerem como foi difícil o processo de ocupação destas terras. Índios e não-índios, cada qual em sua lógica própria, defenderam sua cultura, sua maneira de viver, sua sociedade, seu território. Inegável, no entanto, o visível massacre físico e cultural por qual as comunidades indígenas passaram. Os olhos do presente permitem tais conclusões, mas os homens dos oitocentos, independente do lado que ocuparam nesta peleja, almejavam garantir sua sobrevivência e suas tradições, que, em muitos casos, foram negociadas como forma de resistência, inclusive física.

²³PARAÍSO. Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Universidade de São Paulo, tese para obtenção de título de doutor em história social, 1998. 5 vol.

Os colonizadores ao ocuparem os territórios indígenas o faziam com a certeza de que aquelas terra já pertenciam à sua sociedade, em nome do Rei e de Deus, e que a população que ali se encontrava também era parte do espólio que a eles cabia. Assim, tanto podiam ser usados como mão-de-obra compulsória, através da escravidão ou dos aldeamentos, como integrados na “civilização” branca através da cristianização e assimilação de valores e costumes.

Para os colonizadores, as sociedades indígenas, eram obstáculos à consolidação de seu projeto de conquista e incorporação econômica, por isso, o enfrentamento seria considerado “natural”; apenas as formas de dominação alteravam de acordo com a correlação de forças apresentada ao contato, e das divergências de interesses entre Igreja, Estado e colonos. Uso da violência, escravidão pública ou particular, extermínio físico, algumas das possibilidades lançadas e que muitas vezes se combinavam.

Em carta ao Barão de Caeté, o cidadão Manoel José Esteves Lima dando conta da situação da área fronteira entre Minas²⁴, Espírito Santo e Bahia quanto a relação com os Botocudo expõe suas divergências com a condução dada ao trato com os índios pelas autoridades responsáveis,

" Não he de dever do Homem o cuidado da conservação Sua? Não nos he permitido pelo Direito da natureza o defender nos com mão armada, o rechaçar os males que nos ameaça da parte dos outros, o que tendem a nos perder, e causar danno em nossa Pessoa? Não he licito fazer lhes temer o mau sucesso de suas riquezas quando elles tomão a sua conta o insultarnos ? ou ainda mesmo o matallos quando nos obriga o perigo?

As Luzes da razão e o consentimento de todos os Homens, tanto sábios, como indoutos concorrem a fazer nos ver que nos podemos legitimamente defendernos.

²⁴Este documento trata da relação dos habitantes do norte de Minas e os Botocudo. Mesmo não sendo relativo à Imperial Vila da Victória, seu valor é pertinente por ser esta área fronteira ao sertão da Ressaca e constituir território Botocudo. Os limites entre as províncias foram estabelecidos arbitrariamente aos olhos dos indígenas que tentavam preservar seu espaço.

Destroe-se huã Creatura semelhante a nós, mas he necessario que ella queira viver com nosco socialmente, he mr^o que pela sua morte pareça contrahir o Genero humano hua perda tão consideravel, como se nós nos deixassemos matar a nos mesmos.

He verdade que o homem foi posto no Mundo para viver pacificamente com seus semelhantes, e que todas as Leis Naturais, que respeitão ao que se deve aos outros, tendem principalmente a conservar a paz. Mas este não impede que a Natureza não permita o recorrer à força quando de outra maneira nos não podermos por a coberto das injurias que expoem ao perigo a conservação nossa. Não nos concede a natureza o privilegio de violar as Leis, mas não são dispensados os outros de viverem paz com nosco." (...) ²⁵

O apelo do ilustrado cidadão permite que se perceba como as ações dos colonizadores divergiam quanto à maneira mais conveniente para se incorporar os indígenas à sociedade civilizada. Para o Sr. Manoel Lima o uso da força física, mesmo como forma de defesa, seria necessário diante da recusa de alguns à civilização e cristianização, à aceitação de uma sociedade considerada humanamente superior.

O mito do fundador

A vitória da Vitória: e o sertão se cristianiza

A Imperial Vila da Vitória nasce sob a égide da violência, da disputa entre duas culturas por uma mesma extensão territorial. As marcas desta dominação se mantiveram na toponímia da atual cidade. O redundante Vitória da Conquista, trás o emblema do poder colonizador, como se a denominação dada à vila inaugurasse um novo tempo, com o estigma do progresso. O estabelecimento deste marco simbólico representou mais um passo na consolidação do território não-índio.

Os relatos apresentados pela historiografia que trata da conquista do sertão da Ressaca, em sua maioria, enaltecem, de forma bastante heróica, a ação dos colo-

nizadores diante dos “selvagens gentios”. Os fatos são representados de forma mitológica, em que os participantes ganham característica sobrenaturais, através da intervenção divina e de seus feitos fantásticos. Este conjunto de narrativas ganhou força simbólica ao longo dos anos e até hoje é reproduzido pelo imaginário da população conquistense²⁶.

“Daí seguiu à noite com archotes de raízes resinosas, em busca dos índios, até o lugar (chamado) Bata'ha, onde os alcançou, travando-se às 4 horas da manhã luta renhida, selvagem e porfiada; e começando os seus companheiros, inferiores em número à grande horda de bárbaros, a esmorecer e a ceder pelo cansaço, já as armas de fogo não suportavam mais o carregá-las que não explodissem, tal tinha sido a veemência do ataque e da luta durante o dia inteiro, até que o mestre de campo animando seus companheiros e soldados, promete a Nossa Senhora da Vitória elevar no lugar do triunfo, se vencesse, uma capela com aquela invocação: animados seus soldados, trava-se a luta corpo a corpo, e manejando com denodo e vantagem o facão, conseguem no fim de algumas horas, e na distância de uma légua, esplêndida vitória no lugar da própria aldeia (taba) por se ter posto em debandada e fuga alguns índios, tendo-se entregue uns e outros ficado prisioneiros.”²⁷

Esta mesma descrição aparece em vários outros autores, que apenas modificam uma ou outra palavra, o contexto, entretanto, mantém a mesma tônica : o tom dramático e heróico que supostamente deu origem à cidade, e de afirmar a predestinação desta ao progresso e à civilização.²⁸ Por mais exaltados que se apresentem,

²⁵ APM, Seção Provincial. Fundo, Presidência da Província. Série, Correspondência Recebida - catequese indígena - cx. 01. 1825.

²⁶ Uma boa discussão em que se desvenda o processo de conquistas dos bandeirantes no Sertão da Resaca especificamente e desmistifica a ação do movimento bandeirante tornando-se um contraponto à historiografia tradicional pode ser conferida em SOUZA, M. A. S.Op. Cit..

²⁷ TORRES, Tranquilino L. *O Município da Vitória*. Série: Memória conquistense. Vol. 1. Vitória da Conquista: UESB, 1996. p.44

²⁸ Ver BARROS, Borges de. *Bandeirantes e sertanistas baianos*. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia, 1919\1920, VIANA, Aníbal. *Revista histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: PMVC, 1988, TANAJURA, Mozart. *História da Conquista: crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: PMVC, 1992, VIANA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, entre outros.

estes discursos confirmam a agressiva disputa entre homens de culturas diferentes por manter seu modo de viver.

A inserção de relatos envolvendo a promessa à Nossa Senhora da Vitória²⁹, feita por João Gonçalves da Costa durante as lutas contra os Mongoió, em que a santa inspira os soldados do mestre de campo à superarem as dificuldades diante do número superior de indígenas, empresta ao mito força necessária para manter-se no imaginário da população e ser reproduzido ao longo dos anos como sendo o marco de origem da cidade.

Ainda hoje esta imagem é reforçada pela literatura regional. As palavras usadas por Tranquilino Torres são reproduzidas como verdade incontestada e que servem de orgulho e distinção para os habitantes. Em caderno especial produzido para homenagens aos 158 anos de emancipação da cidade, comemorado em 1998, a história de Conquista é revisitada e todos os mitos de origem reforçados. Quanto ao nascimento da cidade diz o artigo que

“(...) Em outro combate, em 1752, diz a história que os soldados já se deixavam abater por serem em menor número que os guerreiros indígenas, quando, lá pela madrugada, João da Silva Guimarães provoca os brios de seus homens, invocando a proteção de Nossa Senhora das Vitórias. Com novo ânimo, os soldados investem contra os índios numa luta corpo-a-corpo, usando armas brancas e facões. A vitória final veio a ser construída a Praça da República, e mais tarde a atual Praça Tancredo Neves.”³⁰

Esta versão adquiriu tanta vitalidade em parte pela falta de pesquisas que abordassem com maior rigor o processo de ocupação do Planalto de Conquista. Alguns trabalhos, elaborados recentemente, apontam para outras interpretações que

colocam-se como contraponto e possibilidade de reconstrução da história da cidade.³¹

A conquista e conseqüente (des)povoamento do Sertão da Ressaca, diferente do que foi perpetuado, não resultaram de uma única e decisiva batalha contra os indígenas. O processo foi lento e demandou muitos esforços e sofrimento de ambos os lados. Colonos, sedentos de terras e melhores condições para desenvolverem atividades lucrativas e superar dificuldades próprias de uma sociedade fortemente hierarquizada. Indígenas, lutando em oposição à força de um sistema que mais e mais restringia seu território.³²

Segundo Erilza Galvão, a política indigenista oscilou, desde o século XVI, de acordo com a conjuntura e os interesses dos participantes do processo colonizador. Para o século XIX, com a decretação da Guerra Justa em 1808

"retornaram, intensos, os descimentos e a desestruturação dos aldeamentos. Promovia-se todo um poder militar (instalação de quartéis, destacamentos) para possibilitar exploração de territórios indígenas. A catequização e civilização dos indígenas competiam ao Governos. Enfim, mantinham-se as questões básicas da política indigenista: choques nas áreas de expansão de fronteira e preocupação em aldear e transformar indígenas em trabalhadores a serviço dos colonos que se instalavam em seu antigo território."³³

O projeto colonizador de ocupação e integração de áreas ainda pouco suscetíveis à economia colonial, em que a submissão dos aborígenes e a dinamização eco-

²⁹ Sobre o culto marial e as primeiras imagens marianas no Brasil e, em especial, a Nossa Senhora da Vitória como "patrona de vitórias contra os índios e franceses na Bahia", Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *P diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 199 . p. 115.

³⁰ JORNAL DO SUDOESTE. Caderno especial aos 158 anos de Conquista. 1998.

³¹ Ao longo deste trabalho serão indicados.

³² PARAÍSO, M.H.B. Op. Cit.

³³ SANTOS, Erilza G. dos. *O diretor de índios: análise preliminar dos diretores parciais de aldeias indígenas - Bahia, 1845 - 1889*. Dissertação UFBA, p.21

nômica estavam colocadas, foi executado, no Sertão da Ressaca, por João Gonçalves da Costa³⁴ e sua família.

Este motivado pela “busca do ouro adentrou o sertão baiano, num momento em que o esgotamento das minas nas Gerais e em Rio de Contas alimentava o sonho de encontrá-las em outras regiões da colônia. O fato é que, após as frustradas buscas pelo ouro e submetido os índios do Sertão da Ressaca, João Gonçalves fixar-se-ia naquela região, em fins do século XVIII, fundando o arraial da Conquista e tornando-se um grande proprietário de terras e criador de gado, estimulado pela privilegiada localização da área.”³⁵

Enquanto “região de fronteira”, o Sertão da Ressaca recebeu orientação diferenciada no tratamento ao indígena. Como foi tardiamente ocupada em relação a outras localidades, a ação colonizadora e catequética ocorreu aos sabores da situação pós-Independência, sob a interferência dos decretos de 1834, que transferia a responsabilidade dos aldeamentos para a Assembléia Provincial, e de 1840, que intensificava a vinda de capuchinhos italianos - responsáveis pela catequização do Sul da Bahia, além da Lei de Terras de 1850.

Em um primeiro momento, o das entradas iniciais na área entre o rio de Contas, o rio Pardo e o rio Jequitinhonha, em fins do dezessete, a ação dos bandeirantes, declaradamente, pautava pela violência e aniquilação física das tribos indígenas. Em 1783, ao mandar o relatório sobre as entradas sucedidas no rio Pardo, o capitão mor João Gonçalves da Costa afirma que com sua última entrada pretende

³⁴Nascido em Chaves, Portugal, preto forro, integrou as primeiras expedições que penetraram as matas do sudoeste da Bahia no século XVIII. Assumindo o posto de mestre-de-campo foi pioneiro no processo de ocupação do Sertão da Ressaca e dizimação das aldeias indígenas ali existentes. Cf. SOUZA, M.A.S. Op. Cit. P.

³⁵SOUZA, p.37.

“todo Certão desinfestado e toda a Costa do Gentio”. A sua preocupação em “concluir a conquista”, ficou ainda maior, segundo o missivista, diante da existência nas aldeias de “alguns escravos que fugirão lá debaixo, e hum mulato ladino, que me dizem hé o Capitam de uma das Aldeias”. O receio de “traições dos ditos escravos vendo-me com tão pouca gente e a falsidade dos gentios”, fez o estrategista capitão mor se retirar e solicitar mais homens e munição para próxima investida.³⁶

A superioridade técnica dos súditos reais nos embates contra os indígenas, mesmo estes sendo, muitas vezes, em maior número e tendo mais conhecimento espacial da localidade, foi suficiente para promover considerável baixa dos habitantes primeiros do Sertão da Ressaca.³⁷

Desterritorializar e territorializar³⁸: a ação do conquistador

Aos índios, os aldeamentos! Aos brancos, as flechas!

O pêndulo da exploração colonial oscilava entre ações de exclusão e assimilação dos indígenas pela sociedade branca. Na maioria da vezes, no entanto, ocorreu uma combinação destas duas posturas.

³⁶Cópia da Carta do capitão-mor João Gonçalves da Costa ao Desembargador Francisco Nunes da Costa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil-Avulsos. (Arraial de Nossa Senhora da Victória, 30 de julho de 1783), p. 160-1. Documento gentilmente cedido pela professora Maia Aparecida Silva de Souza.

³⁷SOUZA, M. A.S. . Op. Cit. p.65.

³⁸O uso deste conceito segue a idéia de Simone WEIL e Otávio IANNI In NEVES, Gervásio R. *Territorialidades, novas territorialidades*. p. 270, em que desterritorializar é entendido como o “desenraizamento” da vida social em que a economia, a cultura, as instituições são deslocados, enfraquecidos ou dissolvidos. apud SANTOS, Milton et alli *Território: globalização e fragmentação*, 1994.

O aldeamento foi o *locus* principal de introdução do índio à vida social pretendida pelo governo colonial. Neste, o processo de “civilização e cristianização” era executado, ora por missionários ou diretores escolhidos pelo Estado³⁹, ora conjuntamente. As divergências entre a condução civil ou religiosa, para as aldeias do Pardo tenderam a uma vantagem para a segunda possibilidade. Os capuchinhos gozavam de grande respeito e consideração entre as autoridades locais, a ponto de se colocarem como melhor alternativa para a administração indígena.

Fr. Francisco de Falerna⁴⁰, usando deste prestígio, em correspondência ao Juiz Municipal da Imperial Vila da Vitória, afirma que “os meios, que o Ex.mo. Governo poderia aplicar para desenvolver mais depreça nelles a civilização, a meo ver serião. Primeiro de não dar Director algum porque a maior parte delle tem causado dislexo, e não edificação...”⁴¹

Edificar, para o missionário, poderia significar a formação cristã, necessária à humanização do índio e a redenção de sua alma. Não restam dúvidas, também, que humanizar representava horas e horas de trabalho e disciplina em obras que facilitassem a colonização, e por consequência, a desterritorialização da sociedade indígena.

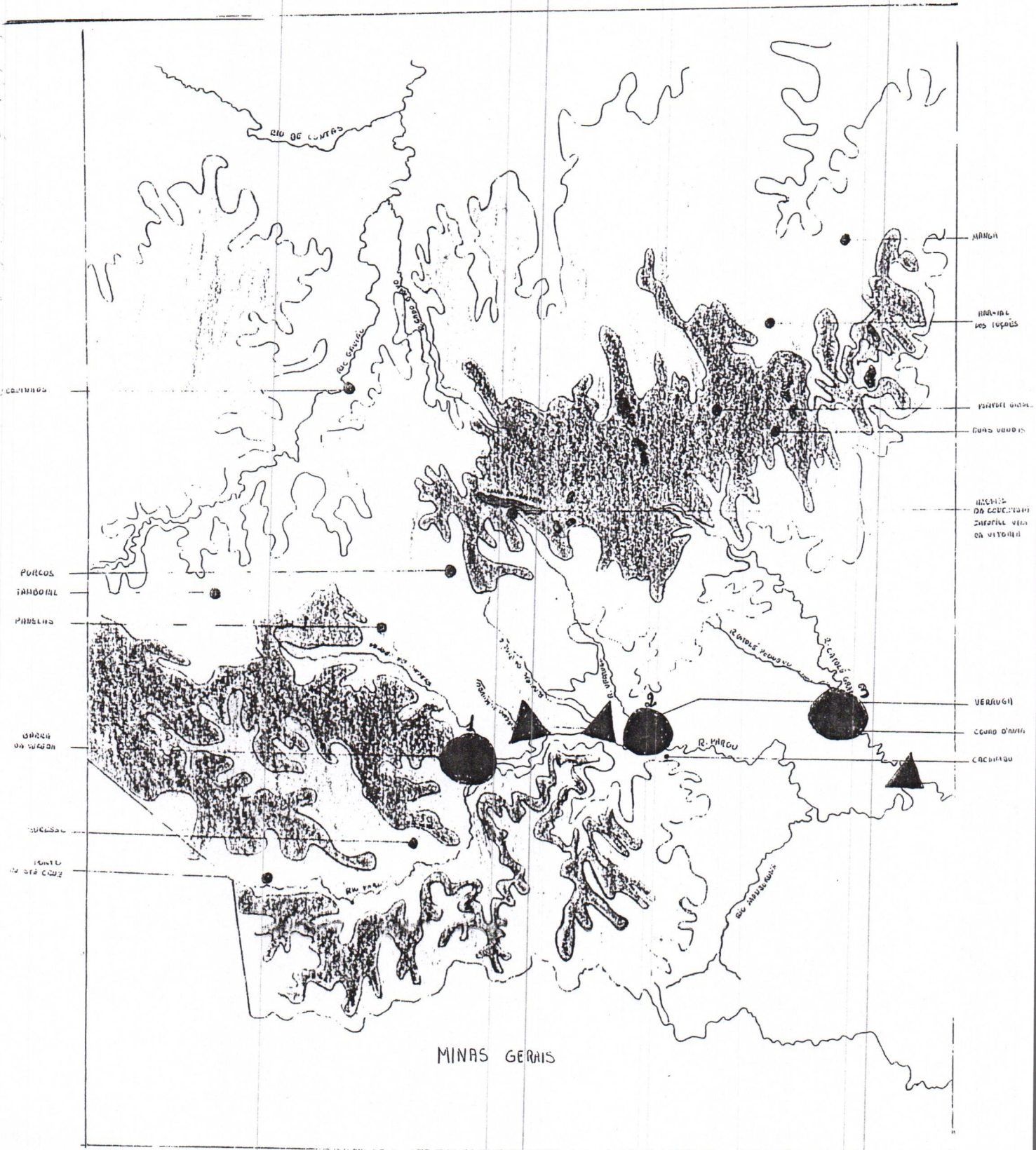
Existiam entre três a quatro aldeamentos no Sertão da Ressaca. Estes números são imprecisos, pois a própria documentação acusa as mudanças constantes entre os índios que procuravam melhor localização para se instalarem, além de ser uma

³⁹Cf. SANTOS, Eriza Galvão dos. *O diretor de índios: análise preliminar dos diretores parciais das aldeias indígenas - Bahia, 1845 - 1889*. Dissertação UFBA.

⁴⁰ Frade capuchinho, chegou na Bahia em agosto de 1853. Nasceu em Grava, no ano de 1822. Pelo trabalho demonstrado, foi nomeado missionário de todos os índios do rio Pardo em 1855. REGNI, Pietro Vittorino, *Os capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da igreja no Brasil*. Vol. 2. Salvador: Convento da Piedade, 1988.

⁴¹ APEB. SEÇÃO Colonial e Provincial. Série: Índios. Maço 4611, 1851.

ALDEAMENTOS INDÍGENAS



- ▲ = aldeamentos
- = cidades originadas de aldeias
- 1 = atual Inhobim
- 2 = atual Itambé
- 3 = atual Itapetinga

ESCALA: 1:500000

forma de manter sua cultura nômade⁴². Em relatório assinado pelo Diretor Geral de Índios, em 10 de janeiro de 1851, Casemiro de Sena Madureira apresentou um quadro geral destes aldeamentos:

Aldeias⁴³ de Santo Antonio da Cruz no Termo da Victória, a margem do Rio Pardo. Uma aldeia he de Botocudos, que há pouco tempo erão bravios, e vão-se acostumando com vagar à vida social. Estiverão anteriormente no Mangerona, d'onde passarão depois para o Riacho, e d'este logar para Santo Antonio da Cruz, meia legoa ao pé da capella, que foi d'elles, e onde se estabelecerão os Mongoios em 1846. Há 32 familias com 140 e tantos individuos: as menores sabem doutrina christã. Estes indigenas vão já plantando mandioca.

A outra aldeia, que é onde existia a capella de Santo Antonio da Cruz, outrora occupada pelos Botocudos, é hoje habitada por Mongoios, que vierão estabelecer-se em (ilegível) e como só haja a distancia de meia legoa entre uma outra Aldeia, o mesmo missionário Fr. Francisco de Falerno os dirige, e ensina-lhes a doutrina christã. Estão mais civilizados os Mongoios, entre elles tem o missionário casa de residência, quase todas as familias tem sua choupana propria. A capella tem ornamentos para a celebração da Missa. Há 14 familias. Todas plantão mandioca e mais legumes para sustentar-se. Vai com algum augmento esta aldeia.

Aldeia de Catulé à margem do Rio Pardo consta do Índios Camacans dirigidos pelo Missionário capuchinho Fr. Reignero, quasi todos ainda selvagens são 150. Proxima a esta aldeia há uma horda de indigenas ainda mais selvagens, que vai-se acostumando à catequese empregada pelo dito Missionário.⁴⁴

O primeiro objetivo ao se instalar um aldeamento era sedentarizar os indígenas, manter seu espaço físico limitado afastando-os das vias de comunicação (estradas e rios), e liberar mais terras para a fixação de colonos dispostos a criar gado e plantar.

Em desabafo diante da situação de conflito existente nas comarcas do Sul, o então presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu deixa evidente a necessidade de se manter as tribos indígenas espacialmente controladas pois,

⁴² Em outros relatórios ou correspondências (1857, 1860) há alterações quanto a tribo que ocupa os aldeamentos citados, como também quanto ao nome destes.

⁴³ O uso deste termo era corrente à época e servia tanto para as aldeias originais das tribos, como para designar os locais criados para a catequização e civilização dos indígenas. Como afirmei anteriormente, decidi utilizar a separação apresentada pela professora Baqueiro em sua dissertação.

⁴⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Série: Índios. Maço 4611. Aldeia indígenas da Província da Bahia, 1851.

*"enquanto as numerosas tribus que ainda existem nas terras que primeiras se manifestaram aos olhos admirados de Cabral poderem vaguear, o que é quase a condição de sua existencia e seu maior prazer, nas vastas florestas e serranias, que demoram desde as margens do Rio de Contas até Alucury, achando na pesca dos inumeros rios, de que são banhados esses rios terrenos, e na caça a precisa alimentação, não se deve esperar que a cathequese faça grandes progresso."*⁴⁵

Dar nova utilização ao espaço físico, com a Natureza e seus recursos sendo aproveitados por uma lógica diferente de apropriação e consumo, em que as atividades produtivas objetivassem o abastecimento interno e o comércio externo, eis o que clamavam as palavras do senhor presidente em um momento de dificuldades de controle da fome na Província.

Os conflitos, no entanto, entre índios e brancos pelo controle territorial não deixaram de existir. Alguns indígenas, é certo, após anos de aldeamento e atritos foram assimilados à "vida civilizada e cristã", outros, tentaram manter sua cultura e seu modo de viver negociando com as autoridades⁴⁶, outros ainda, escolheram a resistência através do conflito direto.

O adjetivo usado nas correspondências e discursos à época para designar estes últimos era "selvagem" ou "bravio", e representava a recusa em ser aldeado, em seguir as orientações da civilização. Para eles a violência tornou-se uma possibilidade bem real.

Episódios como o que ocorreu na fazenda de João Lopes Moitinho em 28 de agosto de 1969, quando

⁴⁵ APEB. Fala de Presidente da Província, João L. V.C. de Sinimbu. 1857

⁴⁶ É o caso dos Botocudo do Cachimbo que negociavam tanto o melhor local para instalação dos aldeamentos, como o missionário que preferiam para dirigi-los, sempre ameaçando o retorno as estradas

“uma escrava e um moleque de 14 a 15 annos de idade do mesmo proprietário, capinando a terra de arroz perto da morada, (...) vio cahir uma frecha ao pé de si, olhou para o lado d’onde partio, presenciô serem os índios bravos, cuidou logo em correr para casa dando parte ao Senhor; este saio sem demora em socorro do moleque que também correu acompanhado d’um outro escravo a pouco também frechado e ainda doente, e d’um Manoel de Tal; e ahi chegados não acharão mais ninguém, mas só o dito moleque de bruços no chão com tres frechadas, duas nas costas que varando-o uma veio sahir no meio dos peitos, e a outra maes para o lado das costelas, e a outra do lado direito que varou-lhe o braço e entrou por meio das costellas..”⁴⁷

Igual infelicidade sofreu o canoeiro Clemente “cuja flexada, empregando na região umbilical, atravessou a dos rins, e dentro de vinte e quatro horas succumbio”⁴⁸

Estes ataques também foram direcionados para outros índios, já assimilados pelo território da Pecuária. Por volta das 8 horas do dia 3 de fevereiro, em uma das roças do mesmo “sem sorte” João Lopes Moitinho, o índio “manço e casado,” Casiano pescava na barra do afluente rio Catulés quando

“foi barbaramente assassinado pelos índios selvagens com tres flexadas que lhe vararão os peitos, sendo encontrado o cadaver no mesmo dia pelos moradores do logar, que alem das flexadas estava o corpo mutilado e coberto de cicatrizes feitas com uma faca do proprio defunto que levava consigo, também tirarão a roupa do corpo do infeliz, deixando-o nú inteiramente; desconjuntarão-lhe um braço , e uma perna, firiram-lhe horriavelmente os biços, finalmente enterrarão na lama uma parte do corpo.”⁴⁹

⁴⁷ APEB – ÍNDIOS maço 4614 – Correspondência enviada à presidência da província pelo missionário e diretor dos índios do Pardo, Luiz de Grava. 1869. Grifo meu.

⁴⁸ APEB Seção Câmara Provincial, Fundo Presidente de Província, Série Câmara Imperial Vila da Vitória. Maço 1463. Sessão ordinária de 15 de janeiro de 1855.

⁴⁹ APEB- maço 4614. Correspondência enviada pelo missionário e diretor de índios do Rio Pardo, Luiz de Grava ao Presidente da Província.

O ritual descrito acima sugere que aqueles que, por qualquer motivo, se incorporassem à sociedade branca, deveriam ser alvos do ódio à dominação, e atingidos com maior rigor.

Estradas e caminhos: nova lógica do espaço.

Os ataques descritos, em sua maioria, ocorriam nas vias de comunicação, estradas e rios e, em menor quantidade, às fazendas. Os índios eram acusados de “assaltos, roubos e destroços”, episódios, às vezes, relacionados à busca de alimentação, como na propriedade do Sr. Manoel Caetano de Castro em que “uma horda de 300 selvagens apropriou-se da lavoura do fazendeiro”⁵⁰, ou, como forma de interferir na circulação dos transeuntes e suas mercadorias, como quando

“perto deste lugar, foi o vereador Joaquim Ribeiro por uma porção de índios acometido; e tratando de avançar, anoitecendo, e não podendo suas cargas alcançá-lo, foram obrigados a pernoitar no lugar denominado Onça, onde flexaram dois animais da tropa os ditos Índios, que no dia seguinte forão ahi mesmo encontrados por tocadores os destrinchando, e comendo.”⁵¹

A presença de índios selvagens, conforme a documentação analisada⁵², nas vias de comunicação era uma preocupação constante das autoridades e moradores da localidade. Em uma destas correspondências, o Governo Provincial solicita

*“providencias propostas pelo Diretor Geral dos Índios a respeito dos indígenas selvagens que infestão as mattas do Rio Jequié, próximo ao rio de Contas, e à estrada de Minas, e dos que existem na Sapucaia, Termo da Imperial Villa da Victória”.*⁵³

⁵⁰ APEB. Fala de Presidente da Provincia. Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima. 1856. Pg.38

⁵¹ APEB. Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória. Maço 1463. Ofício expedido em 15 de janeiro de 1855.

⁵² Para este trabalho foram levantados 53 documentos relacionados ao tema índio no Sertão da Ressaça, destes 21 se referiam à construção, manutenção e/ou segurança nas estradas.

⁵³ APEB- Maço 4611. Ofício enviado pela presidência da Provincia à Diretoria Geral de Índios em 25 de novembro de 1853.

A pressão dos moradores para que as estradas e caminhos se mantivessem sem ameaças à livre circulação chegava aos ouvidos das autoridades e evidenciavam a importância que estas vias tinham para a vida nos povoados e vilas do sertão.

Em 1869, 119 moradores do povoado do Cachimbo expressaram seu receio em ver seus negócios sucumbirem. Argumentavam eles:

“Os Povos do Distrito do Verruga⁵⁴ e lugar denominado Cachimbo, surpreendidos pelo procedimento inteiramente desuzado dos Índios nomades, que em número espantoso infelizmente ainda infestão as brenhas inospitas, onde passa única interessante estrada geral, que parte da Villa dos Ilhéus, e se comunica com os Sertões desta Província, os quaes por sua brutalidade teem accomethido os viadantes que com seus negocios demandão o porto daquela Vila, e vice-versa (e) portanto, não deixam de inculir o terror nos transeuntes da mesma; assim como trazer o esmorecimento entre estes habitantes vendo a hora e o momento fatal de serem assaltadas suas propriedades, e vidas de tais hordas, e juntamente tornar-se-há intransitavel esta estrada summamente necessaria para a existencia destas populações; ao mesmo tempo que ficam suas relações commerciais cortadas, com as de beira mar; e tudo isto em prejuizo desta localidade”⁵⁵

Os habitantes do Cachimbo apenas reafirmaram a idéia que norteava a implementação do território da Pecuária. Rasgar as matas do Rio de Contas até os limites com Minas Gerais com estradas e caminhos significaria reorganizar espacial e socialmente Natureza e homem em outra lógica.

Dessa forma, as estradas se colocam enquanto “dispositivo territorial”⁵⁶ capaz de possibilitar a territorialização de um conjunto de forças sociais. De fato, a malha viária que aos poucos foi se formando no Sertão da Ressaca tornou-se ponto nevrálgico para a “conexão sertão-litoral”, para as trocas de objetos que, ao chega-

⁵⁴ Distritos que compunha o Município.

⁵⁵ APEB -1464 Índios. Abaixo assinado enviado pelos moradores do Cachimbo à Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, em 05 de outubro de 1869.

rem na vilas e povoados e serem apropriados pelos seus moradores, denunciavam as mudanças no consumo da população, e para a modificação do espaço físico anterior, apagando referenciais indígenas e construindo outras, condizentes com o processo de colonização e dominação.

O discurso do governo provincial defendia a redução dos índios para que a ação missionária e cristã conseguisse transformar o “selvagem gentio” em humano. Para isto, o trabalho, era tido como o meio mais eficaz de atingir o proposto.

A mão-de-obra indígena foi utilizada em obras públicas durante o século XIX em quase todos os empreendimentos infra estruturais do Sertão da Ressaca. Alguns trechos da construção da Estrada de Ilhéus-Minas, e sua manutenção, esteve sob a responsabilidade do Frei Luís de Grava, missionário do Pardo. Ele recebia os recursos e os aplicava na execução das obras. Os indígenas, que estavam sob sua orientação nos três aldeamentos, Santo Antonio da Cruz, Catolé e Ferradas, atuaram diretamente na derrubada das matas, abertura de picadas, limpeza e até segurança contra ataques de outros índios, considerados ainda selvagens.

O investimento do Governo nestes aldeamentos consistia em fornecer instrumentos de trabalho para atividades na lavoura (enxadas, facões, machados), na formação profissional com a manutenção de pessoas para o ensino de atividades especiais como ferreiro, professores para as primeiras letras, tecidos para roupas, pólvora, sal. Além da cônica e despesas pessoais do missionário.

Após algum tempo de morada em um aldeamento, os indígenas adquiriam hábitos e costumes da sociedade branca e podiam conviver com os moradores das

⁵⁶ Este conceito está sendo utilizado conforme a idéia de Zorzo. Tese de doutorado.

vilas e povoados. Evidente que o contrário também ocorreu, as permanências das culturas indígenas.

Estradas e caminhos: vias de riqueza e tensão

Aldeamentos e estradas foram construídos conjuntamente. Os primeiros serviram de base infra estrutural para a implantação da rede viária que atravessaria o Sertão da Ressaca. A sua localização geográfica, montadas às margens do Rio Pardo, facilitava a segurança dos caminhos fluviais e possibilitava a utilização dos indígenas como mão-de-obra para a edificação e manutenção das principais estradas que ligavam as vilas do litoral com o sertão, e com outras províncias, no caso Minas Gerais.

A escolha dos locais para estabelecimento dos aldeamentos tinha evidente intenção de criar uma coerência espacial à nova territorialidade. A distribuição dos aldeamentos “ao longo ou próximos das margens de grandes e pequenos rios (mesmo quando a aldeia era a beira-mar), ocorre em concomitância com o processo de ocupação das terras por contingentes europeus (coloniais e/ou particulares alemães, suíços, portugueses, ingleses, etc.) e negros (quilombos), o que nos leva a acreditar que tal localização não atendeu a uma aproximação mais ou menos voluntária dos grupos indígenas, mas a uma necessidade de controlá-los para facilitar a passagem pelos rios, caminhos naturais usados pelos exploradores e pioneiros, e deixar livre as poucas estradas existentes e a matas circundantes.”⁵⁷

A escravização indígena foi observada, desde o início do século, pelos viajantes que andaram por estes sertões. O príncipe Maximiliano dava notícias de

como os índios foram colocados para trabalhar em construções de estradas, derrubadas das matas, guerra com outros índios, mensageiros. Afirma, ainda, como os costumes brancos faziam parte da vida dos indígenas, que adquirem hábitos de produção e de alimentação diferenciados de seus antigos referenciais⁵⁸.

Em sua fala anual, 1857, o presidente da província Cansansão de Sinimbu deixa evidente a necessidade de sedentarizar os índios para se conseguir “progresso sensível” na catequese. Suas palavras prenunciam que

“em quanto as numerosas tribus que ainda existem nas terras, que primeiras se manifestaram aos olhos admirados de Cabral poderem vaguear, o que é quase a condição de sua existência e seu maior prazer⁵⁹ nas vastas florestas e serranias, que demoram desde as margens do Rio de Contas até o Mucury, achando na pesca dos inúmeros rios, de que são banhados esses rios terrenos, e na caça a precisa alimentação, não se deve esperar que a catequese faça grandes progressos.”⁶⁰

Limitar os movimentos dos indígenas foi uma das estratégias utilizadas para alterar sua maneira de se relacionar com a Natureza, suas práticas sociais e de convívio. Os aldeamentos restringiram a ação física dos indígenas que passam, por sua vez, a habitá-los e viver sob novas e diferentes relações. O seu cotidiano se transforma com a introdução de outro padrão alimentar, de relacionamentos, de comportamento com o uso de vestimentas e de valores cristãos.

A estrutura e o funcionamento dos aldeamentos conduziram os aldeados para a aquisição de costumes e valores diferenciados de sua tradição. O trabalho sistema-

⁵⁷ DÓRIA, Hildete da Costa. *Localização das aldeias e contingente demográfico das populações indígenas da Bahia entre 1850-1882*. In: *Revista Cultura: O Índio na Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia. Nº 01, ano 1, 1988.

⁵⁸ Maximiliano. Pg. 429

⁵⁹ Grifo meu.

⁶⁰ APEB – Fala Presidente Província . João Lins Vieira C. de Sinimbu, 1857, p. 28.

tizado foi introduzido em conjunto com a aprendizagem de novas técnicas mecânicas.

Com a sedentarização promovida, os indígenas foram forçados a modificarem sua relação com a Natureza; abandonaram a caça e a pesca liberando as terras para ocupação do branco, e com ela ocorre a intensificação do comércio em uma região atingida esporadicamente por secas, ou que tornou-se refúgio para retirantes, e a introdução de outros hábitos alimentares (feijão, arroz, verduras, cachaça, etc.) que interferiram no cotidiano dos aldeados, inclusive quanto a organização do trabalho. Outro aspecto importante na reorganização social do aldeamento foi a construção de unidades domiciliares individuais (por famílias). Com esta alteração, as referências que formavam o universo cultural indígena, como solidariedades, coletividade, referenciais de identidade, foram enfraquecidas. O território indígena, dessa forma, vai sendo envolvido pelo território da pecuária (branco) que passa a ser hegemônico e ditar o ritmo da sociedade.⁶¹

Por outro lado, conforme os conflitos com os brancos e com outras tribos indígenas se acirravam, e a alimentação se escasseava devido à ocupação espacial do território da pecuária, os aldeamentos se apresentavam, para alguns grupos indígenas, como uma possibilidade de sobrevivência em meio à constantes disputas. Talvez o único meio de se manter “íntegro” diante da destruição de seus valores e costumes e de sua vida. Sob a proteção dos capuchinhos, possivelmente os poucos brancos que estabeleciam relações cordiais, teriam maiores chances de preservação.

⁶¹ SANTOS, Eriza Galvão dos. *O diretor de índios: análise preliminar dos diretores parciais das aldeias indígenas - Bahia, 1845 - 1889*. Dissertação UFBA

Aldeados, os indígenas eram utilizados como mão-de-obra compulsória em obras públicas, quase sempre relacionadas com a conservação das estradas, que ligavam as vilas mais importantes e estas com os aldeamentos para facilitar a comunicação, principalmente comercial.

Por esta razão que os aldeamentos do Sertão da Ressaca margearam o rio Pardo e serviram de base infra estrutural para a abertura das estradas durante o século XIX. As autoridades reconheciam “as grandes vantagens que poderão provir d’esta e outras providencias que tendão a fazer povoar as margens do Rio Pardo, a melhorar sua navegação, e a facilitar e proteger as relações comerciais não só com os distritos do interior d’esta Província, mas também com a de Minas Geraes...”⁶²

As estradas tornaram-se o elemento territorializador da sociedade branca; através de sua implantação se possibilitava a aglutinação de moradores, a expulsão ou assimilação do elemento índio e a ativação comercial.

Em outro abaixo assinado, datado em 1860, os moradores do Cachimbo, “imploram” ao Excelentíssimo Presidente da Província, que “seja por este governo reconduzido o sacerdote frei Luiz de Grava ou nomeado outro em quanto se não dispersem os mesmos Índios (e assim impedindo-os) de infestarem o tranzito da Estrada de Ilheos, quando lhes falta o seu alimento...”⁶³

O receio dos munícipes, diante da saída do capuchinho italiano dos aldeamentos dos Botocudo e Mongoió, que provocaria a “dispersão” dos aldeamentos e conseqüente “infestação” da Estrada de Ilhéus, permite perceber como o aldeamento foi um auxiliar importante no controle espacial das rotas comerciais; como os cami-

⁶² APEB – Falla Presidente de Província. Herculano Ferreira Penha. Projeto de Colonização à margem do Rio pardo. 1860. P. 82-3

nhos eram pontos cruciais na disputa entre os territórios. Vias de circulação de riqueza e de integração entre as vilas e a Capital, entre produção e distribuição, entre litoral e sertão, entre ser ou não ser civilizado.

⁶³ APEB -- Seção Colonial e Provincial. Série: Índios. Maço: 4612. 06 de junho de 1860.

CAPÍTULO II

**“A memória é redundante:
Repete os símbolos para que
a cidade comece a existir.”**

Ítalo Calvino

O QUE EXISTE PARA ALÉM DO RECÔNCAVO ? : RELAÇÃO SERTÕES – LITORAL

Esta pergunta que, em um primeiro momento, parece óbvia, ficou para a historiografia baiana, por muito tempo, sem resposta. Os trabalhos que tratam da Bahia no século XIX, em sua maioria, elegeram o Recôncavo Baiano como objeto central de estudo. Um leitor mais atento questionaria se a história da Província da Bahia limitava-se a esta localidade.

O comércio atlântico e inter-provincial, especialmente de escravos, encontrava na Baía de Todos os Santos ponto de interseção vantajoso. O porto de Salvador, sem dúvida era a principal porta de entrada e saída de mercadorias à época, competindo apenas com o Rio de Janeiro, que desde 1808 oferecia estada à Família Real. Suas águas abrigavam "cada vez mais navios que vinham descarregar mercadorias, carregar produtos locais e reabastecer-se de água e de víveres. Fluxos e refluxos eram constantes, condicionados pela situação dos mercados local, regional e internacional, que alimentavam numerosa frota, de grandes e pequenas embarcações."⁶⁴

Para Kátia Mattoso, centro político-administrativo e econômico da província, Salvador, mantinha precário contato com o chamado sertão. Mesmo com o Recôncavo, as vias de comunicação eram raras e deficientes. O meio de transporte mais econômico e rápido para o período, a navegação, fluvial e marítima, impunha seu ritmo e ditava a circulação de mercadorias na Província. Os caminhos terrestres

⁶⁴ MATTOSO, Kátia M.Q. Bahia século XIX: uma província no império. P.47.

trocas mais efetivas, obrigando a capital a importar gêneros de alimentação de outras províncias, em virtude de suas constantes crises de abastecimento.⁶⁵

No entanto, ao tratar do comércio de Salvador, a autora afirma que

“cabia-lhe (a Salvador) redistribuir as mercadorias pelas regiões do interior da Província, algumas muito distantes, e isto por meio dos transportes marítimos e das poucas e más vias terrestres, para chegar ao sertão. Rios e tropas de mulas levavam aos mais longínquos rincões não só objetos manufaturados como até alimentos (...) Assim, graças a marinheiros e tropeiros, homens de têmpera forte e coragem serena, a Bahia se inseria num amplo e mal conhecido mercado de trocas. Temos uma idéia aproximada das trocas feitas com outros países, mas sobre as que se faziam entre as províncias só dispomos de dados fragmentados, que não permitem qualquer análise. Tampouco existem dados sobre o fluxo comercial entre Salvador e as diversas regiões da Província..”⁶⁶

As vilas do interior parecem distantes muito mais no sentido do desconhecimento que da geografia.

Apesar da precariedade das vias terrestres e das dificuldades em vencer a força da natureza, a circulação de produtos ganhava as águas doces dos grandes e pequenos rios, que cortavam a outra Bahia, e alcançava os mais diversos rincões; por vezes ia por terra, sob o cuidado de tropeiros a serviço de negociantes sertanejos ou da capital.

1

⁶⁵ Idem. p. 64 E m especial o capítulo 4 e o 5.

⁶⁶ Idem p. 488.

Olhares sobre o sertão

Os trabalhos atuais que rediscutem o sertão na historiografia baiana,⁶⁷ mostram como são diversas as realidades para além do Recôncavo e colocam em evidência a incipiência com que se tratou o tema.⁶⁸

Capistrano de Abreu foi um dos primeiros historiadores a dar atenção ao sertão na historiografia. Em *Capítulos de história colonial*, dedica um capítulo à discussão das especificidades desta região. Para o autor o sertão está ligado à idéia de um lugar em que a Natureza precisava ser dominada em favor do homem. Economicamente, o seu aproveitamento foi realizado com a introdução do gado vaccum, que possibilitou a abastança, a acumulação de riqueza: o sertão deu aos homens e ao reino sua maior riqueza, as minas.

Por outro lado, a população no sertão constituía uma “massa amorfa” que precisava de ordem e disciplina. Imperava a violência e a impunidade diante do afastamento da autoridade.

Em Kátia Mattoso o conceito continua preso aos aspectos geoclimáticos. A primeira incursão da autora sobre o tema sertão ocorre no livro I, da obra acima citada, em seu terceiro capítulo, *O Recôncavo*. Como o próprio título do capítulo revela o assunto central é o Recôncavo, e o sertão aparece como o local que não apresenta a

⁶⁷ O *Seminário História na Bahia: história e historiadores nas universidades baianas*, promovido pela Universidade Federal da Bahia e a Fundação Clemente Mariani em agosto deste ano, dá uma idéia de como os estudos historiográficos atuais estão se voltando para o regional e descobrindo a diversidade cultural do que se convencionou chamar sertão.

⁶⁸ Para uma discussão sobre os lugares sertão-litoral nos discursos da sociografia brasileira e o papel que desempenharam na construção do conceito de nação “que se constróem sobre a afirmação de que a história da ocupação espacial é a história da formação nacional.”, conferir SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro..* Goiânia: UFG, 1997.

“influência” benéfica da geografia litorânea, um local “imenso e severo” de clima “árido ou semi-árido”.

Mattoso conceitua *sertão* a partir das informações geográficas, de seus aspectos climáticos e vegetativos. Assim, “o sertão é diversificado, mas distante e seco... imensas e contínuas terras secas, com inúmeros arbustos espinhosos, especialmente cactáceas e bromeliáceas.” A couraça geográfica construída pela autora aprisiona também os homens que ali vivem, considerados um tipo peculiar, proveniente do clima seco e paisagem “rude”, homens “austeros e sólidos”, emprestando os termos de Euclides da Cunha.

Do ponto de vista econômico, o sertão continua estéril em sua análise. A dificuldade de acesso impedia trocas efetivas, sendo necessário a importação de gêneros de primeira necessidade de outras províncias para o Recôncavo. As vias de comunicação, apesar do “esforço para desenvolver as ligações entre litoral e interior”, reveladas pelos relatórios dos presidentes da Província, não foram suficientes para integrar economicamente o sertão ao litoral. E só com a descoberta de ouro na Chapada Diamantina, no início da segunda metade do século, que se “tornou possível o estabelecimento de uma economia de subsistência no Sertão”, local em que o gado e o ouro predominam.

Outro autor que retoma esta discussão, Erivaldo Fagundes Neves,⁶⁹ utilizou como referência bibliográfica para respaldar sua visão de sertão Kátia Mattoso⁷⁰ e Eurico Boaventura.⁷¹ Na primeira, assimila a visão de que sertão está associado à

⁶⁹ NEVES, Erivaldo. F. *Uma comunidade sertaneja: Da sesmaria ao minifúndio. Um estudo de história regional e local.* Salvador, Feira de Santana: EDUFBA, UEFS. 1998.

⁷⁰ MATTOSO, K.M.Q. *Op.Cit.*

⁷¹ BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros.* Salvador: CED/UFBA, 1989. Em especial o capítulo 4: Policultura e auto-suficiência; abundância e escassez.

grande distância da “costa, bem mais acolhedora” e que recebeu um tipo de homem específico, “pobre” e “corajoso.” Em Boaventura busca exatamente comprovação para esta idéia de sertanejo: de “coragem e desprendimento”. Desenvolve sua argumentação destacando a maneira como este homem se vestia, morava, trabalhava. Esta exaltação ao morador do sertão, “um forte”, continuando a referência a Euclides da Cunha feita por Mattoso, trás, articulada, a imagem da natureza impiedosa. Apenas este homem específico, com todos os adjetivos já citados, pôde ocupar terras tão inóspitas.

A dinâmica deste sertão tratado pelo autor, no caso o Alto Sertão baiano, é defendida com a idéia de policultura. A distância entre o sertão e os pontos de escoamento das mercadorias no litoral e a dificuldade de abastecimento, implementaram, no interior, a diversidade agropecuária. O sertão era auto-suficiente, gerou a autonomização da economia em relação à monocultura litorânea que apenas consumia seus excedentes.

O conceito de sertão está associado ao que não é conhecido ou por desprezo ou pela própria distância. E enquanto (des)conhecido pelo poder central, afirma-se autonomamente em meio a uma dinâmica particular, baseada na “diversidade agropecuária” e contato comercial intenso entre si e com outras capitanias.

Espaços separados, com projetos diferenciados e cultura diversa. Sertão e litoral são contrastantes na interpretação de Erivaldo Fagundes. A integração econômica ocorre regional e interprovincialmente, pois, “as pequenas policulturas sertane-

jas não se subordinavam à grande lavoura de unicidade de cultivo, nem dependiam dela, embora lhe vendessem seus excedentes.”⁷²

A idéia de diversidade econômica já se apresentava em *Uma comunidade rural no Brasil antigo*⁷³. A visão construída pelo autor consiste em integrar o interior ao Brasil e a Salvador, que torná-lo um espaço isolado sem contato com outros lugares. Rejeita também uma visão ufanista, em que o sertão é visto como um paraíso de couro. O que o autor chama de sertão é um espaço plural, diverso, em que várias atividades e diferentes classes sociais coexistem e se integram ao polo central, a Bahia, apesar de ser o gado o elemento principal desta paisagem.

Os assentamentos dos Livros de Despesas do sobrado do Brejo Seco, apresentados pelo autor, apesar de poucos, permitem perceber um comércio “formiguinha” com Salvador desse e de outros produtos. O sertão não estava tão afastado da capital assim.

Por outro lado, Santos Filho desenha um lugar sem contradições em que os homens se harmonizam e o conflito inexistente. Mesmo os capítulos que se dedicam ao trabalho escravo, as relações destacadas são de compadrio, de aproximação, sempre de negociação.

Estes espaços, evidente, foram construídos por negros e negras no embate diário com uma situação de vida não escolhida por eles, e por senhores, temerosos em administrar mercadorias tão valiosas e “perigosas”. No entanto, a crueldade de um

⁷² NEVES, Erivaldo. F. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio. Um estudo de história regional e local*. Salvador, Feira de Santana: EDUFBA, UEFS. 1998, P. 172.

⁷³ SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural no Brasil antigo aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Editora Nacional. 1956.

sistema baseado na escravidão deixava suas marcas nos corpos e almas de homens e mulheres.⁷⁴

O sertão visto pelo sertão

Um sertão inacessível e um sertão integrado economicamente. Esta aparente contradição, que polariza estas e outras obras, esteve presente em todo o século XIX nas falas das câmaras e nos relatórios e descrições realizados no período. Uma visão dual do sertão, cada uma usada no momento e na circunstância que melhor convinha a quem o construía.

Em correspondência enviada à Assembléia Geral Provincial pela Câmara Municipal da Vila de Minas do Rio de Contas,⁷⁵ os representantes dos habitantes do município, solicitaram “subdivisão da província”, com a criação da Província Central, que se desligaria da capital e teria em Rio de Contas sua nova sede administrativa. Em defesa da proposta argumentaram os augustos senhores que,

“sendo a situação desta vila distante da capital da Bahia 24 legoas por caminhos epidêmicos e escabrosos pelos tópicos de grandes serras que se atravessão, não se pode com facilidade procurar ahi, quando se precisa, os recursos da administração judiciaria da primeira autoridade da Provincia e maiores incovenientes soffrem os habitantes mais centrais, que quando lhes chega o provimento de seus recursos já tem sido victimas das muitas insolencias e calamidades. Daqui

⁷⁴ Quanto a escravidão indígena cf. o primeiro capítulo desta dissertação. Sobre a escravidão negra no sertão pouco foi escrito pela historiografia. Uma discussão inicial pode ser encontrada em Neves, Eivaldo e Vasconcelos, Albertina. Especificamente sobre a Imperial Vila da Vitória Maria Aparecida Souza afirma: “Certamente que determinadas situações, aparentemente indicadoras de um relacionamento menos conflituoso, ocorriam de forma pontual e não podem ser vistas como normas de conduta para o conjunto do sistema escravista no Sertão da Ressaca. Variadas indicações apontam outras perspectivas.

Com efeito, as referências de escravos com deficiências físicas (‘quebrado das virilhas’, ‘quebrado dos peitos’, ‘quebrado das partes’, ‘cega de um olho’, ‘carregado de cravos nos pés’, ‘doente de lepra’, ‘aleijado dos pés’, etc) expressam a perversidade do sistema e as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos. Além disso, registro de fugas e outras formas de resistência indicam a reação desses homens à exploração comandada pelo domínio dos senhores.” p 141-142.

⁷⁵ Arquivo Municipal de Rio de Contas. Fundo Câmara Municipal. Série Livros século XIX. “Representação da Câmara à Assembléia Geral a cerca da Província Central nesta vila.” p. 55/6.

vem, senhores, o desprezo das Instituições políticas, a desobediência e falta de respeito as Leis e autoridades, o obrar-se tudo a poder da força e do despotismo, a multiplicação dos crimes por não ter a par de si uma Autoridade principal que os faça... (ilegível), a impericia dos semigovernantes (grifo meu), que mal administrão a justiça, e a brutalidade e inteira ignorancia da maior parte destes habitantes, o que tudo se remediava criando-se uma nova Província neste centro.(...) as comarcas centrais tem ficado no desprezo e esquecimento, augmentando o flagelo dos certanejos, como se eles não fossem cidadãos Brasileiros, e não tivessem igual direito de se administrar os socorros de um Governo Paternal.”

O quadro ganha outras matizes ao se passar para a defesa da Vila de Minas do Rio de Contas como capital da almejada província,

“pelo seu salutífero e optimo local, e fertilidade de seu municipio fincado de rios com excelente agua, contando uma população já excedendo a 25 mil almas, sendo o seu terreno proprio de criar e plantar alem das ricas lavras de ouro de alto toque e qualidade, e existe toda a presunção de haver n'elle pedras preciosas e por isso o municipio que offerece mais vantagem de todos os outros confinantes e circunvizinhos par os quais deste se exporta o fumo em rôlo, em tabaco, aguardente, e assucar branco, o café, o doce da marmelada, e muitas outras coisas e (...), tudo em abundancia, que produz admiravelmente e falta nos outros Municipios por serem terras seccas e improprias para a cultura.”

Sem entrar na discussão de que interesses estão implícitos nos argumentos do discurso parlamentar dos representantes da Câmara Municipal, é possível perceber como o olhar do sertão sobre si também estava marcado por esta oposição Sertão-Litoral, por este auto conhecimento de distância, de diferença geográfica que acentua a “ignorância” dos homens diante da ausência de um governo capaz de impor ordem e civilização. No entanto, ao mesmo tempo, o sertão se mostra um lugar de potencialidades econômicas, repleto de recursos naturais e habitado por “cidadãos brasileiros”.

Uma parte do discurso nos dá pistas a mais para a montagem deste quebra-cabeças. A solicitação dirigida à “respeitabilíssima Assembléia Geral” demarcou, para seus autores, a diferença entre aquela vila e “os outros confinantes e circunvizi-

nhos”. As intenções políticas estavam claramente colocadas no sentido de se construir uma superioridade para a aurífera vila, contudo indica-se diferenciações geoclimáticas, “terras secas e impróprias para o cultivo”; de tradição e cultura, “antigüidade”; e desenvolvimento, “melhores edifícios”.⁷⁶

A fala dos parlamentares municipais denuncia a existência não de um, mas de vários sertões, localidades com dinâmicas específicas e com maneiras diversas de se responder aos conflitos diários e de se relacionar com o poder central.

Sertão da Ressaca:

Continuando sob o comando dos olhos do soberano austríaco, viajemos pelas matas longínquas do Sertão de Ressaca.

Perspicaz em suas observações relata :

Como falhassem os meus esforços para descobrir muitos produtos naturais que esperava encontrar aqui, resolvi deixar Vereda⁷⁷ e seguir para o Arraial da Conquista. Deixei, portanto, os campos descobertos, atravessados com a minha tropa uma região seca e coberta de caatingas, ou sejam florestas baixas e ressequidas, e passei a noite em 'Os Porcos', lugar cuja população era composta, exclusivamente, de duas famílias de gente de cor.(...) Após curta caminhada, cheguei ao Arraial da Conquista, principal localidade da zona. Durante o trajeto passei por trechos interessantes, cobertos de belíssimas matas. Lindas árvores e arbustos floridos ornavam o caminho com a extrema variedade de suas flores; alguns deles exalavam o cheiro de jasmim, muito agradável; as casas de cupim são muito espalhadas em toda a extensão da mata. Alguns prados, fechados, em toda volta pela mata, interrompem agradavelmente a uniformidade desses maciços de árvores; o seu verde-vivo, as belas gramíneas e as arundináceas, que os compõem e atraem a atenção do botânico, lembravam-me o frescor dos prados das zonas temperadas, concorrendo para avivar ainda mais esta impressão dos quadros tranquilos e encantadores das florestas de minha terra natal(...)

Arraial da Conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante como qualquer vila do litoral. Contam-se aí de trinta a quarenta casas baixas e uma igreja em construção. Os moradores são pobres; daí a razão por que os ricos proprietários das retolondezas, as famílias do coronel João Gon-

⁷⁶ Idem, ibidem. P. 57

⁷⁷ Atual região do distrito de Inhobim.

*çalves da Costa, o capitão-mor Miranda e algumas outras empreenderam a construção da igreja às suas expensas*⁷⁸.

Era o ano de 1818. O príncipe Maximiliano, que atravessara o Atlântico vindo da Inglaterra e ancorara na capital do Reino, vinha de uma longa jornada ao pisar seus pés em solo do sertão baiano. Possivelmente, já havia observado muito para que se permitisse estabelecer comparações. E suas palavras não deixam dúvida quanto a diversidade geoclimática e cultural do sertão.

Um sertão de matas, de um “verde-vivo”, que lembra as florestas europeias. Esta descrição está longe da imagem de terras tórridas e calor flamejante, de uma Natureza inóspita, dura, como os homens que a habitam, que, muitas vezes, foi construída desconsiderando as especificidades na relação homem-natureza.

A vila

O arraial da Conquista, fincado ao pé da Serra do Periperi, com suas edificações primeiras acompanhando o curso do rio Verruga, próximo à sua nascente, tornou-se “pouso certo,” localidade sempre pronta para abrigar tropas e boiadas cansadas de tortuosas caminhadas rumo ao litoral, ou às serras da Chapada, ou, ainda, às Gerais.⁷⁹

⁷⁸ WIED-NEUWIEED. Op. Cit. P. 425-7

⁷⁹ Afirma o historiador Belarmino de Jesus Sousa: *A criação do povoado segundo o Prof. Antônio Luis Santos (...) explica-se ainda, pelo interesse português em assentar um aglomerado humano, de origem portuguesa, entre o litoral e o sertão. Este papel foi cumprido, o Arraial da Vitória foi fincado na área limítrofe entre a Zona da Mata (prolongamento interiorano da Mata Atlântica) e a Caatinga. As estradas (veredas e trilhos) abertas sob o comando do conquistador João Gonçalves da Costa, visavam a este objetivo de integração.* SOUZA, B.J. *Arreios, currais e porteiras: uma leitura da vida política em Conquista na primeira República.* São Paulo: PUC, 1999. (dissertação)

Sua posição estratégica contribuiu muito para o crescimento do povoado que, vinte e dois anos depois de receber a visita do príncipe Maximiliano, foi elevado à condição de vila e sede de freguesia.⁸⁰ A formação de uma vila, nesse período, representava a ocupação efetiva e o seu controle administrativo.

Segundo Isnara Pereira Ivo “foi a partir das vilas imperiais que o Estado se instalou nos grotões do interior do país,”⁸¹ reunindo, assim, condições suficientes para o exercício do poder local em consonância com a centralização do Estado imperial.⁸²

Nesse sentido, a edificação da Imperial Villa da Victória, representou a territorialização⁸³ de uma “minoría representativa de quatro troncos familiares (que) alternava-se no controle das instâncias públicas de toda a estrutura jurídica e político-administrativa da municipalidade”⁸⁴.

⁸⁰ (...) *fica também erecto em Villa e Freguesia o Arraial da Conquista termo da Villa de Caetite, com as denominações de Imperial Villa da Victoria e Freguesia de Nossa Senhora do mesmo titulo. Artigo quarto, tanto a Villa como a Freguesia terão por limites todo o termo desta Provincia, que tem pertencido a Freguesia do Rio Pardo, cuja Matriz esta assentada em terreno da Provincia de Minas Geraes.* APEB, Seção Colonial e Provincial, Série: Câmaras Municipais – Imperial Vila da Vitoria, 1840-1866, Maço 1463.

⁸¹ IVO, Isnara Pereira. A tragédia do tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895) Dissertação Mestrado, UFMG, 1998. P. 57

⁸² Quanto a atuação das Câmaras Municipais durante o Império, a autora afirma que apesar de se tornar alicerce do Estado, o fortalecimento da centralização político-administrativa proporcionou sérios problemas às câmaras municipais e também à administração provincial, pois aquelas passaram a depender inteiramente de auxílios financeiros do governo da Provincia para construção de obras de estrutura física urbana, como cemitérios, casa de câmara e cadeia, instrumento s agrários para aldeamentos e mesmo armas e munição para as milícias locais. Foi o caso da Imperial Vila da Vitória que não possuía recursos necessários ao seu funcionamento. Contudo, pondera Pereira Ivo, *cercear a representação política das comunidades locais, não impediu o fortalecimento das elites, ao contrário, transformou-a numa instância eficaz de dominação.* Ibidem p. 60.

⁸³ Desdobramento do conceito de território representa as ações de agentes no sentido de reordenar os sujeitos sociais em suas relações de poder, econômica ou política, bem como suas relações com a natureza. “*Refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.*” CORRÊA. Roberto Lobato, *Territorialidade e corporação: um exemplo.* In: SANTOS, M. etti alli.(org.) *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: HUCITEC, 1996. p.251-2. Conferir também ZORZO, A. Francisco. Op. Cit.

⁸⁴ IVO, Isnara Pereira Op. Cit. No mesmo sentido, aponta Belarmino de Jesus Souza: “*O tronco familiar formado pela seqüência: Gonçalves da Costa, Oliveira Freitas e Fernandes Oliveira, serviu*

As alterações espaciais, e pode-se dizer estratégicas, para melhor aproveitamento econômico e maior controle dos autóctones, desde o início da ocupação, foram sendo implementadas. A distribuição das terras do sertão da Ressaca entre a família Gonçalves da Costa, as estradas e picadas construídas para condução das boiadas e tropas, os aldeamentos organizados à margem do rio Pardo,⁸⁵ acenam no sentido de uma reterritorialização⁸⁶ em que a pecuária assume o lugar de atividade principal, seguida da agricultura e atividades consortes.

Quem abastecia quem? E de quê?

Erivaldo Fagundes Neves afirma que a ocupação no interior, da forma como foi realizada, promoveu a acumulação interna e a formação da pequena propriedade, o que colidia com o projeto colonizador, e fixou “a auto-suficiência da policultura sertaneja, tanto nas lavouras, quanto na pecuária. Os excedentes dinamizaram o segmento mercantil interno da economia rural, sem controle direto da metrópole, ao

de base para a formação de uma organização de poder local firmado na articulação de famílias que se juntaram a estas”. Este fenômeno é tratado pelo autor como endogamia conquistense. SOUZA, Belarmino J. Uma leitura da vida política em Conquista na primeira República. Memória Conquistense N° 4. Vitória da Conquista: UESB/PROEX/MRVC, 1999. P. 96.

⁸⁵ Nesta direção afirma Tranquilino Torres: “*Dividindo-se os filhos do coronel João Gonçalves, localizaram-se em situações diferentes, de onde podiam continuar suas explorações, auxiliando-se em caso grave: Antônio Dias fixou sua residência na Uruba, 4 e meia léguas distante da vila de Poções, João Dias, na Manga, 5 léguas distante da mesma vila e meia da Uruba, e o sargento-mor Raymundo, nos Morrinhos, 11 léguas distante de Poções.*” TORRES, Tranquilino L. Op. Cit. P. 46. Maria Hilda Baqueiro também aponta a habilidade com que o sertão da Ressaca foi sendo ocupado e acrescenta “*Implantaram, além do criatório de gado, principal fonte de recursos, plantações de café, fumo, açúcar e mandioca. Outra fonte de ingresso era as estradas de tropeiros, que cruzando o seu território, lhes permitia a cobrança de taxas sobre as cabeças de gado que por ali circulassem em busca de pontos de comércio.*” PARAÍSO, M. H. B. Op. Cit. P. 31-2.

⁸⁶ Reterritorializar ou a formação de uma nova territorialidade implica em uma desterritorialidade, ou seja, a desapropriação dos grupos que sofrem a ação. Uma forma de “desenraizamento” da vida social em que a economia, a cultura, as instituições são deslocadas, enfraquecidas ou dissolvidas. O uso deste conceito segue a idéia de Simone WEIL e Octávio IANNI In NEVES, Gervásio R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades. P. 270, apud SANTOS, Milton et alli Território: globalização e fragmentação. 1994.

contrário da monocultura canavieira litorânea, que produzia para o monopolizado comércio externo.”⁸⁷

A cultura do algodão que integrava a policultura em alguns períodos figurava como importante produto de exportação, alcançando cifras expressivas no comércio exterior. Fenômeno incentivado pela Revolução Industrial e a Guerra de Secessão. A partir da década de 30 do século XIX a cultura de algodão se estagnou no sertão, muito em função da dificuldade de transporte.

Este comércio não ocorria em mão única. O fluxo de mercadorias importadas que percorriam o caminho de volta do algodão, da farinha, da rapadura e da cachaça também precisa ser considerado. A auto-suficiência no sertão não era absoluta. Fazendas importadas da Inglaterra, China, louças, alimentos mais finos, vinhos, mão-de-obra e toda uma sorte de bugigangas entravam sertão a dentro (os inventários respaldam esta afirmação, pelo menos para o século XIX) através das tropas de muares. Se o governo provincial insistia na falta de apreço ao “sertão”, os negociantes não comungavam o mesmo sentimento.

Inversamente ao litoral monocultor, assolado constantemente por crises de abastecimento,⁸⁸ o povoamento do interior compeliu à produção do autoabastecimento, capaz de gerar excedente para o mercado regional e interprovincial. Essa nova dinâmica integrou várias regiões interioranas, promovendo a acumulação inter-

⁸⁷ NEVES, Erivaldo. F. *Uma comunidade sertaneja: Da sesmaria ao minifúndio. Um estudo de história regional e local*. Salvador, Feira de Santana: EDUFBA, UEFS. 1998, P. 174.

⁸⁸ A angústia da população de São Salvador com a dificuldade de acesso aos gêneros de primeira necessidades, especialmente carne e farinha, provocou a constituição, em 1878, do Club de Salvação Pública. “*O Club, filho do povo e só por elle creado tem por fim somente pesquisar, indagar, conhecer e denunciar à V. Ex. e às autoridades competentes, sem dependencias de idéias políticas, o monopólio dos generos alimenticios e a defraudação do suor do povo, praticados por qualquer negociante que, desconhecendo as verdadeiras leis da humanidade, aproveita-se da occasião como a ac-*

na e formação da pequena propriedade fundiária, antítese da planificação do colonizador.⁸⁹

Para a Imperial Villa da Victoria esta afirmação se confirma. As correspondências da Câmara Municipal apontam constantemente para a necessidade do comércio com outras vilas e cidades na província baiana e fora dela.

A saga da construção da estrada de Ilhéus permite que se verifique como o ir e vir de mercadorias dispensava muito da atenção municipal. Cinco anos após a instalação da vila, 1845, o juiz municipal no período, Plácido Gusmão, solicitando “providencias a bem público” contra a ação dos índios Mongoió na estrada de Ilhéus argumenta que tal estrada “muito convem a transito livre dos viajantes, porque os criadores de gado deste Municipio, pela dita estrada botão gado de asougue para o consumo da Villa dos Ilhéos, bem como para arrastarem a madeira das matas para o ponto de embarque e da hi para a cidade, e os moradores deste Municipio conduzem sal daquela vila para o mister de suas casas.”⁹⁰

Em 1847, José Nunes Bahiense, designado pelo governo provincial para a administração da limpeza e abertura da referida estrada, reafirma as palavras do digníssimo magistrado ao descrever o seu “lamentavel” estado que desde 1811, data de sua abertura, “segundo affirmão pessoas mais velhas do lugar”, nunca foi limpa. As obras a serem realizadas eram importantes por ser essa “estrada tão necessária a este centro, quanto a esta Villa do Ilhéos, e suas outras circunvizinhas, por vê-se que aquella vila é o mais perto pôrto do mar desta tantas sendo caressedora de gado vac-

lual para regorgitarem de ouro as suas algibeiras.” APEB -Seção Colonial e Provincial. Série: Agricultura 1823 – 1878. Maço: 4626. 15 de abril de 1878.

⁸⁹ NEVES, Erivaldo F. Op. Cit. P. 172.

⁹⁰ APEB – Seção Colonial e Provincial, Série Judiciário 1837 – 1872. Maço 2647 ofício de 02 de setembro de 1845.

cum, que daqui deve partir por ser a única estrada que aquela vila tem de comunicação com o centro”⁹¹.

Nem todos os caminhos levam ao porto

Como foi visto no capítulo primeiro, as vias de comunicação constituíram um importante “dispositivo territorial” facilitador da implantação de uma sociedade em que a lógica da produção e do consumo se diferenciava da anterior, baseada na coletividade, e do controle dos grupos indígenas que habitavam o local.

Enquanto elos de ligação com outros núcleos populacionais, as estradas tornaram-se um espaço essencial para as trocas mercantis. A produção perseguia os escoadouros que melhor vantagens trouxessem⁹². O comércio inter e intraprovincial movimentou a vida dos moradores das vilas sertanejas oferecendo, por um lado a possibilidade de enriquecimento, por outro, o contato com formas de pensar e agir que representassem a integração ao mundo civilizado do Império.⁹³

Pode-se afirmar que os contatos comerciais do arraial da Conquista e posterior vila da Vitória foram mais intensos no âmbito regional. Rio Pardo, Minas No-

⁹¹ APEB – Seção Colonial Provincial. Série Viação Via de Transporte 1846 – 1889. Maço 4948. Vila da Vitória 25 de maio de 1847.

⁹² Uma discussão interessante levantada pelo professor Francisco Zorzo relaciona a formação do sistema viário com a intenção de ampliar, em um primeiro momento, para depois controlar a produção no âmbito da circulação. “A via coloca os fluxos (de produção) segundo um axioma, dispõe os poderes segundo um vetor funcional.” ZORZO, F. Op. Cit. p. 37.

⁹³ Segundo Ilmar Rohloff de Mattos “à medida que os Saquaremas foram consolidando suas posições no interior do mundo do governo unido a seus propósitos mesmo aqueles homens livres não proprietários, o tema da Ordem passou a ser secundário, sendo suplantado pelo da necessidade de difusão de uma Civilização, em outras palavras, a difusão entre os homens livres do Império d o Brasil dos valores, normas e padrões que distinguem as ‘Nações Civilizadas’”. O autor chama a aten-

vas, Chapada Diamantina, Ilhéus, Areia, Nazaré figuravam como fortes referências para as trocas. A cidade da Bahia, aparece como importante fornecedora de produtos estrangeiros que chegavam às vilas sertanejas em lombos de muares sob o comando dos tropeiros em comitiva alegrando os ávidos olhos dos moradores, principalmente das mulheres, com mercadorias vindas de além mar e que representavam as novidades do mundo civilizado.⁹⁴

“Sou eu Boiadeiro eu vendo a boiada,
a boiada é mineira que vem da chapada”⁹⁵

O contato comercial com Minas Gerais era antigo⁹⁶. Segundo Tarcísio R. Botelho, o norte de Minas, em fins do século XVIII, redimensiona-se no cenário econômico devido a decadência mineradora.⁹⁷ Em suas palavras, “houve uma reafir-

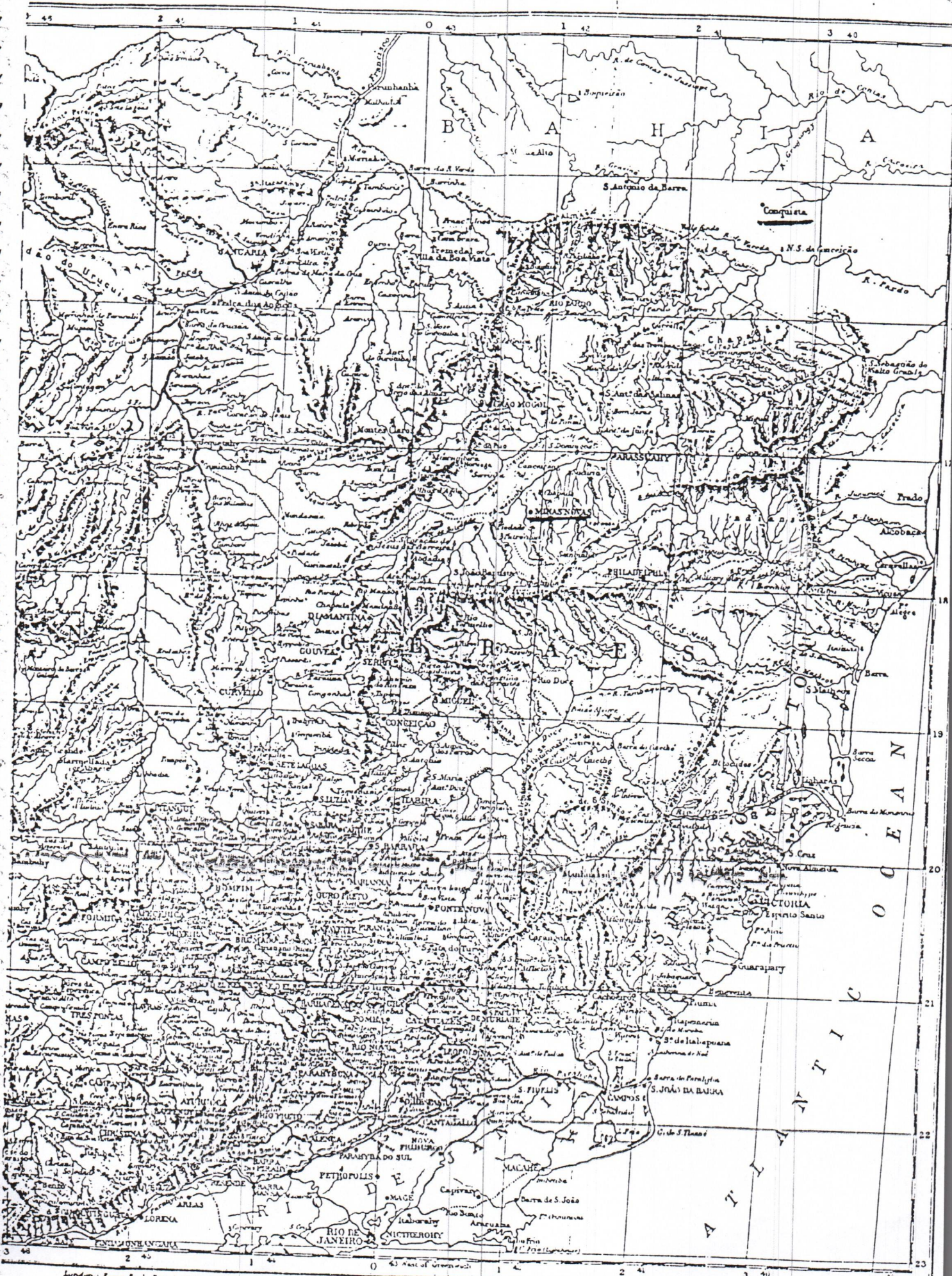
ção, contudo para o fato de que civilização e escravidão se complementavam para os homens do Império. P. 191

⁹⁴ Em seu diário de viagem o príncipe Maximiliano descreve o “espetáculo” de uma tropa cortando o sertão: “sete burros formam um lote, devendo ser conduzidos, carregados e alimentados por um homem. O primeiro animal da tropa tem arreios pintados e guarnecidos de numerosos guizos. O encarregado da tropa vai a cavalo, na frente, com alguns de seus companheiros ou ajudantes. Todos vão armados de compridas espadas e vestidos de botas de couro castanho, que sobem até muito em cima/ à cabeça um chapéu de feltro cinzento claro. Essas tropas às vezes interrompem a triste uniformidade desses campos.” WIED-NEUWIED, M. Op. Cit. P.407.

⁹⁵ Música-de-santo (zuela) entoada na festa do boiadeiro no terreiro de Umbanda Ogum Megê em Vitória da Conquista. Cf. AGUIAR, Itamar P. de. *As religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista: caminhos da diversidade*. Dissertação defendida junto ao Mestrado em Ciências Sociais da PUC/São Paulo, 1999.

⁹⁶ A vila de Nossa senhora do bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, antiga São Pedro do Fanado foi subordinada civil e militarmente à província da Bahia por ordem régia em 1729. Em 1757, após disputas diplomáticas entre a província de Minas Gerais e a província da Bahia, acaba sendo anexada à capitania de Minas Gerais. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Fanado. Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Edição especial comemorativa dos 250 anos de Minas Novas, vol. XVIII. Belo Horizonte, 1981. P. 145-8.

⁹⁷ Para este autor a Bahia, ainda na primeira metade do século XIX, perde importância no comércio local do norte de Minas em função do redirecionamento da economia mineira para sua parte sul e do processo de decadência da economia baiana. Estas conclusões não invalidam a afirmação da existência de um fluxo de trocas entre as duas províncias, principalmente em relação ao sul e sudoeste da Bahia. O reordenamento espacial de sua produção para a região sul com o evidente interesse em abastecer a capital moradia da corte portuguesa, não significou o encerramento das relações comerciais com as comarcas baianas. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia*



London: Egmont, Paul, French & Co

Provinces of Minas Geraes and Espirito Santo - 1882
 1:2,977,000

Edm. Taylor, Ltd

mação em novos mercados, intra-provinciais (Paracatu, por exemplo) ou extra-provinciais (Bahia e Goiás) e a fuga do isolamento que se agravava com o declínio da mineração.”⁹⁸

O príncipe austríaco, em suas andanças pelos “campos gerais que confinam com o sertão da Bahia” apeia no Valo⁹⁹, quartel geral encarregado de fiscalizar o contrabando entre os viajantes. Em suas observações afirma que “o comércio entre Minas e Bahia se faz aqui por diferentes caminhos. Grandes tropas de sessenta a oitenta burros, ou mais, vão e vêm sem parar transportando mercadorias, principalmente sal, que falta em Minas. Descarrega-se os burros em Valo para serem revista-dos, depois seguem comumente pela estrada ao longo do rio Gavião”.¹⁰⁰

A correspondência entre as autoridades das duas províncias reforça a existência deste comércio e a intenção em intensificá-lo. Foi assim em ofício enviado ao vice-presidente da província de Minas Gerais pela câmara Municipal da vila do Rio Pardo em 13 de julho de 1848 em resposta a um ofício anterior do

“juiz de direito interino da Comarca de Porto Seguro dirigido ao Delegado de Policia da Vila da Victória acompanhado do officio do Exelentissimo Prezidente da Provincia da Bahia, convidando, e exigindo rellações comerciais das pessoas mais gradas deste Municipio, afim de se firmar a Collonia do Salto e conservar-se alli hum destacamento em quanto se explora a Navegação do Rio Pardo.” Os vereadores da vila mineira demonstraram o quão interesse tinham em tal medida por ser “muito vantajoso e interessante à aquella, e a esta provincia, por se facilitar muito a exportação dos nossos generos para aquela provincia e a importação dos generos comerciais daquella a esta.”¹⁰¹

e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação de mestrado em História Social – USP, 1994.

⁹⁸ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação de mestrado em História Social – USP, 1994. P. 43.*

⁹⁹ Limite entre a Bahia e Minas Gerais.

¹⁰⁰ WIED-NEUWIED. Maximiliano. Op. Cit. P.407.

¹⁰¹ APM – Seção Provincial. Fundo Presidente de Província. Série Correspondência Recebida – Câmara Municipal do Rio Pardo. Cx. 225. Doc. 50.

avés das estradas que ligavam as duas províncias¹⁰² as mais variadas mercadorias cruzavam suas fronteiras. O registro do Rio Pardo apresentou o seguinte movimento de exportação e importação entre 1815 e 1830, que foram confirmados para a década de 1840 :

Mappas da Importação dos produtos e manufatura do Reino dos Outros Portos do Brasil, e dos Paizes Estrangeiros, no Registro do Rio Pardo.¹⁰³

PRODUTOS IMPORTADOS	PRODUTOS EXPORTADOS
FAZENDAS SECAS	ALGODÃO EM RAMA
CHAPEOS	PANO DE ALGODÃO
LOUÇA	MANTAS DE ALGODÃO
VINHO	BOIS
FUMO	POTROS
ASSO	CAVALLOS
CHUMBO	BURROS

¹⁰² Segundo officio emitido pela Recebedoria do rio Pardo "alem da villa do Rio Pardo em pouca distancia segue uma estrada a esquerda, para a Provincia da Bahia, que vai pelas villas de Caetit e Rio de Contas, passando pelas Fazendas de São Bartolomeu, São Romão, e Tabua the o lugar denominado Currealinho, diviza desta Provincia com aquella, em distancia do (ilegível) Pardo 13 légoas, cuja entrada he de grande comercio. Em pouca distancia da mesma villa segue outra estrada a direita daquella para a Bahia chamada Gavião, de grande comercio e faz diviza das provincias - no Vallo Fundo, em distancia do Rio Pardo 18 legoas. Alem da mesma vila do Rio Pardo em distancia de 6 legoas, segue outra entrada de grande comercio entre as duas referidas cuja diviza de provincia he em distancia de 14 legoas, mais ou menos. O mosquito pelo Rio Pardo abaixo, fica em distancia da Villa de 28 a 30 legoas, e outra na Provincia da Bahia na estrada, por baixo ou a direita de Vallo Fundo em distancia de 4 a 6 legoas - há comercio por ela. Há outra entrada de grande comercio descoberta no tempo do Registro, para estravios, a qual he ao lado esquerdo do Currealinho, chamada Rio Verde Pequeno - por ela descem generos da Vila das Formigas, Tremedal e Catingas do Rio Pardo, e do mesmo Rio Verde tambem generos em grande numero - deve distar do Rio Pardo 16 legoas as divizas. (...)" APM - Seção Provincial. Fundo Presidente de Provincia. Série Correspondência Recebida - Registros e recebedorias Morrinhos, Rio das Velhas, Rio Pardo. Cx. 15. 04 de fevereiro de 1844.

¹⁰³ APM - Seção Provincial. Fundo Presidente de Provincia. Série Correspondência Recebida - Registro, Barreiras e Recebedorias. Cx. 15. 1830.

BOLAXA	SOLLA
BACALHAU	COURO CRU
SAL	
ESCRAVOS	
COBRE	
SERA	

Os produtos vindos da Bahia, grande parte, provenientes da praça da capital, eram itens de importação, mercadorias estrangeiras que atravessavam a província em lombos de burros e bestas e abasteciam as mercearias das vilas. Produtos que não eram produzidos no Norte de Minas e por isso precisavam ser adquiridos em portos os mais próximos.

O balanço contábil procedido na casa de negócio do tenente Manoel José dos Santos Silva, em 1883, devido a inventário *post mortem*, informa suas relações com a praça comercial da Bahia. As casas Anselmo D'Azevedo Fernandes & Cia e Fortunato, Pinho, Avellar & Cia., esta última estabelecida na rua Nova das Princezas, nº 6, cidade da Bahia, forneciam mercadorias sortidas ao comerciante conquistense. São dezessete páginas de produtos, totalizando 5:158\$151 (cinco contos, cento e cinquenta e oito mil e cento e cinquenta e um réis), onde constam diversos tipos de fazendas, botões perolados, brincos, argolas, óculos finos, facas, colheres, meias, chapéus, papel, lápis de páo, medicamentos e livros.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Balanço sobre a casa do finado Tenente Manoel José dos Santos Silva em 19 de março de 1883. A.F.J.M -- Arquivo 1ª Vara Cível - Cx.17. Documento anexo ao inventário.

Ao chegar da capital, parte das mercadorias abastecia a “loja contigua a casa de morada” do tenente negociante para o consumo dos moradores da vila, e parte seguia em burros e mulas para outras localidades conduzidos pelo escravo Bennedicto, 38 anos, natural de Maragogipe, arrieiro de profissão. O lucro alcançado com estas transações era considerável, a ponto de tornar o senhor Manoel José um dos *agentes bancário do sertão*.¹⁰⁵ Quando de seu falecimento duzentos e trinta e sete pessoas¹⁰⁶ deviam em forma de letra ou rol ao negociante, perfazendo um total de 13:009\$353.¹⁰⁷

A movimentação destes produtos reforça a posição da Imperial Vila da Victória como entreposto comercial, fornecedora de mercadorias às vilas e povoados circunvizinhas.

A pauta de produtos que entraram no porto de Salvador vindos de outros países no ano de 1872/73 confirma a procedência da relação do Rio Pardo. Dela constam azeite, bacalhau e outros peixes, bebidas espirituosas e fermentadas, calçado, carvão em pedra, chapéus, drogas e medicamentos, farinha de trigo, ferragens, ferro bruto, louça e vidros, máquinas, manteiga, manufaturas de algodão, lã, linho e seda, obras de ouro e prata, papel, pólvora, roupa feita, sal, vinhos, outros.¹⁰⁸

¹⁰⁵ O termo é usado por Lycurgo dos Santos em seu trabalho sobre a família Canguçu na fazenda Brejo do Campo Seco em Bom Jesus dos Meiras (atual Município de Brumado, cidade vizinha de Vitória da Conquista). SANTOS FILHO, L. Op. Cit. Em especial o capítulo XX.

¹⁰⁶ Destas 8 eram mulheres e apenas 1 escravo (com indicação direta).

¹⁰⁷ Inventário de Manoel José dos Santos Silva - A.F.J.M - Arquivo 1ª Vara Cível - Cx.17. Em anexo Lista de matrícula de escravos.

¹⁰⁸ APEB - Falla Presidente de Província proferida por Cruz MACHADO, 1874. Série Biblioteca, n. 41

O ir e vir de mercadorias

Em relatório de 1846 enviado à Presidência da Província a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória informa o estado das estradas que cortam o município. Para a Estrada Geral que “vem da Província de Minas e vai ter o seu fim nos Portos de Valença, Nazareth, e Aldeia” a Câmara acena boas possibilidades de utilização com a realização de algumas melhorias especialmente quanto ao apresamento de água nos pousos. Sobre a “picada” que “d’esta vila vai ter a Villa de Ilhéos”, apesar de caminho precário “he abundantissima d’água e fertil de postos em todos os pousos.” A preocupação com a situação das estradas justificase por servir de rota comercial “onde transmitão as boyadas e tropas que passam neste município.”¹⁰⁹

Dez anos depois as estradas continuavam em estado “lamentável pois se tornam ellas intransitáveis durante a estação invernosa e necessitão grandes melhoramentos para poder prosperar a agricultura e o comercio”. Contudo, as solicitações apresentam um caráter de ampliação quantitativa e qualitativa. Duas novas vias foram requisitadas para ligar a Vila ao Sul da Província, Barra do Rio de Contas e Canavieiras, “sendo esta última a de mais urgente necessidade por ser lateral ao Rio Pardo, onde apesar das insupperaveis dificuldades principia com grande actividade a população do Districto de Verruga a emprehender a navegação, que tão vantajosa é a este Municipio.”¹¹⁰

O objetivo das melhorias passa a ser o aproveitamento integral dos caminhos superando os obstáculos impostos pela Natureza. As características cli-

¹⁰⁹ APEB – Seção Colonial Provincial, Fundo Presidente de Província, Série Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória 1840-1866, Maço 1463. 20 de julho de 1846.

máticas da região com secas esporádicas e enchentes regulares impedem, muitas vezes, a circulação satisfatória. Para solucionar os problemas com as inundações do Rio Pardo e do Rio de Contas “que pela abundancia das agoas privão em quase metade do anno o transito não só dos animais, como dos viadantes”, a Câmara Municipal encaminhou pedido para a construção de pontes uma vez que “nunhu- ma possui o municipio”.¹¹¹

Os reclames do poder local por benfeitorias expressavam a demanda de escoadouros para uma produção em crescimento, que deixou empolgados os re- presentantes municipais:

*“É com satisfação que esta Câmara informa a V. Excia. Que prosperão com rapidez as lavouras do Municipio, que já conta com vinte e duas Engenhocas, as quaes nos ultimos trez annos tem produzido pouco mais ou me- nos doze mil canadas de aguardente, 900 arrobas de assucar e dez mil rapadu- ras de cinco libras, e que as criações de gados vaccuns, e cavallares, tem augmentado em razão decupla nos ultimos annos, estando ainda em algum atr- raso a criação de gado muar por causas estranhas aos creadores”.*¹¹²

Os reclames quanto às dificuldades de locomoção diante da precariedade dos “caminhos de ir e vir”, estiveram presentes, ao longo do século XIX, na maio- ria dos documentos oficiais e, quase sempre, como principal obstáculo ao desen- volvimento do comércio e civilização do sertão. Reivindicações justas, é certo. Para a elite local eram necessárias “mudanças (que) fossem mais recurso para o

¹¹⁰ APEB – Seção Colonial Provincial, Fundo Presidente de Província, Série Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória 1840-1866, Maço 1463. 21 de janeiro de 1856.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

exercício de sua dominação”, e também que trouxessem melhorias concretas ao município, capazes de oferecer “contornos de civilização”.¹¹³

A insistência deste discurso produziu outro, em que as vilas sertanejas estavam em estado de isolamento e que “não tem desenvolvimento pela falta de meios de exportação.”¹¹⁴ Esta falta de vias de comunicação posicionou sertão e litoral em lugares distintos pois “vivem quasi incomunicáveis”.¹¹⁵

A estrutura viária montada desde o século XVIII certamente era deficiente e, muitas vezes, podia se resumir a picadas, pouco espaçosas e incômodas. Entretanto, “esta simplicidade viária não deve servir de engano quanto a sua definição e consistência, pois a ela estava atrelada a divisão fundiária e a atividade de penetração colonizadora e missionária. Foi nas margens dos caminhos que se distribuía sesmarias de terras e se escoava a produção.”¹¹⁶

Os problemas de acesso, as solicitações de obras que melhorassem as estradas, diminuíssem o tempo de viagem, burlassem os impecilhos naturais dos rios, não podem tornar-se estorvos ao olhar de investigação. O desenvolvimento das vilas e povoados para além do Recôncavo, em particular a Imperial Vila da Vitória, apresentou características próprias em que as proximidades e distanciam-

¹¹³ Em seu estudo sobre o mandonismo na Imperial Vila da Vitória a historiadora Isnara Ivo demonstra como apesar dos administradores da Imperial Vila da Vitória serem “membros de uma elite que, em termos políticos, se configurava tradicional e conservadora (...) foram condutores de modernização, de mudanças (...) e se preocupavam em construir uma cidade organizada, ordeira e logicamente disciplinada.” IVO, Isnara P. Op.Cit. p. 61.

¹¹⁴ AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas do estado da Bahia*. Brasília: INL, 1979. Este livro foi publicado em 1889 como resultado do trabalho incumbido pelo presidente da província João dos Reis de Souza Dantas para que o autor visitasse as vilas da província e descrevesse o estado em que se encontravam durante o período de 1882-3.

¹¹⁵ APEB – Falla proferida pelo Presidente da Província João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, 1857. Série Biblioteca, p. 69. Em outras falas é possível detectar o mesmo discurso.

¹¹⁶ ZORZO, F. A. Op. Cit. p. 39.

mentos comerciais, políticos, culturais acompanhavam os interesses e negociações estabelecidas. Assim sendo,

“visto de um ângulo puramente técnico, o sistema viário se mostraria simplesmente inadequado e ineficiente. Porém, após três séculos de povoamento interior, por meio de caminhos que a primeira vista mostravam-se quase intransitáveis, circulavam bens e consolidavam-se relações sociais que deram a determinados grupos de homens uma ampla participação na sociedade pela via mercantil. Foram estas relações entre homens livres, baseadas em interesses comerciais, que se mesclavam com outras de ordem pessoal e grupal, que abririam o sistema social para as transformações posteriores.”¹¹⁷

A produção no Sertão da Ressaca

Em 30 de janeiro de 1818 chegava à Barra da Vereda nosso viajante austríaco. Os olhos do príncipe, como sempre, contemplaram inicialmente a natureza a sua volta, “uma planície descampada e atapetada de relva e de arbustos, limitada ao longe por montes arredondados e cobertos de vegetação, tendo alguns trechos cultivados.” Foi recebido por Antonio Ferreira Campos¹¹⁸ na fazenda Vereda.

A produção na propriedade, conforme a descrição do príncipe, era diversificada. Roças de mandioca, milho, algodão, arroz, feijão, café e cana para a produção de aguardente e rapadura. “Eram vastas plantações onde o arroz e o milho tinham so-

¹¹⁷ Idem. P.45.

¹¹⁸ Segundo Mozart Tanajura quando João Gonçalves da Costa penetrou no Sertão da Ressaca encontrou a família de Ferreira Campos instalada com uma fazenda e um estabelecimento comercial. As duas famílias se uniram através do casamento de Joana Gonçalves da Costa e Antonio Ferreira Campos e se mantiveram no poder político da vila e posterior cidade por décadas. TANAJURA, Mozart. História de Conquista: crônica de uma cidade. Vitória da Conquista:PMVC, 1992. p. 142-3.

Em 30 de janeiro de 1818 chegava à Barra da Vereda nosso viajante austríaco. Os olhos do príncipe, como sempre, contemplaram inicialmente a natureza a sua volta, “uma planície descampada e atapetada de relva e de arbustos, limitada ao longe por montes arredondados e cobertos de vegetação, tendo alguns trechos cultivados.” Foi recebido por Antonio Ferreira Campos¹¹⁸ na fazenda Vereda.

A produção na propriedade, conforme a descrição do príncipe, era diversificada. Roças de mandioca, milho, algodão, arroz, feijão, café e cana para a produção de aguardente e rapadura. “Eram vastas plantações onde o arroz e o milho tinham sofrido um pouco com a seca. Eram sobretudo consideráveis as provisões de milho e algodão. Havia, entre outras coisas, 91 arrobas de algodão embalado em grandes sacos quadrados de couro¹¹⁹, prestes a serem expedidos para a Bahia.”¹²⁰

A atividade mais lucrativa, segundo as observações do intrépido viajante, era a pecuária. O senhor Ferreira Campos, “generoso hospedeiro, criava nos campos de sua propriedade consideráveis rebanhos de bois e cavalos.” O gado vaccum, em especial, fornecia o couro, comumente usado para confecção de objetos de uso cotidiano, ou mesmo para embalar as cargas a serem enviadas para outras localidades. O principal destino das boiadas, entretanto, era abastecer a Bahia e outras vilas.¹²¹

A pecuária, desde o início da ocupação do Sertão da Ressaca, motivou a ação dos colonizadores e em sua função, as ordenações espaciais, políticas foram realizadas. A fixação de uma população branca, a redução dos grupos indígenas, o esta-

¹¹⁸ Segundo Mozart Tanajura quando João Gonçalves da Costa penetrou no Sertão da Ressaca encontrou a família de Ferreira Campos instalada com uma fazenda e um estabelecimento comercial. As duas famílias se uniram através do casamento de Joana Gonçalves da Costa e Antonio Ferreira Campos e se mantiveram no poder político da vila e posterior cidade por décadas. TANAJURA, Mozart. História de Conquista: crônica de uma cidade. Vitória da Conquista:PMVC, 1992. p. 142-3.

¹¹⁹ Trata-se de bruacas.

¹²⁰ WIED-NEUWIED, M. Op.Cit. 393.

belecimento dos aldeamentos à margem dos rios, a construção de estradas e caminhos que facilitassem as trocas, posteriormente a edificação da vila da Victória consolidando um aparato político-administrativo capaz de garantir privilégios, todas estas ações concorreram para que o território da pecuária tomasse consistência.¹²²

As fazendas, neste contexto, constituem centros de produção e reprodução deste território. A vida no sertão passa pelas porteiras e currais dos latifúndios rurais.

As características da fazenda visitada pelo príncipe Maximiliano, no início dos dezoito, se prolonga por décadas. A análise dos inventários¹²³ aponta para fazendas auto-suficientes com atividades diversificadas.

Em 05 de agosto de 1879 autuou-se o inventário pela morte do senhor Manoel Ignácio Pereira, morador da fazenda Bomba, deixando 11 herdeiros e montemor no valor de 30:335\$150. Entre os bens apresentados para avaliação e partilha constam seis machados, oito foices, quatro enxadas e um serrote indicando a presença de atividade agrícola. Terras não faltavam para os 24 escravos inventariados trabalharem, foram 29 partes de fazendas em lugares diferenciados, e mais:

“Uma casa terrea na fazenda do Bomba, residencia do inventariado, coberta de telhas com oito janelas e duas portas de frente, com todas suas dependencias constantes de uma peque casa de fazer farinha com seus accessorios, outras casinhas

¹²¹ Idem. p. 393-4.

¹²² Para a penetração do interior e sua integração econômica, a maioria dos autores aponta como móveis a busca aurífera, o apresamento dos indígenas e a criação de gado. No entanto concordo com Maria Aparecida Souza ao afirmar que a pecuária se distinguiu das outras formas de exploração pois, “a criação, transporte e comércio do gado foram fatores fundamentais para a formação e desenvolvimento de povoados e no fornecimento de produtos que beneficiavam outras atividades econômicas. Especialmente para o Sertão da Ressaca, a pecuária se constituiu atividade primordial e definitiva no processo de ocupação da área, complementando os dois primeiros fatores que haviam marcado inicialmente a conquista daquela região.~ Cf. SOUZA. M.A..S. Op. Cit. p. 81.

que se destinão a despejo proprio do serviço de lavoura, um curral, uma manga, com dois tanques pequenos na referida casa;

Uma pequena casa no lugar chamado Arrasto e tendo ao pe desta uma engenhoca de moer cana;

Uma casa terrea de vaqueiro, já velha da fazenda da Casca, com uma manga nella;

Um pequeno curral e uma pequena manga no lugar chamado do Munduris”¹²⁴.

Na verdade, percebe-se que a produção ocorreu em várias propriedades em que a morada do inventariado se apresentou a mais equipada e as outras acessórias. Ainda para reforçar a atuação na atividade agrícola, 3.375 kilos de algodão e um mandiocal de dois a três anos figuraram na relação dos bens.

A pecuária, como bem observou o viajante, tinha papel destacado. Centenas de animais, entre *gado vaccum*, *cavalar e muar*, foram adquiridos pelo senhor Manoel ao longo de sua vida. O gado era destinado à alimentação, à extração de couro, ao serviço motor e ao transporte de mercadoria e pessoas.¹²⁵ As *cangalhas aparelhadas* revelam o movimento de produtos de uma propriedade à outra, para a feira na vila, e para outras vilas através de tropas contratadas ou mantidas pelo próprio proprietário.

Outra personagem da Conquista oitocentista, o capitão Ricardo Ferraz de Oliveira, falecido em dez de outubro de 1885, pai de 14 filhos que partilharam os 35:587\$520 do monte-mor acumulado, denominado lavrador pelo escrivão, era proprietário de inúmeras

¹²³ Foram consultados 156 inventários arquivados no Fórum João Mangabeira, em Vitória da Conquista.

¹²⁴ AFJM – Inventário de Manoel

¹²⁵ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. USP, tese de doutoramento, 1998.

partes de terra compradas ou adquiridas através de herança, distribuídas entre a Imperial Vila da Victória e Santo Antonio da Barra.¹²⁶ Os instrumentos de trabalho declarados, “seis machados velhos, sete foices quebradas e cinco enxadas quebradas” não condizem com outros bens também relacionados a atividade agrária. Foram declarados:

“Uma morada de casa com uma porta e quatro janelas de frente, com um tanque e outras benfeitorias, compreendendo outra morada de casas contigua a mesma, com roda para fazer farinha na fazenda Vereda no valor de hum conto de reis;

Uma manga de pastos no lugar Perna, com um tanque, uma roça plantada de mandioca de anno no valor de cento e quarenta mil reis;

Meia manga de pastos, sem tanque, contigua a manga mencionada, contendo uma chapada, uma roça de pastos no valor de cinquenta mil reis;

Uma manga de pastos, contigua a manga acima dita, com uma roça de pastos na chapada referida com um tanque no valor de duzentos e cinquenta mil reis;

Uma roça plantada de mandioca de dois annos no valor de quarenta mil reis

Uma roça plantada de mandioca de anno no valor de trinta mil reis;

Uma roçada deste anno já queimada e cercada”;

E em Santo Antonio da Barra:

“Uma casa com uma manga cercada de madeira na Casa Nova no valor de duzentos mil reis;

Uma casa, um curral, uma manga e um pequeno tanque em Marrecos no valor de trezentos mil reis;

Quatro cargas de sal singelas no valor de quarenta mil reis.

Uma casa, um curral, uma manga e um pequeno tanque em Capivara no valor de cinquenta mil reis

¹²⁶ Atual condeúba.

Uma roça queimada, sem cerca na Fazenda Marrecas”.

O local mais valorizado, novamente, foi a residência do inventariado. Reúne as melhores instalações e de lá se administra as outras propriedades, que, pela descrição acima, apresentava atividades diferentes envolvendo a cultura da mandioca e a consequente fabricação da farinha¹²⁷ e dos bejus e biscoitos “avoadores” tradicionais no Planalto da Conquista; provavelmente o feijão, para o consumo interno; o milho, para alimentação dos animais e preparo de pratos regionais; a cana, com que se produzia a rapadura substituta do açúcar e a cachaça para as noites frias dos vaqueiros e tropeiros; e as frutas e verduras¹²⁸ presença marcante nos doces e compotas das sinhazinhas.

A indicação da profissão dos escravos reforça a diversidade de atividades da fazenda da Vereda. São dezesseis escravos no total, sendo que da relação abaixo não constam as crianças “sem aptidão”.

¹²⁷ Para a fabricação da farinha, Eloísa de Carvalho indica os seguintes passos: “*colhidas as raízes à mão, são lavadas, descascadas à faca, trabalho esse feito por mulheres e crianças. Uma vez prontas são levadas para a cevadeira ou rodete, objeto cilíndrico provido de lâminas de metal, que reduz as raízes a pedaços mais ou menos finos; estas lascas são recolhidas por uma gamela ou côcho, feito de um simples tronco de madeira cavado, colocado próximo aos pés da pessoa, geralmente uma mulher, que ceva as raízes. Uma polia liga a cevadeira a uma roda grande acionada ou movida por animal, constituindo então o que se chama bolandeira. Reduzida a mandioca a pequenos pedaços, faz-se necessário retirar o princípio venenoso de que é dotada. O indígena usava para este fim o tipiti, grande cesto cilíndrico de folha de palmeira onde eram colocados e espremidos os pedaços de mandioca, de forma que com a água ela perdesse o ácido cianídrico.*” CARVALHO, Eloísa de *Fábrica de farinha*. In: Tipos e aspectos do Brasil – Excertos da Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1956, p. 124. Conferir ainda CASCUDO, Luis da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1983.

¹²⁸ Há referência ao uso de melancias para alimentação de escravos nos relatos do príncipe Maximiliano e do uso de verduras em substituição à carne para redução de custos de escravos que trabalhavam em obras públicas para construção de estradas.

Tabela 01

Relação dos escravos pertencentes ao inventariado, senhor Procópio Ferraz de Oliveira¹²⁹

NOME	COR	IDADE	PROFISSÃO
MAMEDE	PRETA	31	VAQUEIRO
BERNARDO	CABRA	30	LAVOURA
JOSÉ	FULA	50	LAVOURA
JOÃO	CABRA	22	VAQUEIRO
RODRIGO	PRETA	18	LAVOURA
GERALDO	CABRA	10	VAQUEIRO
FLORINDA	CABRA	25	COSTUREIRA
IZABEL	PRETA	18	LAVADEIRA
VITÓRIA	CRIOULA	25	LAVOURA
ANTONIO	CRIOULO	8	LAVOURA
THEREZA	CABRA	35	LAVOURA
THEREZA	PRETA	9	COSTUREIRA
VICTORIA	CABRA	10	SERVIÇO DOMESTICO

Fonte: Arquivo do Fórum João Mangabeira, Inventário de Procópio Ferraz de Oliveira, 1872.

¹²⁹ Informações retiradas de Recibo de compra e venda de escravos de 22 de junho de 1872 e da Declaração da Colletoria de escravos constantes no Livro de Matrícula pertencentes ao inventariado. Os dois documentos integram o inventário de Procópio Ferraz de Oliveira. Loc. Cit.

Do total de 13 escravos, 6 ou 46,15% deles foram declarados como mão-de-obra para a lavoura, 4 ou 30,77% como mão-de-obra doméstica tendo sido designado a especialidade do serviço e 3 ou 23,08% como vaqueiros.

Os escravos atuavam em diferentes tarefas especializadas no complexo centro de produção que eram as fazendas no interior da Província. Observação semelhante foi feita por Maria Aparecida Souza para as propriedades de João Gonçalves da Costa, um dos conquistadores do Sertão da ressaca. Apesar de possuir “imensas extensões de terra”, o plantel de animais do capitão-mor “era realmente desproporcional à quantidade de fazendas que possuía. Mas, ressalta-se, que outras atividades exploratórias eram desenvolvidas nas fazendas, como, de resto, em outras propriedades da região, como o plantio do algodão e cultivo de produtos para o abastecimento da fazenda.”¹³⁰

O número, aparentemente pequeno de escravos, sugere que outras formas de trabalho conviviam nas propriedades rurais. Negros forros e brancos e índios pobres poderiam ter a posse de algumas partes de terra e dividir a produção com o proprietário.

A família do senhor Praxedes Rodrigues de Oliveira, falecido em 23 de janeiro de 1872, declarou para avaliação os seguintes bens:

“Uma besta cavalari com idade de oito annos com defeito n’uma mão no valor de trinta mil reis;

Um poldro de um anno e meio no valor de vinte e cinco mil reis;

Uma vacca parida no valor de trinta mil reis;

Uma novilha de dous annos no valor de vinte mil reis;

Uma novilha de hum anno no valor de dez mil reis;

¹³⁰ SOUZA, M.A. Op.Cit. p. 85.

Dous porcos já castrados no valor de dez mil reis.¹³¹

Nenhum outro bem foi citado e o monte-mor totalizou cento e vinte e cinco mil reis.

Outro inventário, o da senhora Maria Francisca dos Anjos, falecida em dezessete de setembro de 1886, da mesma forma, mantém igual característica. Seu esposo Francisco José da Silva, declarou para avaliação:

“Huma roda de fiar no valor de treis mil reia;

Hum taxo de bom tamanho no valor de nove mil reis;

Huma mesa pequena no valor de seis mil reis;

Hum banco no valor de hum mil reis;

Huma caixa velha no valor de dous mil reis;

Hum catre encourado no valor de quatro mil reis;

Cinco egoas paridas no valor de cento e vinte e cinco mil reis;

Treis cavalos no valor de sessenta mil reis;

Douze poldros no vlor de cento e oitenta e seis mil reis;

Huma novilha no valor de oito mil reis;

Hum garrote de anno no valor de cinco mil reis.”¹³²

Nestes dois inventários¹³³ não figuraram nem terras, nem escravos. Os bens ligados à pecuária e a atividades envolvendo agricultura e a própria morada das famílias necessitavam de terras para se realizarem. Uma hipótese para explicar esta situação seria o aluguel de pastos. Contudo, o número de animais não compensaria tal investimento, nem tão pouco

¹³¹ A.F.J.M. Inventário de Praxedes Rodrigues de Oliviera, 1874. Cx. 12

¹³² A.F.J.M. – Inventário de Maria Francisca dos Anjos, 1887. Cx. 18.

¹³³ Outros inventários com as mesmas características foram achados por mim na documentação analisada.

resolveria a questão da moradia. Provavelmente estas famílias teriam a posse da terra e seriam uma espécie de agregados dos proprietários e usavam a mão-de-obra familiar.

Fusos e rodas: o fiar e o ralar

Algodão e mandioca. Estas duas culturas foram extremamente importantes para os habitantes da Imperial Vila da Vitória, como para todo o Alto Sertão. As rodas de fiar e de ralar atravessaram a segunda metade do século XIX como objetos presentes entre os bens dos inventariados. Um levantamento por década de cinquenta inventários apresentou o seguinte quadro:

Tabela 02

Instrumentos de trabalho usados na Imperial Vila da Vitória - 1850-1880.

	ice	Fo achado	M enxada	Roda fiar	roda ra- lar	Alambique	Engenhoca
1850	26	18	20	6	3	1	-
1860	24	23	20	7	3	1	-
1870	22	19	6	9	2	2	1
1880	21	26	10	3	-	-	1
TOTAL	93	86	56	25	8	4	2

Fonte: Arquivo do Fórum João Mangabeira. Inventários, 1850-1880.

A agricultura mostra-se bastante significativa na vida dos moradores do Sertão da Ressaca. Os objetos ligados diretamente ao preparo da terra representam 86% do total e se mantêm presentes em todas as décadas sem muita variação. Em relatório emitido pela Câ-

mara Municipal em 1857 respondendo circular enviada pela Presidência da Província, afirmaram os vereadores que

“os principais ramos da produção agrícola são mandioca, feijão, milho, arroz, canna, e algodão, e quanto a fabril a principal produção é aguardente, e rapadura sendo que nenhuma diminuição tem sofrido estas produções nos trez ultimos annos, a exceção somente do feijão e arroz, cuja colheita do anno passado não foi muito abundante por causa da irregularidades das chuvas; que os mercados para onde vão os produtos são o da vila de Santa Izabel e o de Areia, municipio de Valença, em pequena quantidade, sendo importados, para o consummo do municipio os generos dos mercados da Capital da cidade de Nazareht, da de Valença, da Villa de Canavieiras, e da Villa da Barra do Rio de Contas.”¹³⁴

O excedente da produção alimentou as minas da Chapada que direcionava o trabalho de seus escravos para a busca do diamante e do carbonato.

As mãos das negras contrastavam com o branco do algodão que se tornava fios, deslizando pelos fusos da roda de fiar. Depois de confeccionadas, as roupas ordinárias continuavam contrastando com os belos dorsos e colos dos escravos e escravas nas fazendas e na vila. A produção dos teares, contudo, direcionou-se também, para vestir os não-escravos. Junto com o couro, o algodão era a base do vestuário das pessoas sem muitas posses.

Quanto ao fornecimento desta matéria prima para outras localidades, o Sudoeste baiano sempre foi considerado um importante produtor e exportador do produto, alcançando cifras expressivas no comércio exterior, especialmente na segunda metade do século XVIII, entrando em decadência nas primeiras décadas do dezoito.¹³⁵

A Guerra de Secessão Americana ofereceu um reaquecimento deste comércio para o exterior. A imprensa empolgada com esta possibilidade “resultar grandes bene-

¹³⁴ APEB – Seção Colonial e Provincial, S[erie Câmara da Imperial Vila da Victória 1840-1866, Maço 1463.

¹³⁵ NEVES, Erivaldo F. Op.Cit. p. 181-2

fícios à província (...) dando lugar a que esta praça e o nosso sertão possam ter meio de ressarcir o imenso prejuízo que a secca desoladora de dous annos tem acarretado às fortunas pública e particular da província,” pressionava a “deputação baiana” para que aprovasse o projeto de construção da estrada do Paraguaçu. Segundo o artigo, solucionando o problema das vias de transporte a cultura da algodão no sertão ganharia “vida e alento” já que “temos excellentes terras, o nosso clima é favorável e nas comarcas de Caetitê, Rio de Contas, Maracás e margens do rio São Francisco dá excellentemente.”¹³⁶

No circuito local, o comércio de algodão, continuou acontecendo, apesar da crise. Os moradores do sobrado do Brejo do Campo Seco registraram em seu Livro de Razão os transportes de algodão para a Bahia . Assim, Antonio Pinheiro “enviou algodão para S. Félix em 1819, e para a Bahia em 1820.” As cargas chegavam ao mercado costeiro conduzidas por tropeiros.¹³⁷

As primeiras referências sobre a produção de algodão no sertão da Ressaca foram, novamente, do Príncipe Maximiliano. Ao passar pelo Arraial da Conquista afirma que “independentemente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda de algodão e a passagem das boiadas, que vão para a Bahia, lhes proporcionam outros meios de vida.” E ao passar, seguindo seu caminho para a capital, pela fazenda da Ladeira, propriedade da família Gonçalves da Costa, avista “algumas choças mal construídas de paus e barro, porém bastante gran-

¹³⁶ B.C.E..B. – Jornal da Bahia, domingo, 17 de fevereiro de 1861. N° 2281.

¹³⁷ SANTOS FILHO, Lycurgo. Op.Cit. p. 278

des, habitadas por negros escravos, que cuidam do gado nos campos em redor. Há também neste local grandes plantações de algodão.”¹³⁸

Alguns escritos do final do século¹³⁹ também fazem referência à produção de algodão mas, dados mais precisos sobre quantidade e locais de escoamento, pouco se encontrou. Os inventários, como visto acima, confirmaram o uso do algodão para movimentar as rodas de fiar espalhadas pelas fazendas da Imperial Vila da Vitória.

No inventário de D. Maria Claudina de Sam José, moradora da Veredinha, consta nos bens,

“Hum credito pelo qual deve Antonio Pereira Pardino de huma e meia (carga) de algodão de seis arrobas;

Deo mais hum credito pelo qual deve o mesmo Pardino de huma carga de algodam de seis arrobas de algudam;

Deo mais vinte e tres alqueres de milho;

Deo mais oitenta e seis cargas de mandioca”.¹⁴⁰

Lançamentos como estes em inventários são poucos, talvez por omissão, talvez por escoar rapidamente a produção. O certo é que uma produção excedente existia, e era absorvida pela Fabrica de Valença, localizada na Vila de Valença, à margem do rio Una. Esta fábrica de tecidos de algodão possuía 2084 fusos, 30 cardos, 1 afofador, 2 batedores e 50 teares, com uma produção de 1000 varas de pano por dia. O algodão utilizado na fábrica vinha da província das Alagoas por considerá-lo de melhor qualidade,

¹³⁸ WIED-NEUWIED, M. Op. Cit. p. 427 e 447.

¹³⁹ TORRES, T. L. Op. Cit., AGUIAR, D. Op. Cit e VIANNA, F. V. *memória sobre o estado da Bahia*. Diário da Bahia, 1893.

¹⁴⁰ A.F.J.M. – Inventário de D. Maria Claudina de Sam José, 1840. Cx. 03.

“porém o algodão que fabricam alguns fazendeiros da Imperial Vila da Vitória he reputado mesmo superior ao das Alagoas, e espera o Diretor da fábrica que melhor se tornará com as machinas que ele pretende para ali enviar, bem como para outros lugares da Província, com as quais os fazendeiros não só suavizarão o trabalho, como também poderão limpar com mais perfeição a rama, sendo facio o transporte de taes machinas cujas peças mais pesadas não excedem meia arroba.”¹⁴¹

Considerada por Amélia a “rainha dos alimentos no Planalto da Conquista”, a mandioca foi uma das principais culturas de subsistência para os habitantes do Sertão da Ressaca. Na Imperial Vila da Vitória a mandioca, além da farinha, base da alimentação, em especial da malotagem, tornou-se goma e puba. Os biscoito e beijus, tão tradicionais até os dias atuais na cidade, provavelmente faziam parte da dieta que se formou entre as diferentes culturas presentes ao longo da consolidação do território.

Praticamente todas as referências escritas no século XIX sobre o Arraial da Conquista, a Imperial Vila da Vitória ou o Município da Conquista indicam a cultura da mandioca como uma das atividade agrícolas, ou como componente da alimentação dos seus moradores.¹⁴²

As correspondências da Câmara Municipal confirmaram que “a carne, feijão, farinha, toucinho, arroz formão a alimentação da massa deste povo.”¹⁴³ E muitas vezes serviu aos habitantes de outras localidades diante dos horrores da seca.

Uma forte seca marcou o sertão no início da década de 60. Os relatos falam em fome e miséria dos moradores de termos circunvizinhos que fugiam para a Vila da Vitória atrás de comida. Os vereadores afirmam a existência de roças com até 30 mil

¹⁴¹ APEB – Fala que recitou na abertura da Assembléia Legislativa Francisco Gonçalves Martins, em 04.07.1849. T.S.M. – Seção Biblioteca, 1949.

¹⁴² TORRES, T.L. , AGUIAR,D.,VIANNA, F. V. WIED-NEUWIED,M.

pés de mandioca e uma produção capaz de sustentar os habitantes, mas com a aglomeração de pessoas na vila seria impossível alimentar a todos.¹⁴⁴

O doce e fulgurante sertão: rapadura e cachaça

“Em breve achei-me no pequeno arraial de Poções, cujo vigário pareceu-me grande apreciador de bebidas fortes, pelo menos a julgar pelo seu estado de completa embriaguez.” Com esta observação irônica o príncipe Maximiliano relata o consumo de um dos produtos mais presentes na vila, a cachaça.

No mesmo relatório de 1857, o quesito número seis foi respondido admitindo “que existem 13 alambiques, nos quais se empregão setenta braços, produzindo anualmente 600 cargas de aguardente de dez canadas¹⁴⁵ cada uma.”

Uma boa parte desta produção era comprada por mercearias da própria vila e de seus distritos para o consumo da população. Junto com a cachaça, a rapadura seguia percurso semelhante: abastecia as fazendas produtoras, as feiras e as mercearias.

A pesquisadora Marússia Jambeiro afirma que “a lavoura da cana desenvolveu-se em dois tipos de organização: a grande lavoura voltada para a exportação, com o

¹⁴³ APEB – Seção Colonial e Provincial, Série Câmara Imperial Vila da Victória 1840-1866, Maço 1463.

¹⁴⁴ APEB - Seção Colonial e Provincial, Série Câmara Imperial Vila da Victória 1840-1866, Maço 1463. A prática de ajuda aos flagelados da seca também foi citado por Francisco Vianna. “*Há abundância d’água potável e par as necessidades da lavoura. Coberta de gigantescas matas, dotada de um ubérrimo e abençoado terreno não experimenta o município os rigores da seca, pelo contrário, na que há 4 anos flagelou o sertão, socorreu o centro e parte do estado de Minas com muitos milhares de alqueires de farinha, feijão, etc., com o que atraiu para seu seio mais de 10.000 imigrantes, o que tem concorrido para a prosperidade da cidade que não tem cessado de aumentar de modo notável.*” VIANNA, F.V. Op. Cit. p. 439.

¹⁴⁵ Antiga medida de capacidade para líquidos, equivalente a 2,662 litros.

uso extensivo da terra, da mão-de-obra; e a pequena lavoura empregando mão-de-obra em reduzida escala, voltada para a subsistência do seu proprietário ou para o pequeno mercado regional ou local, de volume de produção insignificante se comparado com a anterior.” O engenho colonial representou o primeiro tipo, e o engenho de rapadura, o segundo.¹⁴⁶

A cana plantada no Sertão da Ressaca tornava-se a rapadura e a aguardente consumidas pelos moradores.

Em 1876, a senhora Antonia Maria comprou na mercearia do senhor João da Motta Sivirino:

- “ 2 peças de algodão americano
- 1 peça de algodão mais
- 2 cortes de saia de chita
- 3 covados de baêta
- 2 arrobas de algodão
- 1 arroba de algodão a mais
- 2 chales mantegueiros
- 2 chales mantegueiros a mais
- 5 pratos de sal
- 2 pratos de sal a mais
- rapaduras
- feijão
- Dinheiro moeda

¹⁴⁶ JAMBEIRO, M. de Brito. *Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*. São Paulo: USP, 1973. p.17.

Vinho

Toucinho

Cachaça”¹⁴⁷

A rapadura, na Vila da Vitória, foi utilizada para adoçar bebidas, em especial o café, e comidas. A cachaça, além de componente de beberagens e de apreciado aperitivo, também era obrigatória nos enterros. A mercearia do senhor João Archimínio Fagundes de Souza em oito de maio de 1871 forneceu ao enterro da finada Maria Christina d’Oliveira:

10 covados e meio de chita preta

1 lenço de esguião branco

1 par de sapato de Bezerra

6 varas e meia de cadarço

*2 garrafas de aguardente para as pessoas que assistirão o corpo à noite
café e rapaduras para os mesmos.*¹⁴⁸

Como este, outras notas de funeral apresentavam a cachaça como produto recorrente aos velórios. A expressão “beber o morto”, dessa forma, tem sentido em seu uso. O consumo dela neste ambiente, provavelmente, representava uma forma de homenagem *post mortem* ao falecido ou falecida, mas, também, uma maneira mais aconchegante de enfrentar as frias madrugadas na Imperial Vila da Vitória.

¹⁴⁷ A.F.J.M. – Inventário de Antonia Maria Santiago, 1876. Cx. 13.

¹⁴⁸ A.F.J.M. Inventário de Maria Christina d’Oliveira, 1871. Cx.12.

Capítulo III

**“Da minha aldeia vejo quanto
da terra se pode ver no universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande
como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
e não do tamanho de minha altura”**

Fernando Pessoa

O VIVER DE TODOS OS DIAS NA IMPERIAL VILA DA VICTÓRIA

Para melhor compreensão da sociedade conquistense, na segunda metade do século XIX, classifiquei os inventários por valor de monte-mor e, com isso, perceber melhor a distribuição de sua riqueza.

Tabela 03

Monte-mor dos inventários - Imperial Vila da Victoria - 1850 - 1895¹⁴⁹

MONTE-MOR	1850	1860	1870	1880	1890	TOTAL
ATÉ 500	1	2	10	3	6	22
501-1000	7	1	4	7	7	26
1001-5000	19	18	8	16	9	70
5001-10000	2	7	5	3	1	18
10001-15000	0	0	4	0	0	4
15001-30000	2	0	0	1	0	3
30001-50000	0	2	0	2	1	5
50001-70000	0	1	0	0	0	1
ACIMA 70000	0	0	1	0	0	1

Fonte: Arquivo Fórum João Mangabeira. Inventários, 1850-1895.

¹⁴⁹ A tabela se refere aos dados de 150 inventários, todos localizados no Arquivo do fórum João Mangabeira em Vitória da Conquista. Os valores são em mil réis.

Os dados apresentados informam sobre uma vila com forte concentração de renda, em que a maioria dos inventariados se encontrava na faixa de mil a cinco mil réis. Para se ter uma idéia, em 1857, um escravo, Antonio crioulo de 19 anos, valia 1:100\$000. No mesmo inventário, a fazenda de seu proprietário, foi avaliada em 2:000\$000.¹⁵⁰ Em 1881, um escravo com a mesma faixa etária, João pardo de 18 anos, custava 1:000\$000 e o sítio domicílio de seu proprietário, “Ipoeira com uma casa de morada e com outra para a moenda e o paiol e todas com a maior benfeitoria”, apresentou valor de 2:000\$000.¹⁵¹

Escravo e terra eram os bens mais valiosos durante o período estudado. Para uma sociedade marcadamente rural, estas propriedades significavam além de riqueza material, reconhecimento social, capaz de diferenciá-lo de outros.¹⁵²

Os espólios entre um conto de réis e cinco contos de réis representavam 46.6% do total dos inventários, os abaixo deste valor representavam 30.6%. Quase 80% dos inventários analisados podem ser classificados como de poucas posses, o que reafirma a desigualdade sócio-econômica na Imperial Vila da Victória e os privilégios decorrentes desta realidade.¹⁵³

¹⁵⁰ A.F.J.M. - Inventário de Bernardo Lopes Moitinho, 1857. Cx. 09.

¹⁵¹ A.F.J.M. - Inventário de Cassiano Fernandes de Oliveira, 1881. Cx. 15

¹⁵² A historiadora Maria José Rapassi em estudo sobre a riqueza em Salvador na segunda metade do século XVIII conclui que “*ter escravo qualificava a pessoa como proprietário e lhe dava status. Poder-se-ia não ser proprietário de terra, de casas, de embarcações, de plantações, mas ao ser proprietário de uma unidade humana, de um escravo, ter alguém servindo, dava ao indivíduo condição de ser servido. (...) Possuir escravos era, ao mesmo tempo, elemento de homogeneização de um grupo e de diferenciação dentro dele, já que a quantidade de cativos e a capacidade de manutenção e reposição dos mesmos indicava níveis diversos de riqueza.*” MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. USP, tese de doutoramento, 1998.

¹⁵³ Em termos comparativos a capital da província apresenta para o mesmo período uma situação em que os espólios acima de 10:000 de réis “*detinham 93,5% da fortuna e correspondiam a 43,5% dos inventariados. Os abaixo deste valor tinham uma participação sobre a soma dos valores inventariados de 6,4 e correspondiam a 56,3% sobre o número de inventários. Apesar da classificação ser diferenciada é possível ter uma idéia de que a concentração de renda pode ser considerada como um fenômeno da Bahia dos oitocentos*”

que reafirma a desigualdade sócio-econômica na Imperial Vila da Victória e os privilégios decorrentes desta realidade.¹⁵³

Os inventariados de cabedal inferior a 500 mil réis apresentavam pouquíssimas posses. No geral, não possuíam escravos ou terra, apenas poucos animais. Os parques pertences não mereceram o exame dos avaliadores.

Ao falecer em 22 de agosto de 1852, Bento José da Silva deixa para sua mulher e quatro filhos,

“hum parte de terra em comum na fazenda Riacho do Gado no valor de vinte mil réis;

seis vaccas paridas no valor de setenta mil réis;

quatro vaccas solteiras no valor de quarenta mil réis;

quatro novilhas de dous annos no valor de trinta e dous mil réis;

quatro garrotes de tres annos no valor de dez mil réis;

quatro garrotes de anno no valor de dezesseis mil réis;

hum novilha de anno no valor de oito mil réis;

hum egoa fustada de quinze annos no valor de vinte e cinco mil réis;

hum egoa ruça de sete annos no valor de trinta e quatro mil réis;

hum poldra de cinco meses no valor de quinze mil réis;

hum cavalo castanho de nove annos magro e doente no valor de vinte e cinco mil réis.¹⁵⁴

¹⁵³ Em termos comparativos a capital da província apresenta para o mesmo período uma situação em que os espólios acima de 10:000 de réis “detinham 93,5% da fortuna e correspondiam a 43,5% dos inventariados. Os abaixo deste valor tinham uma participação sobre a soma dos valores inventariados de 6,4 e correspondiam a 56,3% sobre o número de inventários. Apesar da classificação ser diferenciada é possível ter uma idéia de que a concentração de renda pode ser considerada como um fenômeno da Bahia dos oitocentos

¹⁵⁴ A.F.J.M. - Inventário de Bento José da Silva, 1853. Cx. 08.

O monte-mor calculou no todo trezentos e um mil réis.

Esta família vivia de maneira modesta, provavelmente do aluguel de animais e venda de carne verde. Como em qualquer fazenda à época, retirava do solo sua subsistência alimentar. Plantações de milho e feijão e alguma mandioca para ser preparada em casa de farinha de um proprietário mais abastado, contudo insuficientes para figurarem em inventário.

Mais de duas décadas depois, Rufino José dos Santos declara ao juiz de órfãos, diante da morte da esposa, pertencer ao casal,

“Dous aneis de ouro no valor de quatro mil reis;

Huma parte de terras em comum na fazenda Batalha no valor de oitenta mil reis;

Huma casa coberta de telha na Lagoano valor de trinta mil reis;

Huma egoa parida nova rozilha no valor de trinta e cinco mil reis;

Hum poldro de dous annos castanho escuro no valor de vinte e dous mil reis;

Hum poldro de anno alazam no valor de quinze mil reis;

Dous poldros de dous annos no valor de trinta e seis mil reis;

Duas egoas solteiras novas no valor de cinquenta mil reis;

Tres novilhas de dous annos no valor de trinta e seis mil reis;

Duas vaccas paridas velhas no valor de quarenta mil reis;

Uma vacca parida nova no valor de vinte e cinco mil reis;

Quatro vaccas solteiras novas no valor de oitenta e oito mil reis.¹⁵⁵

Apesar do tempo decorrido, vinte e sete anos, os investimentos nos bens se mantêm muito parecidos. A maneira de viver, para aqueles de reduzida posse, pouco

se modificou, inclusive o valor dos bens quase não variou, demonstrando certa estabilidade dos preços. A pecuária se apresenta, para estas famílias, como a atividade de melhor vantagem para a sua sobrevivência, de fácil labuta e rápida liquidez.

Esta tendência nem sempre era seguida. Para algumas pessoas outras possibilidades se apresentaram.

Um espólio um pouco maior, quatrocentos e oitenta e nove mil e seiscentos e trinta réis, foi contabilizado para o inventário de Bernarda Maria de Souza, falecida em 03 de maio de 1861, sem filhos, moradora do Arraial de Poções. Foram avaliados,

Hum crucifixo com duas voltas de cordas com o peso de dezessete oitavas¹⁵⁶ no valor de sessenta e oito mil reis;

Quinze padres nossos no valor de oito mil reis;

Hum par de brincos no valor de sete mil e duzentos reis;

Hum par de brincos no valor de quatro mil reis;

Huma cruz no valor de quatro mil reis;

Dous aneis no valor de 5 mil e seiscentos reis;

Tres relicarios no valor de douze mil e oitocentos reis;

Hum par de argolas hamburgues no valor de cinco mil reis;

Hum anelão no valor de quatro mil reis;

Hum par de argolas de coral no valor de quatro mil reis;

Hum anel de pedra no valor de tres mil reis;

Hum anel no valor de tres mil reis;

Hum coral encastado no valor de hum mil e seiscentos reis;

¹⁵⁵ A.F.J.M. - Inventário de Maria Andreza de Jesus, 1879. Cx. 18.

¹⁵⁶ Unidade de peso equívale a 1/8 da onça ou 3,586 gramas.

Huma caixa encourada com ferragem no valor de quatro mil reis;

Tres vaccas paridas no valor de noventa mil reis;

Hum garrote no valor de vinte e cinco mil reis;

Tres novilhas de dous annos no valor de quarenta e oito mil reis;

Huma mulla de dous annos no valor de oitenta mil reis;

Huma letra de crédito no valor de cento e onze mil reis.¹⁵⁷

Os animais ainda faziam parte do espólio, evidenciando a força da pecuária.

A mula, animal de carga, sugere que também Bernarda vivia de aluguel. No entanto, uma parte de seu dinheiro foi empregado na compra de jóias. Uma mulher residente em um núcleo urbano, por menor que ele seja,¹⁵⁸ mantinha contato com muitas pessoas, inclusive pretensos maridos. Mostrar-se bem em ambientes públicos, como na igreja, trazia prestígio e demonstrava a posse de valores pouco consumidos para quem portava um espólio neste valor, que neste caso, era suficiente para a inventariante emprestar certa quantia a um amigo.

De um modo geral, os inventariados que apresentavam sua renda dentro da faixa até quinhentos mil réis, apesar de algumas variações indicando a possibilidade individual de sobreviver em um sociedade extremamente desigual, não possuíam escravos, não acumulavam terras, nenhum objeto que denotasse maior conforto era adquirido, o vestuário era o mais simples.

Há de se considerar, ainda, o fato de que as instabilidades climáticas atingiam, apesar de menos freqüente que em outros locais no interior da província, de maneira cruel os moradores, que nestes momentos, lançavam mão de bens que poderiam ser

¹⁵⁷ A.F.J.M. - Inventário de Bernarda Maria de Souza, 1961. Cx. 10.

vendidos com mais facilidade. Assim, possuir um catre ou uma vaca, mesmo esta última custando mais, poderia fazer diferença em período de crise, além do fato de, notadamente, um animal ser gerador de renda.¹⁵⁹

Em muitos inventários, as dívidas, passiva ou ativa, estavam relacionadas à comercialização de animais. Poucos animais, sempre um de cada espécie, nunca em quantidade. Provavelmente os proprietários se desfaziam destes bens quando necessitavam de dinheiro.

Na relação de dívida ativa do senhor Alexandre Ferreira Paiva, constava um boi vendido a Severo Gonçalves da Costa, no valor de seis mil réis. O monte-mor do inventariado foi estimado em seiscentos mil réis, e dele constavam muito poucos bens.¹⁶⁰

O casal Antonia Francisca do Sacramento e Maurício José da Silva também vendeu, em 1861, um garrote, de um ano, dos sete que possuíam, para o senhor Joaquim José, por dez mil réis. O espólio do inventário, um conto e trezentos e vinte e

¹⁵⁸ Sobre o número de habitantes residentes no distrito de Poções para esta data, 1861, não temos informações, mas o censo de 1872 registrou o número de 7.428 habitantes. VIANNA, F.V. Op. Cit.

¹⁵⁹ Para se ter uma idéia de como as secas afligiam a vida dos moradores e mudavam o cotidiano da vila acompanhemos o relato angustiado de Casemiro Pereira de Castro, então juiz de órfãos da Imperial Vila da Vitória, sobre os menores desvalidos existentes no termo no ano de 1860, ano de terrível seca no sertão. Lamenta “em vão tem procurado e continua a procurar quem tome os orphãos à soldada (soldo, salário), pois que o alimento diário desde os fins do anno passado neste lugar custa o triplo do preço por que aluga-se a qual quer pessoa, todavia envidarei todos os meios ao meo alcance ainda mesmo os de relação de amizade, para ver se torno effectiva a pratica de um tal dever, visto, nas circumstancias actuais, ser importante o exercicio de meo emprego. (...) Não se pode descrever o estado das pobres crianças que sendo portanto pela maior parte filhas de paes ainda vivos e laboriosos estão reduzidos a verdadeiros esqueletos! (ilegível) a um estado marasmático (ilegível) e ate (ilegível) já vi alguns meninos de intestinos (ilegível) por causa da magreme fome! É uma lastima, Excelentissimo Senhor! Da parte de minha residencia não sahe grande porção delles, que me incommodão de manhã à noite incessantemente, pedindo esmola - para me, para minha mãe, para meo pae que está à morrer de fome em cima d’uma cama -! E quando (ilegível) horas do jantar ninguem pode comer, à vista do quadro que se apresenta; e depois de se ter procurado satisfazel-os, mais ou menos insistem pela esmola para os paes ou irmãos, que para morrerem de fome, estão em casa: Não há nada que chegue para os satisfazer. A seca neste Termo com toda a intensidade, sem até esta data haver mais pequena plantação e se não formos acudidos pela provi-

cinco mil réis, representava um patrimônio razoável para a realidade da Imperial Vila da Victória em um período de seca e, como se verificou, de forte concentração de renda, no entanto a posse de animais possibilitava uma rápida circulação de mercadorias.¹⁶¹

Por outro lado, quem comprava, especialmente em momentos de seca e crise alimentar, conseguia algumas vantagens na negociação. Foi o caso do senhor Manoel Venancio Vilas-Boas, morador da fazenda Tarugo. Em seu inventário, avaliado em seis contos, setecentos e oitenta e três mil e setenta e cinco réis, foi declarado uma dívida no valor de sete mil réis referente a um garrote de três anos adquirido junto à Joaquim Ferreira. A média de preço de um garrote com esta idade, à época, girava em torno de dez a vinte mil réis, segundo valor consultado em outros inventários.

Quando o valor acumulado era maior, o consumo de objetos de outra ordem, mais ligados às necessidades individuais e a diversidade de investimentos, aumentava. O acesso a bens como escravos e móveis tornava-se mais comum.

Ao falecer, Lina Maria Joaquina¹⁶² legou bens no valor de 2:690\$460 declarados por seu esposo Bernardino Gonçalves da Costa. Moradora no Arraial de Poções, deixou sete filhos menores, tendo o menor quatro anos. Deste montante, 17\$320 réis responderam a instrumentos de trabalho,¹⁶³ 21\$000 réis a jóias, 3\$000 réis a armas,

denia divina já, morreremos todos na maior miseria deste mundo. " APEB - Seção colonial Provincial, Série Judiciário 1837 - 1872, Maço 2674. Vila da Vitória 29 de abril de 1860.

¹⁶⁰ A.F.J.M. - Inventário de Alexandre Ferreira Paiva, 1840. Cx. 03.

¹⁶¹ A.F.J.M. - Inventário de Antonia Francisca do Sacramento, 1861. Cx. 10.

¹⁶² A.F.J.M. - Inventário de Lina Maria Joaquina, 1939. Cx. 3.

¹⁶³ Normalmente nos inventários consultados a distribuição dos bens obedece ao seguinte critério: ouro, prata, cobre, dinheiro, jóias, móveis, semoventes, escravo, raiz, imagens sagradas, dívida ativa, dívida passiva, e conforme os bens foram se diversificando novos títulos surgem como fazendas (tecidos), drogas (remédios), roupas. A classificação que usei tem os seguintes itens: utensílios domésticos (para objetos ligados à mesa, à cozinha), instrumentos de trabalho (objetos que indiquem atividade econômica), jóias, móveis, armas, construções/instalações (casas, benfeitorias), terras, escravos, animais, imagens sagradas, livros, vestuário, drogas, produção agrícola, objetos pecuária (

50\$000 réis a uma casa no arraial, 12\$140 réis a objetos ligados à pecuária, 1:560\$000 réis em escravos, num total de sete, 550\$000 réis em terras “para criar e plantar” e 463\$000 réis em animais.

A base do patrimônio do casal consistia em escravos, terras e animais, além de riqueza, demonstrava certo prestígio por possuir bens que poucos tinham acesso. Mesmo assim, a vida era levada de maneira modesta, a casa que possuíam no arraial era de madeira, os móveis e os objetos de uso doméstico eram ordinários o suficiente para não serem avaliados.

Em outro inventário,¹⁶⁴ de 1856, foram avaliados bens no valor de 3:464\$100 réis em consequência da morte de Martinho Gonçalves da Rocha. Esposa e cinco filhos dividiram o espólio. 12\$240 réis em utensílios domésticos, 6\$420 réis em instrumentos de trabalho, 13\$600 réis em jóias, 2\$880 réis em móveis, 2\$500 réis em armas, 2:950\$000 réis em escravos (seis), 180\$000 réis em terras, 169\$000 réis em animais, 57\$000 réis em dívida ativa, 8\$500 réis em roupas, 1 casa no valor de 40\$000 réis e 21\$960 réis em objetos de pecuária.¹⁶⁵

Ocorreu pouca variação. Escravos, terras e animais continuavam a representar a fatia maior do monte-mor. Houve certa diversificação na aquisição de móveis, utensílios domésticos e vestuário, contudo, em quantidade e variedade pequena, limitando-se os móveis, a catre e mesa velhos, os utensílios, a tacho e chocolateira de cobre e

acessórios usados em animais para montaria e transporte), objetos de uso pessoal (ligados a higiene e estética), dívida ativa e dívida passiva. Cf. APÊNDICE.

¹⁶⁴ A.F.J.M. - Inventário de Martinho Gonçalves da Rocha, 1856. Cx. 09.

¹⁶⁵ Kátia Mattoso citou em seu estudo sobre a riqueza em Salvador no século XIX o caso de “Maria da Conceição, africana alforriada, morreu em 1854 com ‘mais ou menos 70 anos’. Morava na rua da Conceição do Boqueirão, numa casa de sua propriedade, que foi avaliada em 900\$000 réis. Possuía ainda um escravo (811\$000 réis), móveis (10\$000 réis), jóias (58\$000 réis) e 680\$000 réis em dinheiro, num total de 2:549\$000 de réis.” Consideradas as proporções necessárias, é interessante per-

tracado (?) de copos, e o vestuário, a um par de botas usado, chapéu do Chile usado e gró de pano usado.

A presença de armas reforça o caráter violento do território da pecuária. Como se viu, o conflito com os indígenas se estendeu por décadas, mesmo com a construção dos aldeamentos e, ainda, o “mandonismo local e a presença da violência na prática política da vila”, discutido por Isnara P. Ivo em dissertação sobre a Imperial Vila da Victória,¹⁶⁶ dá idéia de como foram difíceis aqueles dias para as pessoas sem recursos e que se submetiam ao poder local.

Ao falecer em 28 de julho de 1871, Francisca Ferraz de Araújo, mãe de seis filhos, deixou como herança,

“Huma chocolateira de ferro no valor de hum mil e quinhentos réis;

Hum tacho velho furado no valor de 8 mil réis;

Huma roda de ralar mandioca no valor de dezesseis mil réis;

Duas foices velhas no valor de dous mil réis;

Dois machados velhos no valor de quatro mil réis;

Hum arrelicário com cordão de ouro no valor de vinte e cinco mil réis;

Huma caixa velha encourada no valor de quatro mil réis;

Dois catres encourados no valor de seis mil réis;

Hum escravo de nome Luiz, crioulo, aleijado de uma mão de idade de 45 anos no valor de quinhentos mil réis;

Huma escrava de nome Thereza, crioula de idade de vinte e cinco anos no valor de hum conto de réis;

ceber as variações de valor e de consumo. MATTOSO, Kátia M.Q. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 644.

Huma parte de terra em comum no Barrado Furado no valor de quarenta mil réis;

Huma parte de terra na fazenda da Queimada no valor de cento e quarenta mil réis;

Huma parte de terra em comum na fazenda do Boqueirão no valor de quinze mil réis;

Huma parte de terra em comum na Casa da Telha no valor de quatro mil réis;

Huma parte de terra em comum no Olho d'Água no valor de cinquenta mil réis;

Huma casa coberta de telha na Barra do Furado no valor de cinquenta mil réis;

Hum basto usado no valor de dez mil réis;

Huma brida de ferro e hum par de esporas de ferro no valor de quatro mil réis;"

Animais (vacas, novilhas garrotes e mulas) no valor de trezentos e cinquenta mil réis.¹⁶⁷

Mesmo com o passar dos anos, o consumo das pessoas com patrimônio semelhante não se alterou. O viver da maioria da população¹⁶⁸ era simples, com um consumo moderado. Objetos que pudessem oferecer maior conforto, ou bem estar pessoal, ou mesmo que significassem uma forma de diferenciação social, foram acessíveis a poucos.

¹⁶⁶ IVO, Isnara P. Op.Cit.

¹⁶⁷ A.F.J.M. - Inventário de Francisca Ferraz de Araújo, 1871. Cx. 12.

¹⁶⁸ Conforme o censo de 1872 a população da Imperial Vila da Vitória era de 11.482 e 7.428 em Poções (distrito da vila) . VIANNA, F..V. Op. Cit.

As pessoas possuidoras de maior patrimônio ostentavam uma quantidade significativa de escravos, animais e terras. Quanto aos objetos de conforto, foram se diversificando e ampliando seu consumo ao longo das décadas, apontando para uma mudança mais acentuada na década de setenta do século passado.

Os inventários com o monte-mor acima de quinze mil réis apresentavam uma média de vinte escravos por família. Número expressivo para o interior da província, em que a atividade agropecuária policultora predominava, espacial e socialmente.

O capitão Rodrigo Meira Sertão promoveu a partilha de seus bens em vida, e, na oportunidade, declarou ter 33 escravos e mais de vinte contos de réis em animais. Confessou ainda ser proprietário de 17 fazendas, crédito concedido a terceiros, alguns utensílios domésticos, pouquíssimos instrumentos de trabalho, um "sobrado com toda a sua mobília" e 1 casa. O total de bens chegou a 63 contos, 119 mil, 825 réis. Fortuna bastante significativa.¹⁶⁹

Em 1876 o escrivão José Antonio de Andrade e o juiz de órfãos José Cardoso da Cunha, abriram o inventário de Manoel Fernandes de Oliveira.¹⁷⁰ O legado deixado para a viúva, que se casou novamente antes do encerramento do processo, e seus quatro filhos menores, foi de 77 contos, 355 mil e 900 réis, uma das maiores fortunas avaliadas na Imperial Vila da Vitória no período estudado, segunda metade do século XIX.

¹⁶⁹ A.F.J.M. - Inventário do Capitão Rodrigo Meira Sertão, 1966. Cx.11.

¹⁷⁰ Pertencente a uma das famílias mais influentes da Imperial Vila da Vitória, atuou no poder público por muitos anos em cargos diferentes. Segundo Isnara Pereira Ivo, este senhor foi conselheiro municipal em 1868, juiz municipal e delegado de polícia em 1869 e 1874 e 1º suplente de delegado também em 1874. Estas indicações afirmam a relação direta entre o poder político e a acumulação de riqueza. Outros inventariados citados como possuidores de alto cabedal, como Bernardo Lopes Moitinho, Capitão Ricardo Ferraz de Oliveira, entre outros, também pertenciam a famílias de presença marcante na vida política da vila. IVO, Isnara P. Op. Cit. p. 205.

Figuravam no rol dos bens 35 escravos, 8 mantidos na casa da vila, e 27 nas senzalas da fazenda Santo Antonio das Catingas, 1200 cabeças de gado vaccum no valor de 21 contos de réis, 28 “partes de terras” espalhadas pelo município, jóias valiosas, móveis variados, louças finas, prataria.¹⁷¹

Nestes dois exemplos, pode-se perceber que a diferenciação social entre os moradores da Imperial Vila da Vitória ocorreu, não só pela quantidade de bens acumulados, mas por estilos de vida que a riqueza poderia oferecer. Podiam manter algumas regalias sem se preocuparem muito com uma perda repentina de seus bens, devido a qualquer intempérie climática. Tinham muitas terras, distribuídas por todo o Sertão da Ressaca, o que garantia maior possibilidade de acesso a água. Eram servidos por escravos, não só para desenvolverem atividades ligadas à produção, como para serviços domésticos e pessoais, dessa forma, mantinham-se afastados do trabalho, de quaisquer atividades físicas. Se preocupavam com os costumes da Corte em mostrar-se civilizada, principalmente à mesa, com o uso de garfo e faca, de colheres específicas para determinada atividade como “tirar assucar” ou “de sopa”, “de chá”. Também mobiliavam as casas com maior requinte, inclusive buscando conforto e beleza.

Poucos viviam assim na Imperial Vila da Victória.

Poupar para sempre ter...

As informações dos inventários relativas a valor e consumo sugerem que o acesso a determinados bens não podem ser explicados unicamente por uma exclusão do mercado, por ausência de proventos suficientes para sua aquisição. Diante da rea-

¹⁷¹ A.F.J.M. - Inventário de Manoel Fernandes de Oliveira, 1876. Cx. 13.

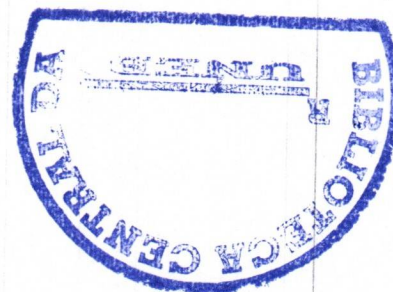
lidade vivida por uma população, que sobrevive da criação e comercialização de animais e da plantação de produtos de subsistência e de exportação, acostumada a certa oferta de alimentos, os períodos de crises (fome e epidemia, secas) geravam, entre os moradores destas terras, uma espécie de “economia de poupança”.¹⁷²

O que se observa, nos dados dos inventários, é que muitos objetos apresentavam baixo valor diante do patrimônio acumulado, contudo estavam ausentes do cotidiano. A iminência de se perder o pouco que se tinha, em uma sociedade que concentrava em poucas mãos terras e escravos, interferiu na escolha de uma vida mais rústica e sem muito requinte.

Por outro lado, a auto suficiência nas fazendas, distantes umas das outras, sem muito contato entre as pessoas, proporcionou uma maneira de viver simples em que os objetos confeccionados com materiais disponíveis na natureza, as cuias de cabaça ou de argila, as gamelas e pilões de madeira, os catres de couro, as bruacas, caixas, alforjes também de couro, os adobes de barro para construções, em fim, faziam parte do cotidiano da maioria da população da Imperial Vila da Victória.

A análise de alguns elementos do cotidiano confirmam a simplicidade do viver.

¹⁷² Estas conclusões foram desenvolvidas a partir das discussões com meu orientador e da idéia defendida por Josué de Castro em *Geografia da Fome e Sete palmos de terra e um caixão*. Apesar da tendência no uso de elementos do determinismo geográfico e biológico, construindo um morador do sertão afetado em sua “conduta moral”, portador de “esquizotinia típica” que muitas vezes torna-se



O morar dos primeiros habitantes

Os vereadores da Câmara Municipal, em correspondência à presidência da província no ano de 1871, solicitavam a liberação de verbas para a compra da casa em que funcionavam o Tribunal do Júri e a Câmara Municipal da vila. Conforme os representantes da câmara, esta era “a melhor de todo o município”.

D. Izidora Maria de Oliveira Santos, era a proprietária da cobiçada casa.

“Nova, solidamente construída sobre fortes alicerces com o melhor madeiramento, ella tem vinte e cinco palmos de altura, sessenta de frente e oitenta de fundo, tendo as paredes exteriores cerca de três palmos de espessura, e as interiores pouco menos. A frente é ocupada por duas salas, cada uma com dous quartos no fundo, assoalhados um lado com taboado, e o outro com tijolos, com o tecto forrado de taboado, tudo pintado e bem conservado. O interior consiste em um salão com dous quartos, de cada lado. Ahi se pode estabelecer a cadea (...) Contigua a esta, e no pateo uma outra casa menor, que servirá para cozinha e quartel da guarda da cadea¹⁷³.”

Diante desta descrição, a Câmara achou “módico” o valor de seis contos e quinhentos mil réis pedidos pela proprietária. Ao menos quanto ao preço, os vereadores estavam certos. Era a casa mais valiosa do município. Não encontramos nos inventários ou outros documentos valor superior.

As casas descritas nos inventários não oferecem muitos detalhes. No geral, apenas relatam a fachada e indicam cômodos.

UNEB - DEP. IV - JAC

patológica, o autor aponta questões importantes para se compreender as especificidades das relações sociais em economias não monocultoras.

¹⁷³ APEB - Seção Colonial e Provincial, Série Câmara Municipal da Imperial Villa da Victória - 1840-1866, Maço 1464. Imperial Villa da Victoria 10 de janeiro de 1871.

“Uma morada de casas neste sitio muito arruinada, coberta com metade de telhas e metade de palha no valor de sete mil réis”,¹⁷⁴ ou “uma morada de casas com quintal com vários arvoredos cuja casa coberta de telhas com uma porta e duas janelas de frente conjunta com uma casinha de tenda no valor de trezentos e cinquenta mil réis”.¹⁷⁵

Algumas vezes, aparecem informações sobre a dimensão do imóvel, como no caso da moradia declarada pelo lavrador Hilário Celestino da Silva no inventário de sua esposa. “Uma casa coberta de telhas com quarenta palmos de frente com tres portas e duas janelas de frente no Arraial do Cachimbo.”¹⁷⁶ Oito metros e oitenta centímetros de faixada, que, na Imperial Vila da Vitória, seguiam a tradição portuguesa de “residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites do terreno.”¹⁷⁷

Em 1842, o primeiro projeto de código de posturas da vila, já determinava um padrão para as edificações no núcleo urbano que obedeciam este alinhamento. A preocupação com a normatização da vila, também pode ser observada. Determinava as posturas municipais:

¹⁷⁴ A.F.J.M. - Inventário de Maria dos Santos, 1850. Cx. 08.

¹⁷⁵ A.F.J.M. - Inventário de José Pedro Soares, 1962. Cx. 10.

¹⁷⁶ A.F.J.M. - Inventário de Ana Angélica de Brito, 1887. Cx. 18.

¹⁷⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. *O quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1993. P. 22. Apud CASIMIRO, Ana Palmira B. Santos. *Casa Henriqueta Prates*. História e cotidiano no Planalto da Conquista, Memória conquistense n° 3. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1998.

“1ª

Edificar nesta Vila, e lugares públicos do seo Districto, bem como nas estradas, e levantar cerca, ou muro, sem que preceda gratuito alinhamento dado pela câmara:

Pena de 4\$ 000 reis, ou dois dias de prizão.

2ª

Afastar-se do alinhamento huma vez dado:

Pena de 4\$ 000 reis, ou dois dias de prizão, além da demulção do que estiver feito fora do alinhamento, a custa do infractor

3ª

Edificar, ou reedificar fora do seguinte prospecto:

Dezessete palmas de pé direito na maior altura; as portas de 12 palmos de altura, e quatro e meio de largura, sem degrao para a rua; as janellas com oito de altura, e três e meio de largura, havendo infallivelmente, na distancia de dez palmos, huma porta, ou janella; e sendo a extremidade exterior do telhado guarnecida de cachorros, em lugar de beira sob beira, attenta a debilidade dos materiais:

Pena de 2\$ 000 reis, e de ser a obra demolida à custa de seo dono.

4ª

O que quiser edificar dentro desta Vila será obrigado, além do que dispõem as Posturas 1ª, e 3ª, a dar começo a obra dentro de seis meses, e a findal-a ao menos exteriormente dentro de dois anos, contados da data do arrendotamento.

Pena de 10\$ 000 reis, ou oito dias de prisão, duplicando-se na reincidência, depois de nova intimação.

5^a

Todo o proprietário he obrigado a cair a frente de suas casas annualmente no mez de Março:

Pena de 2\$ 000 reis, ou hum dia de prisão.

6^a

Fazer depósitos de pedras, terras, ou madeiras nas ruas desta Villa, salvo o caso de estar levantando alguma propriedade, ou edificio:

Pena de 4\$ 000 reis, ou dois dias de prisão duplicando-se na reincidência

7^a

Não ter limpas, e aceradas as testadas de suas casas:

Pena de 4\$ 000 reis.

8^a

Conservar na frente das ruas, e muros, cerca de paó, fachinas, ou esfreques com forquillos, e paos:

Pena de 400 reis.

9^a

Ter muros arruinados, ou caídos, e não reedefical-os, levantal-os, ou cercal-os:

Pena de 2 \$ 000, ou hum dia de prisão, e de serem demolidos os muros à custa do infractor.”¹⁷⁸

O esforço do poder público em estabelecer um modelo comum para as construções na vila foi seguido, ao que tudo indica, pela maioria da população. As descrições nos inventários revelam fachadas muito semelhantes.¹⁷⁹

Para Ana Palmira Casimiro estas

*“repetições e semelhanças formais da arquitetura não ficam somente no aspecto das fachadas, e não se devem apenas à situação social dos moradores, mas provavelmente, no tipo das plantas baixas, sempre iguais, o que revela a existência de uma cultura quotidiana no uso do espaço, na mão-de-obra disponível e nos hábitos domésticos comuns que, ao invés de diferenciar, ao contrário, nivelavam. As salas de frente, possuem as aberturas para a rua, servindo, as aberturas de fundo, para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes, sem iluminação natural, situam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna, aos doentes ou às parturientes e onde dificilmente penetrava a luz do dia”.*¹⁸⁰

As edificações contíguas, principalmente aquelas destinadas às áreas de serviço e trabalho, em que ocorre ampla comunicação com o exterior, também indicavam

¹⁷⁸ APEB - Seção Colonial e Provincial, Série Governo – Assembléia Legislativa Provincial, 1842-1845, Maço 1216. Proposta de código de posturas para a Imperial Vila da Victória, 1842.

¹⁷⁹ Isnara Pereira Ivo discutindo a normatização promovida pela elite conquistense na formação da Imperial Vila da Vitória afirma que “a maioria (dos artigos do Código de Posturas de 1842) foi destinada à organização estrutural da cidade, o que equivale dizer que 75% destinava-se à modernização da infra-estrutura urbana. 63 artigos referiam-se ao ordenamento do espaço público, regulamentando o comércio de alimentos, saúde pública, preservação dos logradouros públicos, rios, caminhos e estradas. Os demais artigos normatizavam a conduta social. Alguns artigos deste conjunto de leis mostram a preocupação de desenvolver um centro urbano organizado e ordeiro, com ruas bem alinhadas, submetendo sempre à Câmara sua aprovação. A Câmara, através das posturas, também orientava as construções de casas e sobrados, visando estabelecer o padrão de edificações urbanas e regulamentar o tempo necessário para as construções.” IVO, I.P. *Poder local e mandonismo na cidade da Conquista: violência e administração pública*. In: AGUIAR, Ednalva Padre (org.) *Memória Conquistense nº 4. Política: o poder em disputa. Vitória da Conquista e região*. Vitória da Conquista: UESB, 1999, P. 76.

¹⁸⁰ CASIMIRO. A.P.B.S. Op. Cit. p. 27. Neste trabalho a autora apresenta uma série de habitações ainda existentes na cidade de Conquista que mantiveram as mesmas características entre si.

tradição ibérica na arquitetura, principalmente da região do Além Tejo em que este costume árabe foi incorporado.¹⁸¹

Residências como a do senhor Joaquim José d'Almeida, “uma casa de morada na fazenda do Riachão do Gado Bravo com uma casa de Roda”¹⁸² ou a do já conhecido Manoel Fernandes de Oliveira, “uma casa grande, coberta de telhas, com três portas, cinco janelas de frente tendo contígua uma casa de depósito já velha com uma porta e duas janelas de frente, uma casa com fábrica de mandioca, curral e senzalas na Fazenda Santo Antonio das Catingas”,¹⁸³ eram comuns. E, no caso da casa de farinha, constituía um elemento agregador à arquitetura portuguesa.

O fabrico de farinha, técnica indígena, foi incorporado ao cotidiano dos moradores da Imperial Vila da Vitória e, em algumas moradas, ocuparam lugar específico com equipamentos próprios, diante da importância que este alimento alcançou na dieta da população brasileira¹⁸⁴.

¹⁸¹ LEMOS, Carlos A.C. *As cozinhas, etc.* São Paulo: Ed., Perspectiva, 1978.p. 29. Segundo o autor a arquitetura acadêmica divide a habitação normal em três zonas: Estar, destinada ao tempo livre e às visitas; Repouso noturno, destinada ao sono, à higiene pessoal, necessidades fisiológicas e vida sexual; Serviço, destinada a estocar e cozinhar alimentos, fazer refeições, limpeza e manutenção dos objetos e vestimentas.

¹⁸² A.F.J.M. - Inventário de Joaquim José d'Almeida, 1860. Cx. 10.

¹⁸³ A.F.J.M. - Inventário de Manoel Fernandes de Oliveira, 1976. Cx. 13.

¹⁸⁴ Carlos Lemos em seu estudo sobre a arquitetura das cozinhas no Brasil, afirma que “a adoção do cardápio indígena introduziu nas cozinhas e zonas de serviço das moradas brasileiras equipamentos desconhecidos no Reino. Instalou nos alpendres roceiros a prensa de espremer mandioca ralada pra farinha... Mas a farinha não exigia somente a prensa – pedia, também, raladores, cochos de lavagem e forno ou fogão. Era normal, então, a casa de farinha, no quintal, ao lado dos telheiros e próxima à cozinha...” LEMOS, C.A.C. Op. Cit p. 43.

MOBILIÁRIO E UTENSÍLIOS

A casa dos moradores, mesmo os de maiores recursos, no início da formação da vila, apresentavam um estilo bastante simples, com móveis rústicos, poucos, e sem muita variedade.¹⁸⁵ O quarteto catre, caixa, mesa e banco dominavam os domicílios na Imperial Vila da Vitória no período estudado. Nem sempre apareciam juntos em uma mesma casa, mas formavam a base dos móveis.

A quantidade de móveis foi aumentando gradativamente, de acordo com o crescimento da vila. Contudo, o que se observa na análise dos inventários é que esta variação foi diferenciada entre os moradores. Aqueles que possuíam maior riqueza conseguiram diversificar seu mobiliário mais rapidamente.

Os inventários até quinhentos réis, praticamente não apresentavam móveis ou, pelo menos, qualquer um que pudesse ser avaliado. Provavelmente, se restringiam a poucas caixas para armazenamento, bancos ordinários e jiraus, quase tudo sem valor.

Mesmo os inventários com monte mor mais elevado, pouco investiam em móveis, especialmente nas primeiras décadas de formação da vila. Apenas o necessário estava presente: os catres para repouso, as mesas e bancos para refeição e as caixas para armazenamento de alimentos, vestimentas e outros pertences. Estes objetos revelam a vida comum de uma parte considerável dos moradores da Imperial Vila da

¹⁸⁵ A historiadora Maria Helena Flexor afirma em estudo sobre o mobiliário baiano nos séculos XVIII e XIX, que “os móveis, em geral, restritos ao necessário, representavam uma parcela mínima, em relação aos demais bens e, na grande maioria dos casos, contrastavam com a fortuna de seus proprietários.” FLEXOR, M. H. *Mobiliário brasileiro: Bahia*. São Paulo: Espade, 1978. P.27. Maria José Rapassi amplia a discussão ao analisar a composição da riqueza da elite baiana no final do século XVIII. Seu estudo inova ao considerar a riqueza colonial “não só como riqueza produtiva visando lucro e acumulação, mas como riqueza fidalga, visando status, prestígio e honra”. Em relação ao mobiliário afirma que “também denotavam indícios de riqueza e status (...) não consistiam propriamente em simples bens de consumo, uma vez que tinham longa duração, eram guardados e conservados passando de geração em geração e ainda eram valiosos no momento do inventário.” MAS-CARENHAS, M.J.R. Op. Cit. p.166.

Vitória. As ações cotidianas como comer, dormir, receber eram realizadas de maneira simples, sem muito requinte.

Apenas os patrimônios com cabedal acima de trinta contos de réis podiam ostentar uma mobília bem mais diversificada. Ao chegar na residência do já mencionado senhor Manoel Fernandes de Oliveira, “no largo desta praça” (matriz) , um visitante poderia apreciar a mobília da família, que, há época de sua morte, consistia em:

“ Vinte e quatro cadeiras de palhinha no valor de cento e noventa e dois reis,

Huma marquesa de palhinha no valor de trinta reis,

Huma mesa com duas gavetas e oito palmos, no valor de quinze mil reis,

Huma mesa com duas gavetas e cinco palmos, no valor de dez mil reis,

Duas mesas com huma gaveta e quatro palmos no valor de oito mil reis,

Huma mesa de aba com douze palmos para jantar no valor de dezoito mil reis,

Duas marquesas de palhinha já usadas no valor de vinte mil reis,

Huma mesa de oito palmos com huma gaveta no valor de douze mil reis,

Huma mesa de seis palmos para escrivantina no valor de vinte e cinco mil

reis,

Huma mesa encourada no valor de oito mil reis,

Huma estante para livro no valor de dezesseis mil reis,

Oito catres encourados em bom uso no valor de trinta e dois mil reis,

Quatro arcas pintadas no valor de trinta e dois mil reis,

Quatro pares de caixas encouradas usadas no valor de quarenta mil reis,

Hum par de castiçais de mola com mangas de vidros no valor de oito mil reis,

Hum par de castiçais de vidro com mangas no valor de dez mil reis,

Hum candeeiro a gas grande no valor de oito mil reis,

Hum castiçal de vidro pequeno com manga no valor de quatro mil reis,
Hum relógio grande para mesa com redomaa no valor de vinte e cinco mil
reis,

Hum relógio grande para parede no valor de vinte e cinco mil reis”.¹⁸⁶

Com certeza, o visitante não encontraria esta variedade de móveis na maioria das casas da então vila.¹⁸⁷ A mobília da família Oliveira sugere um ambiente com costumes pouco praticados pela maioria dos moradores. Os móveis tinham funções e lugares específicos, a mesa “para jantar”, a estante “para livros”, a mesa “para escrivinha”, o relógio “para parede” e outro “para mesa”.

O cotidiano familiar se tornou mais complexo, e ambientes foram criados para atender às novas necessidades destes moradores que possuíam recursos suficientes para adquirir objetos que os diferenciavam socialmente, sem, contudo, representar uma ameaça ao patrimônio em momentos de dificuldade.

A tabela abaixo pode dar uma noção de como o consumo de móveis foi se modificando no final do século XIX entre os habitantes. Objetos com maior requinte foram incorporados aos poucos no cotidiano de parte da população.¹⁸⁸ As diferenças

¹⁸⁶ A.F.J.M. - Doc. Cit.

¹⁸⁷ Uma valiosa discussão de como os objetos oferecessem importantes informações sobre as pessoas, seus costumes, as diferenciações sociais em que vivem pode ser aprofundada em CERTEAU, Michel de et alli. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Vol. II. Rio de Janeiro: Vozes, 1997; SANTOS, Shirlei Martins dos. *Reconhecendo os engenhos da freguesia de Santo Antonio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII*. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da UFP, 1995; ANAIS DO MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL. Vol. 1,2,3 e 4. São Paulo: USP.

¹⁸⁸ Semelhante conclusão apresenta Maria Helena Flexor para a cidade de Salvador. Afirma esta autora que “o luxo aumentou um pouco, no século XIX, com a introdução de móveis envidraçados, de maior número de móveis supérfluos, vidros e espelhos de ornamentação, que por sua natureza, têm a aparência de objetos luxuosos, acrescidos de dourados.” FLEXOR, M.H.O. Op. Cit. p.27.

sociais, dessa forma, passaram a ser melhor percebidas/manifestadas através de artefatos de uso doméstico que distinguiram seus proprietários e lhes davam status.¹⁸⁹

Tabela 04

MÓVEIS USADOS NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA - 1840 -

1895¹⁹⁰

	CATRE	MESA	CAIXA	BANCO	CADEIRA	CAMA	ESPELHO	MARQUESA	RELÓGIO	ARMÁRIO	ORATÓRIO
1840	3	1	2			1					1
1850	17	19	23	15							2
1860	41	16	21	19	1	1	1				3
1870	54	26	54	18	36		2	5	3	3	
1880	77	38	31	25	69	1	24	8	4	4	
1890	34	18	15	11	8			1			

Fonte: Arquivo Fórum João Mangabeira de Vitória da Conquista. Inventários, 1840-1890.

A década de 1870 se apresentou como representativa para as modificações que ocorreram na maneira de se mobiliar algumas casas. Estas alterações atingiram as pessoas de maior poder aquisitivo, contudo não de forma exclusiva. Alguns inventários de espólio menor ostentavam bens que podiam ser considerados de difícil acesso, nem só pelo valor, mas, sobretudo, pela cultura de poupança e dificuldade de se conseguir artistas para fabricação. Estes profissionais além de raros no sertão, tinham seu trabalho valorizado, por isso caro.

¹⁸⁹ Em seu estudo sobre o processo civilizador do homem ocidental, Norbert Elias analisa como a classe alta européia construiu seus códigos de comportamento que a diferenciava de outros grupos e disseminou-os para o restante da sociedade, preservando sempre traços de distinção. Para o autor a introdução ou a exclusão de um objeto no uso social, ou de uma classe, reflete alterações de comportamento, assimilação de estruturas mentais e relações sociais. ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

¹⁹⁰ Foram utilizados um total de 155 inventários.

Garfo e faca, prato e copo: mesa posta para todos?

Com os utensílios domésticos ocorreu o mesmo processo. Nas três últimas décadas finais do século XIX apareceram nos inventários objetos mais diversificados. As louças ocuparam maior espaço nas mesas, que como se viu também estavam mais presentes nas casas. O uso do garfo e faca, de xícaras e bandejas para servi-las, de vasilhames apropriados para servir determinados alimentos (sopeira, açucareiro, manteigueira, leiteira) apontam para mudanças nos costumes. Sentar-se à mesa, colocada de forma vistosa, em cadeiras individualizadas, e manusear talheres com desenvoltura, talvez começasse a fazer parte das preocupações de algumas pessoas na Imperial Vila da Vitória, mesmo que fosse apenas em momentos específicos e planejados como festas,¹⁹¹ visitas, ocasiões especiais.

¹⁹¹ Em 1845 a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória promoveu uma festa pública, "solenne, Te Deum com oração congratulatória da Sagração e Coroação de S.M., o Imperador". A descrição do evento sugere um momento pomposo em que a rotina da vila e dos moradores foi alterada. Com entusiasmo escreve o relator do documento que "logo que se contavam sete horas da tarde do dia dezessete já se achava illuminada toda a villa, com especialidade e distinção a Casa das Sessões e a Matriz, e grande numero de fogos d'artificio, que d'antimão estavam preparados, em girandulas subido ao ar, annunciando sem duvida o indivizível prazer da grande festividade do dia seguinte. Apenas levantava-se a Aurora do aprazado dia, quando os estrondozos rebombos de continuadas girandulas, e toques de sino, estrugião os ouvidos do Povo, com que o despertarão 'a disposição do indicado festejo. Ao meio dia teve lugar na Igreja Matriz a festividade com exposição do SS. Sacramento, e assintencia da Camara, Authoridades locais, e grande concurso de cidadãos de todas as classes, sendo então recitada pelo muito Reverendo Pe. Fr. Francisco Antonio de Falerna, Missionário Capuchinho, huma oração gratulatória á tão grato assumpto. Pelas quatro horas da tarde entoou-se alternadamente o Te Deum em acção de graças, depois de haver o digno reverendissimo vigario José Joaquim d'Andrade recitado gratuitamente, e seu modo proprio huma outra oração, com que mais se fez brilhante a mesma festividade: concluido este acto, dirigiu-se a Camara á porta da Matriz, e ali com a epistencia dos sacerdotes, Authoridades, e do Povo, o seu Presidente deu os Vivas do costume, repetindo por trez o : Viva o Principe Imperial. O Senhor Dom Affonso, Sucessor do Throno, e Côroa do Imperio do Brasil!!! = que foisempre correspondida com extraordinario applauso. Finalmente foi tal o entusiasmo, que na noite do mesmo dia sahiu a Musica acompanhada de grande numero de cidadãos á percorres as ruas, cantando hynos Nacionais, e continuando alem disso a illumination por trez dias successivos." A.P.E.B. - Seção Colonial e Provincial, Série Câmara Imperial Vila da Vitória 1840 - 1866, Maço 1463.

Estes utensílios tinham valor monetário, significavam um bem avaliado, inclusive em inventário, e deixado como legado aos descendentes. Também tinham um valor funcional. Um garfo transporta alimentos até a boca, uma travessa transporta alimentos até a mesa. No entanto, tais objetos estavam inseridos em uma ordem social que construía seus símbolos e utilizavam-nos para diferenciar pessoas e grupos. Usar sapato, por exemplo, era próprio de um homem livre, um escravo poderia ser reconhecido pelos pés desnudos.

O uso de talheres significava que algumas pessoas estavam abandonando o costume de comer com as mãos. A propaganda higienista e de construção de uma civilização nos trópicos poderia estar arrebanhando adeptos no interior do Império. Apreciemos os dados da tabela.

Tabela 05

UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS USADOS NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA 1840 - 1895

	Tacho	Choco Lateira	Bacia	Almo- fariz	Copo	Bule	Colher	Prato	‘xícara	Faca	Garfo	Ban deja
1840	1				1						1	
1850	31	14	8	2			23	4		10	4	1
1860	30	7	11	1	3	1	52		3	18	26	
1870	42	9	12	4		2	143	7	11	29	41	10
1880	32	1	9	2	25	3	44	57		6		6
1890	8	1	3				8					

Fonte: Arquivo Fórum João Mangabeira de Vitória da Conquista. Inventários, 1840-1890.

O consumo do que classifiquei como utensílio doméstico, tendeu a se alterar de maneira gradual conforme se observa no quadro. Alguns objetos como a colher, a faca, o garfo já figuravam nos inventários das décadas anteriores a 1870. Percebe-se o aumento de seu uso pelos habitantes, como se o costume fosse sendo incorporado aos poucos ao cotidiano da vila. Há que se considerar, contudo que utensílios artesanais de cerâmica e madeira não eram inventariados. Assim, o uso destes objetos era corrente entre os habitantes.

No mesmo inventário do senhor Manoel Fernandes de Oliveira, os utensílios domésticos relacionados confirmaram a tendência de aquisição de novos costumes, apresentada na análise dos móveis. Declarou a viúva inventariante, Umbelina Maria de Oliveira, ao escrivão, possuir o casal os seguinte utensílios domésticos:

“ Hum tacho velho com o peso de quinze quilos, no valor de quatorze mil reis;
Huma duzia de colheres de sopa de prata no valor de cinquenta mil reis;

Huma duzia de colheres de chá de prata no valor de quarenta e reis e trezentos e cinquenta reis;

Huma colher de tirar assucar de prata no valor de dous mil e quatrocentos e setenta e cinco reis;

Huma salva de prata no valor de vinte e cinco mil e setecentos e cinquenta reis;

Duas duzias de facas e garfos, sendo huma duzia para mesa e huma para doce, de prata no valor de duzentos e tres mil, setecentos e setenta e cinco reis (...)",¹⁹²

Mais uma vez, os objetos ganharam funções específicas no trato doméstico. O uso de talheres, que já representava um hábito pouco recorrente, nesta residência, adquiriu complexidade, diante da determinação circunstanciada para cada tipo, que requeria dos moradores informações e habilidades em seu manuseio.

O próprio material de confecção dos objetos indica a 'hierarquia social' das pessoas. A prata era um metal de valor, a própria referência nos inventários aponta sua importância monetária.

Em outros inventários, estes mesmos objetos, apareceram em forma de latão e platina. A grande parte dos inventariados, entretanto, não possuíam tais artefatos. Provavelmente as mãos ocupavam esta tarefa ou, como se afirmou, existiam em forma menos nobre como madeira e cerâmica.

As mudanças no consumo de parte da população acompanharam outra modificação importante na maneira de viver da Imperial Vila da Vitória. O núcleo urbano da vila foi recebendo mais moradores, se não definitivos, pelo menos dispostos a passar temporadas maiores. As mercearias se estruturam melhor e passam a oferecer merca-

dorias variadas e, se possível, as mesmas sugeridas nos reclames do Diário de Notícias ou Jornal da Bahia.

A referência nos inventários de domicílios localizados na vila sugeri que este espaço adquiriu mais importância para seus habitantes, mesmo com as fazendas se mantendo como sede do poder local e unidade produtiva mais importante.

Tabela 06

**DOMICÍLIOS LOCALIZADOS NA IMPERIAL VILA DA VICTÓRIA- 1840-
1880¹⁹³**

	1840	1850	1860	1870	1880
Rural	6	16	15	12	18
Urbano	1	5	9	6	12

Fonte: Arquivo Fórum João Mangabeira de Vitória da Conquista. Inventários, 1840-1880.

¹⁹³ Foram consultados para a construção desta tabela 105 inventários.

Dessa forma, um ambiente mais urbano, com valores e costumes que buscavam seguir padrões de Civilização e Ordem,¹⁹⁴ próprios do Império e da sociedade que se queria construir, baseada em valores escravistas e monarquistas, atingiam os rincões mais distantes e foram assimilados aos poucos.

¹⁹⁴ MATTOS, Ilmar, Rohloff de. Op. Cit.

CAPÍTULO IV

“A civilidade, para falar uma linguagem mais moderna, a polidez não é outra coisa senão a manifestação, a prova visível, e por assim dizer palpável, da bondade de cada qual que deve sempre transluzir no trato do mundo.”

“J.I. Roquete - 1845

O CONSUMO DE OBJETOS E OS OBJETOS DE CONSUMO

Em uma das manhãs de leitura de sua assinatura do Diário de Notícias, o tenente coronel Mariano José da Ponte,¹⁹⁵ possivelmente leu o seguinte anúncio:

LOJA ALLIANÇA

Temos as seguintes pechinchas em madrastras:

Amigo do Povo a 5\$200

Abolicionista a 6\$000

Veja e creia a 6\$800

Para nosso freguez a 7\$200

Superline a 8\$000

Finissimo a 8\$600

Tss a 16\$000 a peça de 40 jardas¹⁹⁶ ou 32 varas¹⁹⁷.

(...)

Cassa branca francesa, bordada a ponto de seda a 640 e 1\$400 a vara

(...)

Fazendas para luto: merinô, lã, chitas e piquet, preços reduzidísimos

SEMPRE BARATO NA LOJA ALLIANÇA¹⁹⁸

¹⁹⁵ A.F.J.M. Rol de conta constante no Inventário de Mariano José da Ponte, 1994. Cx. 20.

¹⁹⁶ Medida de comprimento do sistema inglês, equivalente a três pés ou 914 milímetros.

¹⁹⁷ Unidade de medida de comprimento equivalente a cinco palmos, ou 1,10 metros.

¹⁹⁸ B.P.E.B. Jornal Diário de Notícias, 15 de novembro de 1876.

Enquanto proprietário de uma das mercearias da recente cidade,¹⁹⁹ o senhor Mariano, deveria estar atento aos reclames dos inúmeros produtos que pululavam nos jornais vindos da capital.

Mantinha contato comercial com a praça da Bahia, em específico com a Casa Fortunato, Pinho, Avellar. Ao falecer deixou um débito de novecentos e oitenta e sete mil e trezentos réis com esta representação. Na relação dos produtos constava:

- 4 barris de vinho tinto 208 litros
- 12 garrafas dito branco 194 litros
- 1 caixa com 20 grosas phosphoro
- 2 barris de seiva 104 litros
- 1 cunheto de aço
- 1 caixão folha de flandres
- 50 garrafas de cerveja
- 50 garrafas ditas hibert
- 12 latas biscoito
- 8 rolos de pimenta
- 2 rolos de canela
- 4 libras de mercúrio
- 1 barril vinagre Lix 52
- 14 ½ garrafas de cerveja de cerveja em barricas
- 20 garrafas de vinho madeira em barricas
- 20 libras manteiga Bretes
- 10 ½ libras de manteiga Aubert

¹⁹⁹ A Imperial Vila da Vitória em 1º de julho de 1992 foi elevada à condição de cidade.

- 12 garrações para vinho
- 7 barris vinho e vinagre do reino
- 4 caixões gas
- 2 barricas cerveja
- 1 caixão para generos²⁰⁰

Por este rol, pode-se perceber que os produtos chegados na Imperial Vila da Vitória eram diversificados e não produzidos no Sertão da Ressaca. O seu consumo foi aumentando ao longo dos dezoito e, de maneira saliente, na segunda metade do século.

A presença acentuada de importados na vida das pessoas teve, com a Abertura do Portos, importante incentivo, mas seu consumo se generalizou a partir das últimas décadas do século XIX, notadamente depois de 1850.

Alencastro, ao abordar a sociedade do Rio de Janeiro, após a instalação da Família Real, em meio às modificações causadas com a enxurrada de estrangeiros que aportaram na corte, afirma que tal situação “engendrou um mercado de hábitos de consumo relativamente europeizados”. Estes produtos importados encontraram mercado vantajoso em uma economia que, após a proibição do tráfico de escravos, pode redirecionar parte de seus capitais para o comércio externo.²⁰¹

Para a Bahia, os estudos de Tânia Penido²⁰² e Kátia Mattoso indicam como o fluxo

²⁰⁰ A.F.J.M. Nota débito Casa Fortunato, Pinho, Avellar, 25 de agosto de 1892. Inventário Marianno José da Ponte, doc. Cit.

²⁰¹ ALENCASTRO, L.F. *Vida privada e ordem no Império*. In: ALENCASTRO, L.F. (org.) História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 36-7.

²⁰² MONTEIRO, Tânia Penido. *Portugueses na Bahia na Segunda metade do século XIX: emigração e comércio*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração Centro de Estudo, 1985.

das mercadorias importadas cresceu após a década de 1850. Tomando as análises de Rômulo Almeida como basilares às suas, ambas concordam que o consumo do que este autor chamou de “bens suntuários” encontrou na população baiana facilidade de circulação em “todas as camadas sociais (...) e até de alforriados”.²⁰³

No Sertão da Ressaca, o consumo destes tipos de produtos se restringiu a pessoas, como se verificou, que possuíam maior cabedal. Sua generalização foi ocorrendo nas três últimas décadas dos dezoito, quando pessoas com menor poder aquisitivo passaram a adquirir produtos importados.

As características específicas da geografia do lugar interferiram no consumo dos habitantes. O uso de recursos naturais oferecidos, a lógica dada ao espaço pelo *território da pecuária* em que as estradas e caminhos representavam pontos nevralgicos à consolidação da população branca, as alterações climáticas que alternavam períodos de secas e de enchentes, e deixavam à mercê a produção e a vida das pessoas, foram fatores que interferiram nas escolhas do que se comprar.

Por mais deficientes que fossem as vias de transporte, mercadorias chegadas no Porto de Salvador, vindas da Europa, chegavam à Imperial Vila da Vitória. O acesso a elas foi se generalizando com o passar das décadas.

As notas de mercearia encontradas nos inventários oferecem informações valiosas para se conhecer um pouco mais sobre o consumo dos moradores na vila. Um aspecto, entretanto, precisa ser considerado, estas notas de débitos estavam presentes, em grande parte, em inventários cuja a residência do inventariado, se não exclusivamente, mas ocasionalmente, localizava-se no núcleo urbano.

²⁰³ MATTOSO, K.M.Q. Op. Cit. p. 488.

O convívio em espaços públicos, onde as aproximações ocorriam de maneira bem mais eficaz e o viver ficava evidente aos olhos dos outros, além da imposição de regras no trato diário da população por parte do poder público, possibilitou a assimilação mais rápida de costumes considerados “civilizados”.

Maria Christina de Oliveira, moradora na rua Direita, na Imperial Vila da Vitória, vivia sozinha e não deixou nenhum herdeiro. Seu parco patrimônio resumia a 949\$240 réis, não possuía escravos, tão pouco terras ou dívidas, apenas um cavalo. Entretanto, os bens deixados denunciavam um estilo de vida bastante afinado com o que se poderia considerar de moderno à época.²⁰⁴

À mesa desta senhora, um convidado seria bem servido, com talheres específicos, pratos, xícaras, travessas. Sair à rua ou mesmo receber visitas seria motivo para o uso das inúmeras jóias e variados vestidos que ostentava. Ao morrer, deixou um recibo de compra em casa de negócio do senhor João A. Fagundes de Souza no valor de quinze mil, seiscentos e sessenta réis. Constavam da nota.²⁰⁵

²⁰⁴ A.F.J.M. - Arquivo Fórum João Mangabeira Doc. Cit.

Tabela 07

Despesas da senhora Maria Christina de Jesus – Imperial Vila da Vict6-
ria, 1871

MÊS	DIA	QUANTIDA- DE	PRODUTO	VALOR
Abril	9	½	Garrafa de vinho branco	\$800
Abril	9	1	Dita do dito	1\$600
Abril	14	3	Libras ²⁰⁶ de carne verde	\$500
Abril	22	6	Libras de dita	1\$000
Abril	23	1	Garrafa de vinho tinto	1\$500
Abril	24	1	Garrafa de vinagre	\$250
Abril	24	1	Garrafa de vinho tinto	1\$500
Abril	25	1	Dita do dito	1\$500
Abril	30	1	Garrafa de vinagre	\$250
Abril	30	1	Onça ²⁰⁷ de maná	\$320
Maio	4	¼	Bolachas	\$160
Maio	6	1	Vella de cera	\$280
Maio	6	1	Vidro de óleo elétrico	2\$000
Maio	6	1	Garrafa de Água Inglesa	4\$000

Fonte: Arquivo Fórum João Mangabeira. Inventário de Maria Christina de Jesus. 10 de maio de 1871.

²⁰⁵ A.F.J.M. - Recibo de despesa da senhora Maria Christina de Jesus à João A. Fagundes de Souza em 10 de maio de 1871 anexado ao inventário. Doc. Cit.

²⁰⁶ Unidade de peso que equivalia a 0,45392 kg.

²⁰⁷ Unidade de peso equivalente a 28,691 gramas.

A maioria dos produtos estava relacionada ao tratamento da enfermidade da inventariada, que pelos medicamentos consumidos passou seus últimos dias enfraquecida, febril²⁰⁸ e em uso de purgativos, no caso o maná.²⁰⁹ O vinho e o vinagre também poderiam estar relacionados às medidas terapêuticas. As mezinhas²¹⁰ administradas, muitas vezes, constavam em sua composição vinhos ou aguardente.²¹¹ Entretanto, poderiam fazer parte da dieta alimentar da inventariada, já que em outras notas de mercearias a citação do produto vinha acompanhada da indicação “para o tratamento”.

A carne verde e as bolachas, independente do uso que se deu, faziam parte da alimentação de parte da população, inclusive, no caso da bolacha, sendo comercializada para outra província.²¹²

Um outro inventário interessante para se perceber o consumo na Imperial Vila da Vitória foi aberto em dezessete de fevereiro de 1875. Luiz José Affonso Fernandes, falecido em dois de fevereiro do mesmo ano, era solteiro, morava na vila e não deixou herdeiros²¹³.

²⁰⁸ Segundo anúncio no Diário de Notícias a Água Inglesa “era a primeira entre as primeiras. Esta agua preparada com a verdadeira quina do Perú e com um vinho generoso de primeira qualidade importado especialmente para este fim, é um poderoso tônico e anti-febril.” B.P.E.B. - Diário de Notícias, 28 de setembro de 1897. Em Lycurgo dos Santos encontramos a seguinte referência: “febrífugo à base de quina dissolvida em vinho, remédio inventado no século XVII pelo médico judeu português que viveu e morreu em Londres, Fernão Mendes (?-1725), depois preparado por outro profissional judeu, também morador de Londres, Jacob de Castro Sarmiento (1691 - 1760), e, finalmente, explorado pelos descentes desse e por outros fabricantes, em Portugal e no Brasil. (...) Chegou o remédio ao século XX, também sob o nome de ‘Água Inglesa’, havendo rendido fortes lucros aos fabricantes.” SANTOS FILHO, L. *História geral da medicina brasileira. Vol. I.* São Paulo: HUCITEC - EDUSP, 1991, p. 334.

²⁰⁹ SÃO PAULO, F. *Linguagem médica popular no Brasil.* 2º vol. Salvador: Ed. Itapoã, 1970, p.237.

²¹⁰ No dizer popular mesinha é medicamento que poderia ser em forma de “beberragem grosseira, droga, misto de substâncias complexas”. SÃO PAULO, F. Op. Cit. p.243.

²¹¹ SANTOS FILHO, Lycurgo. Op. Cit. p. 328.

²¹² Conferir Cap. II.

²¹³ A.F.J.M. - Inventário de Luiz José Affonso Fernandes, 1875. Cx.13.

Em seu universo, livros e medicamentos tinham posição destacada. Um intelectual, provavelmente um homem das leis, com problemas gástricos, assim sugere a relação de bens declaradas no inventário. Seus livros, em sua maioria, tratavam de assuntos jurídicos; em sua “estante com tres gavetas” poderiam ser consultados um *Vadimicum forense*, um *Apontamento jurídico sobre contrato Ramos*, três volumes de *Ordenações do reino*, uma *Consolidação das leis*, dois *Codigos criminais de Josino*, um *Tratado de provas*, um *Conselheiro fiel do povo*, entre outros com o mesmo tema.

Além do português, cultivava a língua francesa. Um *Dicionário frances - portugues*, uma *Gramatica franceza* e ainda *Aventuras de Telemaco* em francês, também faziam parte de suas leituras.

Vestia-se de maneira impecável e era grande consumidor de remédios para afecções no aparelho digestivo. A presença de “bacia para rosto, escova para cabelo, urinó, navalha, toalhas, fronhas, lençóis” no inventário insinua a preocupação deste senhor com a higiene e com as maneiras “civilizadas”.

Seu patrimônio, no valor de um conto, setecentos e setenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta réis, incluía animais, escravos (dois) e terras. Entre suas dívidas encontrava-se uma nota de mercearia no valor de quarenta e nove mil e trezentos réis, referente ao consumo de mercadorias em cinco meses no ano de 1874. Ficou devendo a Manuel José dos Santos Silva o seguinte:

Tabela 08

Despesas de Luiz José Affonso Fernandes – Imperial Vila da Victória - 1875

MÊS	DIA	QUANTIDADE	PRODUTO	VALOR
Junho	5	918 gramas	Cera em vela	5\$000
Junho	5	1 resma	Papel selo d'agua	8\$000
Junho	5	1	Chapeu de sol de alpaca	5\$000
Julho	19	6 gramas	Láudano	\$500
Julho	21	459 gramas	Manteiga	2\$000
Julho	23	20	Pregos caibro	\$400
Julho	23	24	Pregos ripas	\$120
Julho	23	2	Missangras (?) grandes	\$800
Julho	23	1	Feixadura grande de broca	2\$500
Agosto	10	57 gramas	Cremor tártaro	\$500
Agosto	25	1836 gramas	Cera em vela	10\$000
Agosto	29	4	Garrafas de vinho branco	5\$600
Setembro	7	4	Pratos chineses	2\$00
Setembro	7	2	Porcelanas chinesas	1\$000
Setembro	7	1	Garrafa vinho do Porto	1\$800
Setembro	7	229 gramas	Cremor tártaro	1\$200
Setembro	15		Acido tartarico e bi-carbonato de sodio	1\$280
Novembro	5	1	Vidro de citrato effervecente de magnesia	1\$600

Fonte: Arquivo Fórum João Mangabeira. Inventário de Luiz José Affonso Fernandes, 02 de fevereiro, 1875.

O consumo deste senhor revela um cotidiano dedicado ao trabalho, com longas horas de leitura e anotações à noite, em que, muitas vezes, fez uso de medicamentos para cessar seus incômodos gástricos. Também valorizava o requinte para si e para os convidados que por vezes recebia.

Por outro lado, seu consumo obedecia a um movimento geral na Província da Bahia naquele instante. Segundo Kátia Mattoso “produtos como tecidos, calçados, chapéus, porcelanas, objetos de ouro e prata, instrumentos musicais e certos gêneros alimentícios dispensáveis formavam, em 1874-1875, 81,9% do valor total das importações. Exceção feita ao carvão, cobre, aço, papel, pólvora, fósforos e alguns produtos classificados na rubrica ‘diversos’, todos os demais itens de importação podem se considerados de consumo suntuário”.²¹⁴

Uma enxurrada de produtos estrangeiros, especialmente ingleses e franceses, encontravam no Porto de Salvador acolhida. A pressão dos países capitalistas por mercados lucrativos influenciou a balança comercial da província e o consumo das pessoas²¹⁵.

Os jornais publicavam inúmeros anúncios destes produtos, ressaltando as vantagens que podiam trazer ao consumidor. Vantagens, neste caso, significavam um estilo de vida mais aproximado a de uma nação com costumes civilizados. Algumas mensagens comerciais reforçavam a procedência do produto como forma de valorizá-lo e qualificá-lo como sendo melhor.

²¹⁴ MATTOSO, K.M.Q. Op. Cit. p.488.

²¹⁵ Tanto para Kátia Mattoso, como para Tânia Penido, na segunda metade do século XIX a Província da Bahia apresentava acentuada crise e sua economia estava em declínio. As importações superavam em muito as exportações implicando em elevado déficit. (...) “é um período de decadência de um sistema produtivo e comercial baseado no escravismo colonial, e de crise para a economia da província que repousava fundamentalmente neste sistema. A prosperidade que alguns autores atribuem à província nesta época, baseados nas inovações e melhoramentos de setores como o sistema bancário, de transportes, etc., não significa que houvessem na Bahia condições gerais de enriquecimento. O setor mais lucrativo então era o comercial, intermediário dos interesses do capitalismo europeu.” MONTEIRO, T.P. Op. Cit. p.43

MANTEIGA INGLEZA²¹⁶

“Em meios barris e a retalho, queijos londrinos e flamengos muito frescos, presuntos, chouriças, ameixas de Bourdeaux em lata, meias e quartos, biscoitos da rainha Victoria da melhor qualidade que tem vindo, chahysson, vinhos de todas as qualidades, Lisboa, Porto commum em barris de 8º, porto Velho, Duque de 1834, Madeira, Muscatel de Setubal, Xerez, Malvasia, licores finos, verdadeiro Cognac, e outros muitos generos vendem-se por preço muito razoavel no armazem de Silvino José de Moura e C. à praça de S. João nº 97.”

Outros, além de destacar a procedência, desejavam passar para o consumidor a sensação de estar no local propagandeado. Como se o uso do produto pudesse transportá-lo, ou melhor torná-lo igual ou parecido às pessoas daquele lugar.

²¹⁶ B.P.E.B. - Jornal da Bahia, 24 de janeiro de 1857. O grifo é meu.

VICHY²¹⁷

Administração: Pariz, 22, Boulevard Montmadre.

PASTILHAS DIGESTIVAS, fabricadas em Vichy com saes extraídos das Fontes. São de gosto agradável e a sua acção é certa contra a Azia e as digestões difficeis.

SAES DE VICHY PARA BANHO. Um rolo por banho, para as pessoas que não podem ir a Vichy.

Para evitar as imitações exigir em todos os productos a marca do

CONTRASTE DO ESTADO FRNCEZ

Os productos acima achão-se

Na Bahia

KUHMERT

Os medicamentos estavam entre os productos mais oferecidos à população da Imperial Vila da Vitória. Aparecem em quase todas as notas de mercearia e nos inventários de proprietários de casas de negócios. Pastilhas de Kemp, óleo de fígado de bacalhau, bazilicão, magnésia efervescente, pílulas de Bristol, pílulas de Kemp, pílulas Dehaut, sal inglês, bálsamos, tónicos, unguentos, uma diversidade de remédios, em fim, presentes no cotidiano dos moradores da vila.

O medo de epidemias, que atingiam as cidades circundantes e a capital da província, e o estado em que se encontrava as inhumações na Matriz incentivaram este consumo, apesar da boa localização do Sertão da Ressaca, “de puro ar”.

²¹⁷ B.P.E.B. Diário da Bahia, 21 de setembro de 1877. O grifo é meu.

Em ofício de 9 de outubro de 1858, a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória encaminha pedido de edificação de cemitério, para evitar os inconvenientes à saúde dos seus munícipes, diante dos enterros na Matriz. Afirmam os vereadores que

“vendo que esta villa situada em terreno de elevação e arejado, e ate certo ponto cercado de saudavel clima, se acha hoje quase frequentemente acometida de certas enfermidades, que se reproduzem periodicamente, como se aqueles males fossem endemicos, attribue com razão, e à vista do repugnante ar que se respira dentro da Matriz desta villa, à inhumações, que se fazem i donde, por serem as sepulturas inferiores em numero aos obitos, que tem lugar neste municipio, se exhumão, ainda mesmo depois de enterrados doze ou quatorze meses, partes organicas de cadaveres por decompor-se; resultando disto a infecção da atmosfera, e consequentemente as sobreditas enfermidades; o que não se pode evitar por que, a não se ter um lugar que inteiramente substitua ao que ora se enterra, ninguem concordará que os Restos de seus parentes ou amigos sejam dpositados em um lugar carecedor de culto religioso.”²¹⁸

Os argumentos dos representantes municipais estavam em consonância com o discurso médico higienista que proliferou no Brasil após a década de trinta dos dezoito. Para os médicos da época, as doenças tinham sua origem na má qualidade do ar que se respirava, daí a atenção que davam aos enterros.²¹⁹

Em uma vila destituída de autoridades médicas,²²⁰ mais que nunca, a população procurava, por seus próprios meios, as curas para suas doenças. O uso de ervas certamente fazia parte do cotidiano de uma localidade habitada principalmente por indígenas e africanos. É o que indica o ofício emitido pelo juiz municipal José Nunes

²¹⁸ APEB - Seção Colonial e Provincial, Série Câmara municipal Imperial Vila da Vitória (1840-1866), Maço 1453.

²¹⁹ REIS, J.J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. Este autor explica que a teoria dos miasmas (contaminação por ar insalubre) predominou entre “os filósofos e cientistas do Século da Luzes. Nossos médicos do século seguinte os acompanhariam. (...) Eles tinham se formado sob influência do racionalismo iluminista, encarando a história como progresso, um movimento de distanciamento em relação à barbárie e à superstição, rumo à civilização e ao predomínio do pensamento racional. (...) Para eles só o saber especializado do médico levantaria o Brasil à altura da civilizada Europa.” P.248

²²⁰ Afirmava em ofício emitido em 1870, a Câmara Municipal que “neste municipio não existe médico cirurgião, ou Boticario algum, sendo o ex-vaccinador quem applica o curativo em algum doente.” APEB - Seção Colonial e Provincial, Série Camara municipapl da Imperial Vila da Vitória (1863-1889), 1870.

Bahiense, em 13 de maio de 1859. A correspondência determina a prisão e processo do preto Antonio Gradia

“não só por usar a medicina sem que esteja para isso autorizado, como por que, segundo informou a V. S. o Dr. Juiz Municipal deste Termo, tem feito applicações em seos curativos de hervas venenosas, que dão resultado a perda da rasão naquelles que por infelicidade se sujeitão a tal applicação (...)”.²²¹

Por certo, os que se sujeitavam, ou escolhiam, estes procedimentos terapêuticos constituíam a grande parte da população pobre da Imperial Vila da Vitória que, mesmo que consumidores dos remédios com nomes pomposos, ainda assim, procuravam seus “próprios médicos”.

A intervenção do poder público promoveu medidas com o sentido de normatizar e padronizar os valores e ações dos habitantes. Em seu esforço de civilizar a população e mantê-la sob os olhos da Coroa, elegeu alguns agentes difusores da civilização. Papel destacado tinham a medicina, a educação e o teatro.²²²

As atitudes da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, em coibir a ação de elementos, considerados atrasados e sinônimos de perigo, em organizar o espaço urbano,²²³ em controlar o funcionamento dos funerais,²²⁴ em requerer escolas,

²²¹ APEB - Seção Colonial e Provincial, Série Judiciário, Maço 2647, 1860.

²²² MATTOS, I.R., Op.Cit.

²²³ Conferir Cap. III.

²²⁴ Os Códigos de Postura da vila regulamentavam os ritos fúnebres e comportamentos diante dos mortos. Em seu artigo 24 e 25 a Postura de 1842 determinava: “Fica proibido repicar o sino da Igreja desta cidade por mais de treis vezes diarias para interramento de meninos ou adultos, durante a estada do corpo na comarsa mortoaria, ou para quaisquer actos inlevintes ao suffragio de sua alma, sob pena de ser multado o empregado do amo em 10\$ 000 ou dois dias de prisão. Fica espresamente prohibidas as contorias resas funebre em altas vozes depois das 9 horas da noite sob pena de 10\$ 000 ou tres dias de prisão”. APEB - Seção Legislativa, Série Posturas - Vitória 1835-1887, Maço 861. Segundo João Reis estas normatizações faziam parte de uma vigilância auditiva contra o que o saber médico considerava inadequado. REIS, J.J. Op.Cit. P.263-265.

em manter aldeamentos, tinham origem no processo de civilizar e ordenar o Império.²²⁵

A imprensa, nesta tarefa, também desempenhou papel importante “na disseminação de informações, antes inacessíveis ao grande público, viabilizando a formação de opiniões mais homogêneas, como as referentes às discussões médicas”.²²⁶

Os anúncios lidos, pela população alfabetizada da vila, vinham carregados de “ensinamentos” sobre as doenças e seus meios de contaminação. Assim, o mesmo senhor Mariano José da Ponte, em outra manhã fria, passou os olhos no seguinte apelo comercial:

²²⁵ Esta orientação advinha de uma reformulação que o Estado Imperial promovia em seu interior em que o “tema da Ordem passou a ser secundário, sendo suplantado pelo da necessidade de difusão de uma Civilização” Entre suas medidas, as reformas nas pastas do Estado, adquiriu importância. Assim, “ caracterizando o novo equilíbrio de forças, à Secretaria de Estado dos Negócios do Império competia conhecer a população do Império, por meio da organização do registro civil, da realização de recenseamentos e da regulamentação dos direitos civis e políticos dos estrangeiros; cuidar dos assuntos referentes à saúde pública e ao controle sanitário; organizar o ensino primário na Corte e o superior em todo o Império, além do ensino de cunho profissional; estabelecer regulamentos para as diferentes profissões, com exceção da magistratura; administrar os hospitais e regulamentar as habitações urbanas (cortiços); supervisionar os templos de cultos não católicos; regulamentar as eleições e supervisionar os presidentes de províncias - entre outras inúmeras atribuições que propiciavam a difusão entre os homens livres do Império do Brasil dos valores, normas e padrões que distinguem as ‘Nações civilizadas’, mas de tal forma que, pela recuperação de um jogo de inversões, estes homens deveriam ver na civilização a face complementar da escravidão” MATTOS, I.R. Op. Cit. p.190-191.

²²⁶ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na corte*. Niterói: UFF, 1995, p. 42. (dissertação).

“Segurança nos sítios e logares insalubres²²⁷”

O uso da SALSAPARRILHA DE BRISTOL tem effectuado curas admiraveis de se-
zões, terçans, febres biliosas, calafrios, febres remittentes e outras molestias causadas
pelas nocivas exhalações do terreno e das aguas estagnadas.

Referem-se casos occorridos nos valles do Mississipe e do Ohio e em todas as partes
da California, para os quaes, depois de se haver empregado infrutuosamente os ta-
lentos dos medicos os mais experimentados, este grande restaurativo e conservador
da saude, não somente desalojou a molestia, como também regenerou completamente
o doente –dando-lhe, segundo disse , um individou que se havia salvado das garras da
morte ‘nova vida e novo vigor’, e tornando-o invulneravel contra influencias pernici-
osas de um clima insalubre e doentio.

Para a cura das molestias ulcerosas e eruptiveis é o único e derradeiro remédio in-
fallivel. Acha-se constantemente à venda em todas as principaes boticas e lojas de
drogas do mundo inteiro.”

Além dos remédios, outro produto bastante consumido na Imperial Vila da
Vitória foram as fazendas para confecção de vestuário. Uma enorme variedade era
oferecida às pessoas de diferentes posições sociais, da chita à seda.

As vestimentas que aparecem nos inventários são poucas, e sua freqüência e
diversidade aumentaram a partir da década de 70, quando, também as roupas de cama

²²⁷ B.P.E.B. - Diário da Bahia, 11 de fevereiro de 1892.

e mesa, começaram a figurar. Até esta data apareceram nos inventários, sempre de elevado monte-mor, apenas trajes masculinos em peças que se pode considerar de acessório: chapéu, bota, colete, vestia.²²⁸ Ou então, peças mais solenes como o paletó. As vestes produzidas nos teares do Sertão da Ressaca, em especial os “riscados” de algodão eram simples e sem muito valor, a ponto de não merecerem qualquer referência em inventário.

Morar em localidade que se caracterizava pelo predomínio da economia agropecuária, em que as fazendas ficavam distantes umas das outras, significava manter um estilo de vida elementar, sem preocupações com olhares alheios. O que não deve ser entendido como se diferenciações não fossem estabelecidas. As roupas de uso público, as roupas de montaria, e mesmo as do cotidiano poderiam ser confeccionadas com qualidades variadas de tecidos que representavam distinção social.²²⁹

Ressuscitemos o nosso guia europeu.

Em sua passagem por Barra da Vereda, ao observar os vaqueiros nos campos, escreve que

*“são vestidos de couro de veado da cabeça os pés. Essa vestimenta parece extravagante à primeira vista, mas é muito adequada, pois esses homens têm muitas vezes de correr atrás do gado, que foge através de arbustos espinhosos e das caatingas. A sua vestimenta consta de sete peças feitas de couro de veado. O chapéu, pequeno e arredondado, com abas estreitas, e alargado atrás para formar uma pala que abriga o pescoço; o gibão ou jaqueta, aberto na frente, por baixo do qual está o guarda-peito, largo pedaço de couro que desce até a barriga; polainas ou perneiras, por debaixo das quais estão as botas munidas de esporas. Uma vestimenta deste tipo é fresca, leve e defende dos espinhos e das pontas dos galhos”.*²³⁰

²²⁸ “Espécie de colete, cobria o corpo por baixo da sobrecasaca, do jaleco. Podia ter ou não manga. SANTOS FILHO, L. Op. Cit. p.404.

²²⁹ Ao discutir a moda no século XIX, Gilda Melo afirma que a roupa carrega as marcas da sociedade que a cria. Neste caso, o vestir “ao mesmo tempo que traduz a necessidade do adorno, corresponde ao desejo de distinção social.” SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. P.47.

²³⁰ WIED-NEUWIED, M. Op. Cit. p. 392.

A descrição que o olhar aguçado do príncipe visitante faz, permite que um leitor da atualidade perceba o quanto as características locais atuam sobre a vida das pessoas. O estilo de se vestir do vaqueiro condizia com sua realidade sócio-geográfica. É da natureza e de seu trabalho que retirava, inclusive, a roupa que cobria seu corpo. Denotava, ainda, a sua profissão e o que socialmente isto significava.

O algodão era outro produto, produzido localmente, que servia de matéria-prima para a confecção de roupas. Os panos mais grossos ficavam para a vestimenta dos escravos, os mais finos para a família do senhor usar em seu cotidiano.

Este tipo de vestimenta não aparecia em inventários, seu valor era insignificante aos olhos da sociedade. Outras roupas, confeccionadas com fazendas compradas em mãos de negociantes e tropeiros, a depender da qualidade do tecido, no caso chitas e baêtas ordinárias, por exemplo, também não representavam o suficiente para serem declaradas.

A vida era modesta também no vestir.

Durante seis anos, a casa de negócios do senhor Manoel José dos Santos Silva, forneceu aos sobrinhos e tutelados do Capitão Paulino Fernandes de Oliveira mercadorias para o provimento deles. Eram quatro crianças: João, onze anos, José, nove anos, Manoel, sete anos e Joaquim, quatro anos.

Na primeira compra para José constaram:

“Seis metros de Brim trigueiro no valor de 7\$680;

Seis ditos de Brim de Angola de primeira no valor de 9\$000;

Seis metros de cassineta no valor de 2\$000.

11 metros e 33/C de chita roxa²³¹ no valor de 7\$360;
6 metros e 6/C de madraço no valor de 3\$300;
2 metros de trançado azul no valor de 1\$600;
7 metros e 7/10 de algodão alvo fino no valor de 3\$540;
4 metros de brim branco fino de primeira no valor de 9\$120;
2 metros de alpaca fina no valor de 3\$000;
3 lenços de quad. No valor de 1\$200;
1 chapéu de chyles no valor de 8\$000;
1 par de sapatos de trança no valor de 2\$200.”²³²

Os tecidos, pouco se alteraram ao longo dos anos, a exceção da chita roxa que apenas aparece no primeiro lançamento. Em 1879 recebeu outro par de sapatos que foram repostos nos anos seguintes em dobro. Ao completar quatorze anos começou a receber material de montaria, *brida de platina, cabessão, par de estribos e esporas*, o que não ocorreu com todos os irmãos.

Para um jovem rapaz, filho de um coronel e tutelado por outro que se tornou seu padrasto, era uma quantidade e variedade de tecidos consideráveis. O valor de um bom cavalo consumido em roupas para um ano.

Estes tecidos se tornaram camisas, calças, coletes, vestidos, etc., nas mãos de seus compradores, e bens de valor nos inventários. Novamente a década de 70 aparece como referência. As roupas femininas e as de cama, mesa e banho ganharam maior projeção, além das vestimentas ligadas mais ao uso público como as casacas, os

²³¹ Provavelmente este tecido foi comprado para o luto do pai; há referência em outro inventário do uso deste tecido nesta cor para guardar o apreço ao morto. A chita preta também aparece em todas as notas de compra para funeral, seu uso parece obrigatório.

²³² A.F.J.M. - Inventário de Manuel Fernandes de Oliveira Doc. Cit.

sobreseos, paletós, xales, etc. Os tecidos também se sofisticaram com a presença da seda e do veludo em alguns inventários.

Além das fazendas e remédios variados, uma pessoa de pudesse pagar, ao entrar em uma boa mercearia da Imperial Vila da Vitória, também poderia comprar óculos, cigarreiras, cachimbos, gaitas, cordas de violão, escovas de dentes, sabonetes, de preferência ingleses.

Caso o nosso nobre visitante retornasse, algumas décadas mais tarde, ao Ser-tão da Ressaca, e passasse no Arraial da Conquista, elevada vila, poderia entrar em uma dessas lojas e sentir-se familiarizado com o que via: fazendas inglesas, vinhos portugueses, relógios suíços, fortificantes franceses a lembrar a velha Europa.

Com a perspicácia que sempre o acompanhou nas viagens, repararia que a quantidade de objetos oferecidos indicava que apenas alguns teriam o privilégio de consumir tais mercadorias. O que, provavelmente, já havia reparado ao andar pelas ruas da vila. De toda sorte, a Imperial Vila da Vitória, seguia, com passos ainda pequenos, a seu modo, os trilhos do Império dos trópicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo dos objetos materiais descritos em inventários, na segunda metade do século XIX, foi possível perceber o processo de produção/apropriação dos bens produzidos e consumidos na sociedade conquistense, o que representavam na vida quotidiana dos moradores da Imperial Vila da Victória e as modificações deste consumo.

O objeto material, dessa forma, ultrapassou seu aspecto funcional e foi tratado como um vetor de relações sociais, produto de escolhas, dos costumes das pessoas, associadas às condições geoclimáticas, econômicas, políticas e sociais.

O *Sertão de Ressaca*, palco de disputas de diferentes territórios, foi formado através da desterritorialização da população nativa e territorialização da sociedade branca que usou a construção de estrada e caminhos como principal dispositivo territorial, ao lado dos aldeamentos. Assim, a constituição da riqueza do arraial e posterior vila ocorreu com a expropriação e dominação da área já ocupada pelos indígenas. Uma nova lógica se impôs: a da acumulação, da propriedade e do poder, representada pelo predomínio da produção agropecuária.

A ocupação da população branca no Sertão da Ressaca além de excluir os povos indígenas através de métodos de assimilação e/ou agressão, não disponibilizou o acesso à produção aos novos habitantes.

A concentração de renda e de terra que caracterizou a história da Imperial Vila da Vitória em todo o século XIX indica como no interior da província a desigualdade social favoreceu a manutenção de uma elite familiar no controle político local.

Esta diferenciação pôde ser verificada no consumo de objetos do cotidiano. Poucos, muito poucos mantinham renda suficiente para a aquisição de bens conside-

rados mais sofisticados ou mesmo que oferecessem mais conforto em um local de instabilidade climática atingido por secas e enchentes que provocavam fome e perda das colheitas.

A consolidação deste território imprimiu um estilo de vida peculiar, de diferenças patrimoniais consideráveis e de austeridade em relação ao consumo.

No entanto, ao final do século XIX um padrão diferenciado de consumo se esboça e sugere uma maneira de viver mais sofisticada em relação a produtos de uso pessoal, vestuário, móveis e utensílios domésticos. Em todos estes casos ocorre uma diversificação de objetos que apontam para substituições ou apenas passam a coexistir com os anteriores.

APÊNDICE

ANEXO

1850

No. 4^{to}

Gravado de Ophthas da Imperial
Villa da Victoria

Imperatorio

Dona Yvonne Per de Ophthas -
Alfonsina Per de Ophthas

Exercício

A. P. Per de Ophthas

Autographo

1850

Acto do Nascimento de Nossa Senhora
Christa de mil e setenta e cinco
centos e dez e nove dias de março
de mil e setenta e cinco, na Villa
da Victoria, no Estado de Rio
Grande, que se celebrou no
ano que antecedeu a este.

Asentata

Los cinco dias de mayo de mayo de
Agosto de mil ochocientos e ochenta,
esta fazenda do Sobrado, em cuja
os seus inventariante caber os
pagos a ser en univrsidad con los
Lados juramentados sin, se pro-
ceder a cargando e analisis
en la forma siguiente:

Quin

Que inventariante e inventariante con
orden de sus con un con, con
por de veinte e este quinquen, que
de mil e de mil e quinquen,
Toda por veinte e este mil e

dezena? o valor cinco mil reis -

Dois vitaras de ouro vecchio quebrado, que fazem o valor de seis mil reis.

Uma Coralicia encasturada em ouro, que faz o valor de cinco mil reis.

Um Anete de ouro Massalunguiz velho, que avaliamos em cinco mil reis.

Cobre

Um inventariante e inventario um touço cobre furado, com o peso de seis Kilogramas, que tem o valor de seis mil reis.

Um dito, em bom uso com o peso que quatro Kilos, avaliamos por oito mil reis.

Morin

Dois inventariante e inventario dois machados em bom uso avaliados a mil e quinhentos cada um e ambos por tres mil reis.

Um dito, velho quebrado que faz o valor de quinhentos reis.

Dois foicey, usadas, avaliadas a cinco mil reis cada uma e ambos por quatro mil reis.

Tres ditos, usadas,

quatro mil e quinhentos reis.

Quas debitas quebradas avaliadas a mil reis cada uma e totas por doze mil reis.

Quas seiscentas em Comago, avaliadas a mil reis e ambas por doze mil reis.

Uma caixa em Comago, avaliada por cinco mil reis.

Uma dita velha pedrada que deu o valor de quatro mil reis.

Um Canteiro pedro, que deu o valor de doze mil e quinhentos reis.

Quas debitas em Comago, que deu o valor de quatro mil reis cada uma, e ambas por oito mil reis.

Uma Meza em Comago, com garrata que deu o valor de seis mil reis.

Um Camar, avaliados por seis mil reis.

Um Cithar, que deu o valor de vinte mil reis.

Depoimentos.

Deu e inventariante e inventario a meo do Antonio, freixo, soldado, com a idade de vinte annos,

cincenta da matricula geral. Cooy
da Uacao que foi exhibida em Juiz,
a qual escreva Peras as avaliadas
em o valor de quinhentos mil
reis.

Deu mais a escreva a Proclama
na, preta, solteira com vinte e
tray Annos de idade, matriculada
nesto Municipio com os numeros
mil cento e quarenta e nove da ma-
trricula geral e com da Uacao, que
deve o valor de quinhentos mil
reis.

Deu mais a escreva Simplicio,
preto, solteiro, de dezete annos de
idade, matriculado neste Municipio
com os numeros mil cento e cincon-
ta e um da matricula e tray da U-
acao, que deve o valor de um
cento de reis.

Deu a inventariante a
inventario, trinta e quatro vacas,
que deve o valor de vinte mil reis
cada uma e todas por um cento e
oitenta mil reis.

Oito novilhas de
tray annos, avaliadas a dezete
mil reis cada uma e todas por
cento e vinte oito mil reis.

Das ditas de Cooy
uma, avaliadas a Cooy mil reis cada

quarenta e cinco annos, avaliados a vinte e cinco mil reis cada um e todos por Quarenta e cinco mil reis.

Dois Murozinhos de cinco annos, avaliados a vinte e cinco mil reis, e todos por Quarenta e cinco mil reis.

Dois garratos, que são a treze annos, avaliados a quarenta e cinco mil reis cada um, e todos por quarenta e cinco mil reis.

Quatro ditos, que são a cinco annos a dez mil reis e cada um, e todos por cinquenta mil reis.

Quinze Cabeças de gado que são a cinco annos, avaliados a seis mil reis cada uma e todos por noventa mil reis.

Dois jumentos parecidos, avaliados a quarenta mil reis cada um, e ambos por oitenta mil reis.

Três ditos, de primeira mão, avaliados a trinta e cinco mil reis cada um, e todos por cento e cinco mil reis.

Uma dita de cinco annos avaliada por vinte mil reis.

Um jumento de cinco annos por trinta mil reis.

Um pimento pastor das egas, avali-
ado pela quantia de oitenta mil reis

Dois inventariantes e in-
ventarios, duas egas muito valho-
savalhas a dez mil reis, cada uma
e ambas por vinte mil reis.

Sette ditos parafusos
boas, a avaliadas a vinte e cinco mil
reis cada uma e todas por cento
e setenta e cinco mil reis.

Dois polares
de duas annos, avaliadas a vinte
mil reis cada uma, e ambas por qua-
renta mil reis.

Uma dita cega de
um olho, por quinze mil reis.

Dois ditos de um
anno a quinze mil reis, e ambas
por trinta mil reis.

Dois egas de
primeira munda, na Noes da Va-
ca, avaliadas a vinte e cinco mil
reis cada uma, e ambas por cin-
coenta mil reis.

Dois inventariantes
e inventarios, um cavallo de segun-
da munda chamado Sericema -
avaliado pela quantia de trinta
e cinco mil reis.

Um dito, de se-

de vinte e cinco mil reis

Um cavallo, usado
queirado de nome Tumaca, que
deve o valor de trinta e cinco mil
reis

Um foleto queirado de fei-
meira de nome Ponta d'
Agua, que deve o valor de trinta
e cinco mil reis

Um dito Cautanho
estrella de primeira Moura, que
deve o valor de trinta mil reis

Um dito Cautanho
de nome Balcao, que deve o valor
de trinta mil reis

Um dito de seis
anos, avaliados por vinte mil
reis

Quatro ditos de annos, avali-
ados a Dezesseis mil reis cada um
e tres por setenta mil reis

Um inventario de
mercaderias, nome d'ellas
Cautanho, morango, por seten-
ta mil reis

Um Curo de primeira
de nome, foleto de nome, foleto
de nome, avaliados por setenta mil
reis

Um dito foleto de primeira
de primeira Moura, foleto que

Deu o valor de setenta mil reis.
Um ditto do mesmo, pertencente
a Pedro, que tem o valor de quatro
centos mil reis.

Rainha

Deu o inventariante a inventario, o
peltis de Sobrado, com uma casa
coberta de telhas com uma porta
e duas janelas de frente e roda
de madeira com freixo e ta-
das de Confiteira pertencente
ao mesmo elle, que tem o valor
de cento e mil reis.

Dividas Activas

Declarou o inventariante que
a seu Casal tem por letra
a Antonio Joaquim da Silva, a
quantia de setenta mil reis.
E a os mesmos seu Ca-
sal e devedor por letra, Estre-
va Rodrigues do Nascimento
to a quantia de setenta e
cinco mil reis.

Termos de Declaração de

A assembleia legislativa Provincial envia ao Presidente da Provincia a inclusa resolução, tomada sobre proposta da câmara Municipal da Imperial Vila da Victoria; para que seja publicada, e se cumpra competente.

Paço da assembleia Legislativa da Provincia da Bahia 13 de Maio de 1842; 21º da independência, e do Império.

Cornélio Ferreira França	Vice - Presidente
João Mauricio Wanderley	1º Secretário
Vicente Maria da Silva	2º Secretário Int.

Publique-se com lei
Bª 18 de Maio de 1842
Joaquim José Pinheiro de Vasc.ºs

A assembleia legislativa da provincia da Bahia sobre proposta da câmara Municipal da Imperial Vila Victoria resolve o seguinte:

1ª

Edificar nesta Vila, e lugares públicos do seo Districto, bem como nas estradas, e levatarcerca, ou muro, sem que preceda gratuito alinhamento dado pela câmara:

Pena de 4\$ 000 reis, ou dois dias de prizã.

2ª

Alastar-se do alinhamento huma vez dado:

Pena de 4\$ 000 reis, ou dois dias de prizão, além da demulção do que estiver feito fora do alinhamento, a custa do infractor

3ª

Edificar, ou reedificar fora do seguinte prospecto:

Dezessete palmas de pé direito na maior altura; as portas de 12 palmos de altura, e quatro e meio de largura, sem degrao para a rua; as janellas com oito de altura, e três e meio de largura, havendo infallivelmente, na distancia de dez palmos, huma porta, ou janella; e sendo a extremidade exterior do telhado guarnecida de cachorros, em lugar de beira sob beira, attenta a debilidade dos materiais;

Pena de 2\$ 000 reis, e de ser a obra demolida à custa de seo dono.

4ª

O que quiser edificar dentro desta Villa sera obrigado, alem do que dispõem as Posturas 1ª e 3ª, a dar começo a obra dentro de seis meses, e a findal-a ao menos exteriormente dentro de dois anos, contados da data do arrendotamento.

Pena de 10\$ 000 reis, ou oito dias de prisão, duplicando-se na reincidencia, depois de nova intimação.

5ª

Todo o proprietário he obrigado a caiar a frente de suas casas annualmente no mez de Março:

Pena de 2\$ 000 reis, ou hum dia de prisão.

6ª

Fazer depósitos de pedras, terras, ou madeiras nas ruas desta Villa, salvo o caso de estar levantando alguma propriedade, ou edificio:

Pena de 4\$ 000 reis, ou dois dias de prisão duplicando-se na reincidencia

7ª

Não ter limpas, e aceradas as testadas de suas casas:

Pena de 4\$ 000 reis.

8ª

Conservar na frente das ruas, e muros, cerca de paô, fachinas, ou estrefques com forquillos, e paos:

Pena de 400 reis.

9ª

Ter muros arruinados, ou caídos, e não reedifical-os, levantal-os, ou cercal-os:

Pena de 2 \$ 000, ou hum dia de prisão, e de serem demolidos os muros à custa do infractor.

10ª

Fazer buracos ou escavações nas frentes das casas, quando estiver edificando, ou reformando, e não tapal-os :

Pena de 4 \$ 000 reais, ou dois dias de prisão.

11ª

As vallas, e escavações terão feito pelo menos sessenta palmos, distantes dos lugares de transitio, fora da Vila, e povoações; dentro porém, ou ao redor d'ekas, na distancia de hum quarto legoa, ficam absolutamente prohibidas.

Pena de 2\$ 000 reais, ou oito dias de prisão, sendo além disso entulhadas a custa dos infractores.

12ª

Fincar ou consertar fincadas nas ruas destas Vilas estacas, ou postes, debaixo de qualquer pretexto:

Pena de 6\$ 000 reais, ou seis dias de prisão.

13ª

Lançar imundices nas ruas, ou travessas dellas:

Pena de 1\$ 000 reais; sendo o infractor escravo sofrerá dois dias de prisão: salvo seo senhor pagar multa.

14ª

Entupir as fontes ou tanques de lugares públicos, ou lancarlhes imundices; desmanchar, ou deteriorar os ranchos, que se acham estabelecidos em lugares públicos para commodidade dos viajantes:

Pena de 4\$ 000 reis, ou quatro dias de prisão.

15ª

“ O amor não chega cedo ou tarde.

• O amor é pontual; chega sempre na hora certa.

Seja a hora que for ”.

Vender ou comprar por pezo, e medidas não aferidos pelo patrão do Conselho do mez de janeiro, e revistas no de julho:

Pena de 4\$ 000 reis ou quatro dias de prisão.

16ª

Vender ou comprar por peso, ou medidas falsificadas:

Pena de 1\$ 000 reais, ou cinco dias de prisão

17ª

Matar, ou esquartejar as rézes para negócio, em lugar que não seja para isso destinado pela câmara, ou sem licença dellas:

Pena de 6\$ 000 reais, ou três dias de prisão

18ª

He permitido, depois de pagos os direitos estabelecidos, vender carne fora do açougue; com tanto que se possa fiscalizar a limpeza dos talhos, a salubridade da carne, e a fidelidade dos pesos:

Penal, a mesma da postura antecedente.

19ª

Fica destinada para feira, e mercado público de todos os gêneros do consumo diário, a Praça da Matriz pousar pois para esse fim em outro lugar:

Penal de 2\$ 000 reis. He porem permitindo vagar pelas ruas, e outros lugares.

20ª

Todo o proprietario, ou pessoa que tiver na terra de renda juntos das estradas, e caminhos públicos, he obrigado a tel-as limpas e desamarradas.

Penal de 10\$ 000 reis, ou oito dias de prisão. Na mesma penal incorrerão os que não conservarem a estrada, que passarem por suas terras, limpas, e sem ramagens, que embarcarem o transito público.

21ª

Mudar ou tapar estradas públicas, caminhos ou travessas ora existentes; ainda mesmo a pretexto de melhoramento, sem autorização da câmara:

Penal de 12\$ 000 reis, ou seis dias de prisão, duplicando-se na reincidência.

22ª

Todos os lavradores, que tiveram açudes para regar, em tempo seco, soltarão as agoas por espaço de oito dias, deixando-as correr nos rios, e regarão outro tanto tempo interpoladamente, sem demolir os açudes.

Penal de 3\$ 000.reis, ou oito dias de prisão, que será duplicada na reincidência

23ª

Havendo mais de hum lavrador, que tenha açudes no mesmo rio, regarão todos dentro dos oito dias especificados, sem que os debaixo incomodem aos de cima:

Penal a mesma postura antecedente.

24ª

Espalhar as agoas o lavrador, que tem riachões, para fazer pastos, e pantanos:
Pena a mesma.

25ª

Roçar, plantar, e descortinar as nacenças das agoas:
Pena, a mesma.

26ª

Roçar as margens dos rios, ou riachos em distancia de vinte palmos:
Pena de 6\$ 000 reis ou três dias de prisão.

27ª

Continuar o rego por detraz da matriz, sem que sejam encanadas as agoas com pedra e cal, ou madeira de melhor duração:
Pena de 4\$ 000 reis, ou dois dias de prisão, duplicando-se na reincidência.

28ª

Lançar fogo nas mattas em geral, e nos campos antes do tempo:
Pena de 30\$ 000 reis. Se transgressar for pobre, ou escravo, será punido com oito dias de prisão.

29ª

Lançar fogo em roças, sem fazer aceiros de três braços em roda dellas, e sem avisar anteriormente aos vizinhos.
Pena da mesma postura antecedente.

30ª

Todo o lavrador, no lugar onde se criar gados, he obrigado a fazer cercas fortes de altura de sete palmos á roda de suas roças.
Pena de 8\$ 000 reis, ou quatro dias de prisão.

31ª

Fazer dentro da Vila, e Arraias, pelas ruas, ou casas, das oito horas da noite em diante butuques, vizerias, e estrondos de qualquer especie, d'onde provenha a perturbação do socego publico, ou dos vizinhos.

Pena de 10\$ 000 reis, ou oito dias de prisão, que será imposta ao dono da caza, ou motor; e os mais infractores incorrerão na de 3\$ 000 reis, ou quatro dias de prisão.

32^a

Representar contra, longras, cometidas, ou outros divertimentos, e espetaculos publicos, que offendão a moral publica, sem licença da câmara, mediante a gratificação de 1\$ 000 reis para as obras do município:

Pena de dois dias de prisão.

33^a

Soltar foguetes, vulgarmente chamados busca pes.

Pena de 6\$ 000 reis, ou três dias de prisão.

34^a

Dar tiros dentro da Vila, ou de qualquer povoação:

Pena de 4\$ 000 reis, ou quatro dias de prisão, sendo dados de dia, o duplo sendo de noite.

35^a

São prohibidos ajuntamentos de escravos em batuques, e algazarras dentro da Vila, e Arraiaes:

Pena de quattros dias de prisão, a cada hum que fizer parte de taes ajuntamentos.

36^a

O taberneiro que consentir escravos em sua taberna por mais tempo que o necessario para a compra dos gêneros, sendo encontrados a comer, jogar, ou a fazer cousas semelhantes:

Pena de 6\$ 000 reis, ou oito dias de prisão, duplicando-se na reincidência.

37^a

Accitar em sua caza escravos alheios:

Pena a mesma da postura antecedente; além da reparação dos domno.

38^a

O escravo que for encontrado pelas ruas das nove horas da noite em diante, sem bilhete de seo senhor.

Pena de ser recolhido a cadeia até que seo senhor o procure.

39^a

Ter depozito de polvora, ou fazer fogos de artificio dentro desta Vila, e fóra della, em lugar que não seja designado pela Câmara:

Pena de 6\$ 000 reis, ou quatro dias de prisão.

40^a

Vender remedios falsificados, ou corrompidos; alterar a receita; vender remedios activos, suspeitosos, perigosos, ou venozos, sem receita de professor autorizado; e mesmo vender mantimentos corrompidos, e generos falsificados:

Pena de 30\$ 000 reis, e oito dias de prisão: agravando-se nas reincidencias a 60\$ 000 reis, e trinta dias de prisão.

41^a

Andarem pelas ruas desta Villa, e pousoações, pessoas embrigadas, e loucos de qualquer especie:

Pena para as primeiras, de ser recolhidas á cadeia, onde ficara seis dias; e para os segundos, de serem remetidos ao recolhimento da casa de caridade, que mais conveniente for, a custa da Câmara.

42^a

Ter saltos pelas ruas, ou estradas, cães, e animais ferozes:

Pena de 4\$ 000 reis, e de serem mortos ao cães, ou animais; salara a reparação do domno.

43^a

Vagarem pelas ruas desta Vila animaes domminhos:

Pena de serem aprehendidos, e vendidos em proveito dos cofres municipaes: sendo tambem seos donos multados em 2\$ 000 reis cada hum delhes.

44^a

Criar porcos soltos dentro da Villa, e povoações:

Pena de serem aprehendidos os porcos e vendidos em proveito da municipalidade.

45^a

Andar, ou entrar a cavallo nesta Vila ás carreiras, ou galo pondo;

Pena de 2\$ 000 reis po
r cada vez, duplicando-se na reincidencia.

163

46ª

Entrar nesta Vila, e Povoações com a z braba laçada, ou salta:
Pena a mesma da postura antecedente.

47ª

Andarem expostos á propagação, pelas praças, e logradouros desta Vila, egoas, e
jumentoa:

Pena a seos donos de 10\$ 000 reis, ou cinco dias de prisão; duplicando-se na
reincidencia.

48ª

Criar cobras, e ovelhas nesta Villa, sem pastor:

Pena de serem apprehendidas, e vendidas em proveito dos cofres municipaes,
sendo tambem seos donos multados em 4\$ 000 reis.

49ª

Jogar jogo de parar:

Pena ao dono da caza de 30\$ 000 reis, ou oito dias de prisão; e a cada hum dos
jogadores de 8\$ 000 reis, ou seis dias de prisão; duplicando-se na reincidencia.

50ª

He absolutamente prohibido qualquer jôgo em lojas, ou tabernas; assim como
com filhos familias, ou escravos, em qualquer parte do municipio:

Pena de 10\$ 000 reis, ou oito dias de prisão; e sendo o infractor escravo, alem da
prisão, sera seo senhor condemnado nas custas.

51ª

Ficão sem efeito as disposições em contrario.

Paço da Assembléa legislativa da Província da Bahia 13 de Maio de 1842: 21º
da Independencia, e do Império.

Cornélio Ferreira França
João Mauricio Wanderley
Vicente Maria da Silva

Vice - Presidente
1º Secretário
2º Secretário Int.

Dados: Seção de Arquivo
colonial e provincial

Presidência da Provincia
Governo
Assemblêia Legislativa
provincial

1842 1845 Nº 1216

Palanica sobre a casa do Tomado Torante
 Manuel José dos Santos Silva, em 9 de Setembro de 1852

Farmadas

2 Picas de Lima angolles 12 ^o 2/3 attos	55,40	12007	96,500
2 Q ^{as} " " " " 4 ^o	48,00	12300	65,800
Retalhos " " " " 3/8	0,50	1250	8,275
2 Picas " " " " 050	45,42	1075	104402
1 " " " " " " 75	28,74	1012	234470
1 " " " " " " 401	22	900	19,500
1 " " " " " " 75	25,83	720	20,204
1 " " " " " " 2	30,40	1030	24,522
1 " " " " " " 420	40,50	1000	40,800
1 " " " " " " 2075	53,00	1950	12,920
1 " " " " " " 20	22,50	1800	42,300
2 " " " " " " 704	12,00	2757	25,674
1 " " " " " " 655	13,80	1250	18,000
1 " " " " " " 3 ^o 1/2 1/2	29	1640	18,250
1 " " " " " " 70 30	1607,20	1075	14,400
Retalhos " " " " " " 45	1,500	7200	7,200
1 Pica de Yanga 70 30	28 1/2	400	11,400
1 " " " " " " 1	15	1800	12,000
1 " " " " " " 10	312,50	400	143,250
1 " " " " " " 2	40,20	4500	24,792
1 " " " " " " 4	28,50	1200	14,400
1 " " " " " " 100	150,50	490	43,709
1 " " " " " " 150 2	150,00	4500	25,750
1 " " " " " " 1	52,70	1110	7,810
1 " " " " " " 110 7/10	140	4400	50,004
1 " " " " " " 70 5	47,50	450	20,400
1 " " " " " " 100 2	25,90	4440	15,796
1 " " " " " " 20 7	92,00	480	44,976
1 " " " " " " 1	120,50	1400	50,260
Continua		12	1159,92

Transporte

Retablos de Omei	apoyos	Tdo	90 $\frac{1}{2}$	208	2,504,949
Idem	n n	distancia	27 $\frac{1}{2}$	250	6,875
Idem	n n	Grande Oceano	34	330	11,222
6 Pegas	n alg ^{on}	Tela	144	220	3,1680
2 n	n n	alvo T 300	48	200	12,480
1 n	n n	A Vista Foye	24	260	6,240
4 n	n n	70: 10	96	280	26,880
4 n	n n	Cayakibu	96	240	23,040
2 n	n n	70: 07	48	300	7,4400
3 n	n n	Tela	72	260	18,720
3 n	n n	Monte Grosso	72	320	23,040
1 n	n n	Libre Dade	24	280	6,720
1 n	n n	Victoriano	24	270	6,480
Retablos	n n	Cayakibu	18 $\frac{1}{2}$	240	4,440
Idem	n n	Invenid	24 $\frac{1}{2}$	260	5,525
Idem	n n	Tela	12 $\frac{1}{2}$	260	3,250
Idem	n n	Victoriano	11 $\frac{1}{2}$	270	2,405
Idem	n n	Jacari	11 $\frac{1}{2}$	320	3,680
Idem	n n	Libre Dade	34 $\frac{1}{2}$	280	9,660
Idem	n n	70: 07	25 $\frac{1}{2}$	300	7,650
Idem	n n	n 10	7	280	1,960
Idem	n n	Monte Grosso	0	320	1,920
Idem	n n	A Vista Foye	24	260	5,460
2 Pegas	n n	azul B Foye	63 $\frac{3}{4}$	520	33,750
1 n	n n	Americano	39	600	23,400
1 n	n n	rusado azul 2x8	32	440	7,4080
1 n	n n	BB	34 $\frac{3}{4}$	320	11,120
4 n	n n		32	300	9,600
2 n	n n		10	200	2,000
4 n	n n	Estora de quadro	70 $\frac{1}{2}$	380	26,790
4 n	n n	mae de	78 $\frac{1}{2}$	380	29,820
		Continua			2,998,150

Transporte

				400	111059,90
2	Pecas de Chita	768	1139,95	200	24,937
4	" " " " " "	" "	1139,95	500	452045
2	" " " " " "	763	1134,45	500	142225
2	" " " " " "	" "	1134,45	500	664200
2	" " " " " "	" "	1134,45	500	61,200
2	" " " " " "	" "	1134,45	500	34,240
5	" " " " " "	769	1137,10	400	294000
2	" " " " " "	" "	1137,10	400	13144
1	" " " " " "	" "	1137,10	450	7,400
1	" " " " " "	" "	1137,10	600	5,400
1	" " " " " "	" "	1137,10	500	5,300
1	" " " " " "	" "	1137,10	500	5,300
6	" " " " " "	" "	1137,10	500	105,476
8	" " " " " "	" "	1137,10	320	2,488
2	" " " " " "	" "	1137,10	500	50,000
2	" " " " " "	" "	1137,10	500	38,800
8	" " " " " "	" "	1137,10	500	60,350
4	" " " " " "	" "	1137,10	400	9,200
1	" " " " " "	" "	1137,10	450	6,240
1	" " " " " "	" "	1137,10	500	49,840
2	" " " " " "	" "	1137,10	450	42,438
4	" " " " " "	" "	1137,10	500	55,100
9	" " " " " "	" "	1137,10	500	3,250
1	" " " " " "	" "	1137,10	500	2,940
1	" " " " " "	" "	1137,10	400	14,520
	Retalhos " " " "	" "	1137,10	400	48,780
	Idem Chita " "	" "	1137,10	400	51,000
12	Pecas de madeira Expositas	" "	" "	5000	20,000
5	" " " " " "	" "	" "	5000	4,000
20	" " " " " "	" "	" "	5000	5,000
2	" " " " " "	" "	" "	5000	2,000
4	" " " " " "	" "	" "	5000	2,000

moneda

35184250

1	Corio de Casimira		5000	3000
2	Dito n n		5500	42500
2	Dito n n		9000	18000
1	Escu n n	pretu a Corda 7/5 7/8 1/10	3450	241570
1	n n n n	n 18	41200	75600
1	n n	Sedon Francey 29 8/10	41500	444700
1	n n	n 2 25	24700	82795
1	n n	panna da terra n 8 5/10	40000	351200
1	n n	n n n n n n 35 3/4	41800	169440
1	n n	n Ferro n 1 1/2	71800	111700
1	n n	n Natron n 22	90000	198000
1	n n	n Mercurio phantama n 2 9/10	44500	134500
1	n n	n Osmio de Fayal Tola 19	10000	19000
5	n n	n Plunium 74 1/2 8 7/10	900	79410
2	n n	n Telugues n 9 1/4	400	652800
42 8/10	Aptor de Serran Lora		200	211100
0	n n	n esquis Meito	10000	64000
4	n n	n n n 120	200	67300
3	Colortores adumareate		24200	52600
3	Dito pintores		14500	44200
1	Escu de lutha de Serran			22000
1	Dito n n n			7000
1 1/2	n n	n n	0000	74200
1 1/2	n n	n afortunada	44800	64800
1	Escu de lutha de Serran			11666
1	Dito n n			1200
1	Escu de Casimira Jacomita		70000	60000
1	Dito n n		5000	43000
1	Dito n n		5000	43000
1	Dito n n		5000	43000
1	Dito n n		5000	43000

46891997

Transporte

	Fr.		
8 Pontes de travessa n.º 18 g.	375	2,475	5,758,287
11 D ^o n n Clademor	470	4,570	
10 D ^o n n n Petros	210	2,100	
1 Pua n medathas cellulosa		5,000	
11 Jares n argolas n	333	3,063	
8 D ^o n fulceiras n.º 0900	533	6,004	
1 1/2 D ^o n bonicos pretos	2400	13,400	
2 1/2 D ^o n voltas semelhas	21	5,000	
75 Fios n figa		4,500	
32 Me ^o n coral	280	8,960	
4 Oculos Fines	400	4,082	
1/2 D ^o de pios de folha		2,000	
1 1/2 D ^o n berimbãos	200	1,450	
1 1/2 D ^o n botões neg. Preta n.º 1	2400	3,400	
11 Fios n n gr " n n n	233	2,565	
1 Groza n n perola n.º Collete		3,500	
1 Pua n n n n Petros		1,500	
2 Grozas n n orlas de seda. Collete	1000	3,200	
1 D ^o n n n n n n n		3,200	
30 D ^o n n n n n n n	320	9,000	
18 n n n n n n n	200	3,000	
8 n n n n n n n	200	2,880	
35 Grozas n n Louca petonga n.º Collete	1300	4,980	
3 1/2 D ^o n n n n n n n	21	7,000	
13 1/2 D ^o n n n n n n n	2400	9,800	
11 Pua n n perola n.º Collete	70	1,770	
7 1/2 Grozas n n Louca n n n	400	3,000	
7 1/2 Pua n n n n n n n	7500	14,325	
2 1/2 D ^o n n n n n n n	2900	6,300	
1 D ^o n n n n n n n		4,500	
4 n n n n n n n		1,000	
3 1/2 D ^o n n n n n n n	2000	5,500	
		4,02,600	5,758,287

Transporte

		R\$,	297,537	5.150,707
5	Cartões de Tracura N.º 189.	375	2,000	
11	Q ² n n Academas	470	4,570	
10	Q ² n n n p ² tes	210	2,100	
1	P ² ua n medathas celluloid		5,000	
11	Jarri n argolas n	302	3,002	
8	Q ² n fulceiras n.º 0968	533	6,004	
1 1/2	Q ² n brinco p ² tes	2400	13,400	
2 1/2	Q ² n voltas semelhas	21	5,200	
75	Fios n liga		4,500	
32	Mo ² to n coral	280	5,960	
4	Oculos Fios	100	4,002	
1/2	Q ² de p ² ica de folha		2,000	
1 1/2	Q ² n berimbao	200	1,450	
1 5/8	Q ² n lutas p ² nas p ² tes n 7 ^o	2400	3,400	
11	Jarri n n gr n n n n	232	2,565	
1	Grossa n n perola p ² Collete		3,500	
1	P ² ua n n n n p ² tes		500	
2	Grossas n n orio de d ² na Collete	1000	3,200	
1	Q ² n n n n n p ² tes		3,200	
30	Q ² n n n osso / Fios n Balga	320	9,000	
18	n n n n 4/ n n n	200	3,000	
8	n n n n ago n n	200	2,550	
55	Grossas n n Louca p ² tes n p ² tes	1500	4,950	
3 1/2	Q ² n n n n n Collete	21	7,000	
3 1/2	Q ² n n n n n p ² tes	2800	9,800	
11	P ² uas n n p ² tes n n n	70	1,770	
7 1/2	Grossas n n Louca n n	400	2,000	
7 1/2	P ² ua n p ² tes n n n n	7500	14,375	
2 1/2	Q ² n n n n n p ² tes	2500	6,300	
1	Q ² n n n n n n			
4	n n n n n n	41	1,000	
3 1/2	Q ² n n n n n n	2800	5,400	
	Continua	47	102,000	5,550,707

Item Description	Quantity	Unit Price	Total Price
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.
31.
32.
33.
34.
35.
36.
37.
38.
39.
40.
41.
42.
43.
44.
45.
46.
47.
48.
49.
50.
51.
52.
53.
54.
55.
56.
57.
58.
59.
60.
61.
62.
63.
64.
65.
66.
67.
68.
69.
70.
71.
72.
73.
74.
75.
76.
77.
78.
79.
80.
81.
82.
83.
84.
85.
86.
87.
88.
89.
90.
91.
92.
93.
94.
95.
96.
97.
98.
99.
100.

Demandas

17	Pecas de lã de São Paulo	190	3,250
4	Dois " " " " " " " "	1800	2,000
9	Dois " " " " " " " "	512	5,000
3	Dois " " " " " " " "	3200	0,400
2	" " " " " " " "	24	5,000
5	" " " " " " " "	100	3,500
2	" " " " " " " "	950	1,900
2	" " " " " " " "	850	1,700
1/2	" " " " " " " "		375
4	Pecas " " " " " " " "	90	360
4	Dois " " " " " " " "	1800	2,200
2	" " " " " " " "	4500	4,250
0	Pecas e agulheiros bordados	14	0,500
1	Caixa " " " " " " " "		2,200
65	Algodões sortidos	2,000	2,980
1	Dois de algodão 1/22		2,200
77	Dois " " " " " " " "	500	2,500
1	Dois " " " " " " " "		0,000
4	Dois " " " " " " " "	30	0,000
2	" " " " " " " "	40	1,500
15	Dois " " " " " " " "	200	3,000
4	Dois " " " " " " " "	400	2,000
2	Dois " " " " " " " "	1500	3,000
140	Dois " " " " " " " "	220	3,200
6	" " " " " " " "	140	1,800
6	" " " " " " " "	180	7,000
87	" " " " " " " "	340	2,000
5	" " " " " " " "	300	1,500
5	" " " " " " " "	360	1,300
34	" " " " " " " "	100	5,000
60	Dois " " " " " " " "	70	1,000
4	Dois " " " " " " " "	60	2,000

Continua

17,42,559 5,50,151

Cuentas de...		Debe	Haber
100	...	100	20,000
100	...	120	12,000
50	...	130	0,500
154	...	90	13,800
72	...	160	20,320
150	...	90	13,500
230	...	50	16,500
54	...	700	47,200
15	...	440	27,840
22	...	300	6,600
13	...	220	3,800
157	...	180	28,620
112	...	140	18,680
7	...	70	42,000
5	...	80	24,000
1	...		4,000
1	...		6,000
25	...	666	131,486
15	...	333	5,994
25	...	666	17,649
23	...	582	13,787
14	...	232	4,928
22	...	300	5,000
27	...	200	27,000
10	...	1500	3,000
50	...	100	8,000
20	...	100	1,000
18	...	2400	2,800
3	...	100	3,333
10	...	100	1,000

Transporte

1	Quilão de Housinas Portuarias	500	2,272,000	5,425,500	5
400	Onzões sortidos	525	2,112		
15	Quilão de oleo labora N.º 330	2400	4,400		
$\frac{2}{3}$	" " " " verdadeiro	8400	5,100		
7	" " " " otira		12,500		
1	" " " " essencia otira		13,000		
$\frac{1}{2}$	" " " " agua florida		8,750		
7	" " " " Gatchouly River N.º 2620		70,000		
$\frac{2}{3}$	" " " " vidro agua colonia	2400	1,100		
2	Frascos " " " " " " " " " " " "	1500	3,000		
5	Barris " " " " " " " " " " " "	900	4,500		
7	" " " " " " " " " " " " " " " "	483	3,250		
1	Calis Louca e Banha		1500		
40	Latinhos e Banha N.º 124	80	3,440		
$\frac{1}{2}$	Quilão de vizor de Ayar		5,250		
$\frac{1}{2}$	" " " " Tomco Oriental		5,750		
10	Historias Sagradas de Noqueira	50	50,000		
6	Cathacinos	10	0,000		
10	Comp. Geographia Soure Part.	2500	25,000		
10	Thesouro de Memorias	1700	17,000		
2	Cartilhas	552	1,666		
5	Elementos de ensino Linear	400	2,000		
5	Livros 1.º de Leturas	500	4,000		
1	Dito 2.º " "		7,400		
8	Grammaticas de F.º de Almeida	40	8,000		
25	Horas Marianas e Portareja	40	8,000		
90	Cartas A. B. C.	30	2,700		
700	" " " " " " " " " " " " " " " "		3,000		
29	Bom Livro de Ricardo	00	7,740		
144	Orthographia				
	Orthographia	700	7,000		
2	Folhetim de Rio	450	900		
	Continua	500	2,547,265	5,152,150	

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**DOCUMENTOS****ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - APM**
Belo Horizonte – Minas Gerais

Seção Provincial
Fundo Presidente de Província

Série: Correspondência Recebida 1825 - 1877
Sub-série: Catequese indígena
Sub-série: Comércio, agricultura, artes, indústria e pecuária
Sub-série: Divisão administrativa, eclesiástica e judiciária da província
Sub-série: Câmaras Municipais
Sub-série: registros, barreiras e recebedorias

ARQUIVO DO FÓRUM JOÃO MANGABEIRA - AFJM
Vitória da Conquista – Bahia

Inventários 1839 – 1895:
Caixas: 03,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18.
Diversos 1840 – 1850

MUSEU MUNICIPAL PADRE PALMEIRA
Vitória da Conquista – Bahia

- Livro de Registro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal. 1893-
1902

ARQUIVO MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
Rio de Contas - Bahia

Fundo: Câmara Municipal

Série: Livros século XIX

- Registro de portarias, decretos e editais - 1829
- Atas das sessões da Câmara Municipal de Rio de Contas
- Correspondência
- Ofícios século XIX

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Salvador - Bahia

Seção: Colonial Provincial

Série: Registro Eclesiástico de terras

Maço: 4830, 4831

Série: Correspondência Minas Gerais

Maço: 1119 - 1823 - 1870

Maço: 1120 - 1835 - 1889

Série: Dossiê sobre aldeamentos

Maço: 603 - Cadernos 11 e 23 1758 - 1759

Série: Câmara Caetité

Maço: 1276 - 1833 - 1872

Série: Câmara Vitória

Maço: 1463 - 1840 - 1866

Maço: 1464 - 1863 - 1889

Série: Câmara Santo Antonio da Barra

Maço: 1429 - 1861 - 1889

Série: Índio - Diretoria Geral

Maço: 4610 - 1709 - 1861

Maço: 4611 - 1823 - 1853

Maço: 4612 - 1857 - 1864

Maço: 4613 - 1823 - 1881

Maço: 4614 - 1866 - 1889

Série: Governo

- Registro Correspondência Expedida

Maço: 1707 - 1840 - 1846

- Vitória

Maço: 5494 - 1866 - 1887

- Catálogo ofícios de câmara

Maço: 5495 - 1828 - 1889

Série: Meios de Transporte

Maço: 4945,4946,4947,4948,4950,4951,4952

Série: Seca

Maço: 1607

Maço: 1608

Série: Agricultura

Maço: 5055, 4635

Série: Juizes

Maço: 2637

Série: Comissão de Obras

Maço: 1589, 1590

Série: Abastecimento

Maço: 4632

Série: Comércio

Maço: 4626, 4627

Série: Fábricas

Maço: 4620

Seção: Judiciário

Série: Tabelionato

Livro: S.R.J. 125/6 - Caetité

Livro: S.R.J. 125/1 - Brumado

Livro: S.R.J. 125/1 - Condeúba

Série: Posturas

- Vitória Livro 861
- Interior da Bahia Livro 862
- Santo Antonio da Barra – Livro 860

Seção: Biblioteca

Série: Falas, Mensagens e relatórios dos presidentes de provincia

MAGALHÃES, J.M., 1848

MARTINS, F.A., 1848

WANDERLEI, J.M., 1855

MONCORVO, L., 1856

ROCHA, A.L.F., 1870

COUTO, J.J.A., 1870

LOURENÇO, B., 1871

COUTO, J.J.A., 1871

COUTO, J.J.A., 1872

COUTO, J.J.A., 1873

HENRIQUE, J.A.A.F., 1872

LISBOA, V., 1874

LISBOA, V., 1875

LISBOA, V., 1876

MACHADO, A.C., 1873

LUCENA, H.P., 1877

FERREIRA, I.J., 1878

BULCÃO, A.A., 1879

BULCÃO, A.A., 1880

· PARANAGUA, L., 1881

PARANAGUA, L., 1882

SOUZA, P.L.P., 1882

SOUZA, P.L.P., 1883

SOUZA, P.L.P., 1884

PIMENTEL, E., 1885

PORTELA, M.N.M., 1888

MELLO, T.M.F., 1887

ESPINEIRA, A.F., 1889

LIMA, J.M.R., 1892/3/4/5/6

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
Salvador – Bahia

Jornal Diário da Bahia
Jornal da Bahia
Diário de Notícias

UFBA – MESTRADO HISTÓRIA
Salvador – Bahia

MICROFILME

Jornal da Bahia
Diário de Notícias

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO

Cópia da Carta do capitão-mor João Gonçalves da Costa ao Desembargador Francisco Nunes da Costa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil-Avulsos. (Arraial de Nossa Senhora da Victória, 30 de julho de 1783), p. 160-1.

LIVROS, TESES, ARTIGOS

- ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.
- AGUIAR, Durval V. *Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1979.
- AGUIAR, Itamar P. de. *As religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista: caminhos da diversidade*. Dissertação defendida junto ao Mestrado em Ciências Sociais da PUC/São Paulo, 1999.
- ALENCASTRO, L.F. (org.) *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia da Letras, 1997
- AMARAL, Braz do. *Historia da Bahia: do império à república*. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia, 1923.
- BARROS, Francisco B. *Bandeirantes e sertanistas baianos*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919\1920.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: UFBA, 1989.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação de mestrado em História Social – USP, 1994.
- CERTEAU, Michel de et alli. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Vol. II. Rio de Janeiro: Vozes, 1997
- BRAUDEL, Fernand. *Civilización material y capitalismo*. México: Labor, 1972.
- CALMON, Pedro. *A conquista: história das bandeiras baianas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- CASTRO, Josué. *Geografia da Fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica S.A., 1948.

Sete palmeiras de terra e um caixão. São Paulo: Brasiliense, 1967

- ELLIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966.
- IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)* Dissertação Mestrado, UFMG, 1998. P. 57
- FLEXOR, M. H. *Mobiliário brasileiro: Bahia*. São Paulo: Espade, 1978.
- JAMBEIRO, M. de Brito. *Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*. São Paulo: USP, 1973. p.17.
- LINHARES, M.H. *História do abastecimento no Brasil: combates e controvérsias*. São Paulo: Brailiense, 1981.
- LE GOFF, Jacques(ORG) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE MOS, Carlos A.C. *As cozinhas, etc*. São Paulo: Ed., Perspectiva, 1978.
- LENHARO, A. *Tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: USP, 1980.
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. USP, tese de doutoramento, 1998.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MONTEIRO, Tânia Penido. *Portugueses na Bahia na Segunda metade do século XIX: emigração e comércio*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração Centro de Estudo, 1985.
- MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. Brasília: Coordenada Editora de Brasília, 1972.
- PARAÍSO, Maria H. B. *Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Salvador: Dissertação de mestrado UFBA, 1982.
- PONDE, Consuelo. *Introdução ao estudo de uma comunidade em Itapicuru no século XIX*. Salvador: UFBA.

- REGNI, Pietro Vittorino, *Os capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da igreja no Brasil*. Vol. 2. Salvador: Convento da Piedade, 1988.
- REIS, J.J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na corte*. Niterói: UFF, 1995, p. 42. (dissertação).
- SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996
- SANTOS, Erilza G. dos. *O diretor de índios: análise preliminar dos diretores parciais de aldeias indígenas - Bahia, 1845 - 1889*. Dissertação UFBA, p.21
- SANTOS, M. etti alli.(org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996. P.251-2. Conferir também ZORZO, A. Francisco. Op. Cit.
- SANTOS, Shirlei Martins dos. *Reconhecendo os engenhos da freguesia de Santo Antonio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII*. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da UFP, 1995
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. Rio de Janeiro: E.L.N. , s/d.
- SANTOS FILHO, L. *História geral da medicina brasileira. Vol. 1*. São Paulo: HUCITEC - EDUSP, 1991
- SÃO PAULO, F. *Linguagem médica popular no Brasil*. 2º vol. Salvador: Ed. Itapoã, 1970, p.237.
- SILVA, Silvio C.B.M. *Urbanização e metropolização do estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989.
- SOUZA, Laura de Mello e (ORG) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Cia das Letras, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. *P diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 199 . p. 115.
- SPIX, e Martius. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. São Paulo: USP, 1981.
- SOUZA, Laura de Mello e (ORG). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia da Letras, 1997

- Tipos e aspectos do Brasil – Excertos da Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1956, p. 124.
- SOUZA, M.A.S. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Dissertação apresentada ao Mestrado em História – UFMG, 1998.
- SOUZA, B.J. *Arreios, currais e porteiras: uma leitura da vida política em Conquista na primeira República*. São Paulo: PUC, 1999. (dissertação)
- TANAJURA, Mozart. *História da Conquista: crônica de uma cidade*. PMVC., 1992.
- TORRES, Tranquilino. *O município da Vitória*. Vitória da Conquista:UESB, 1996.
- VIANA, Aníbal. *Revista histórica de Conquista*. Vitória da Conquista, 1988.
- VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- ZORZO, Francisco A. *As práticas de territorialização e a formação de uma rede no Brasil: doze cidades conectadas pela ferrovia do Sul do recôncavo e Sudoeste da Bahia. 1870 – 1930*. Departament de Composició Arquitectonica, Universitat Politècnica de Catalunya. Tesi de doutorado, 1998.
- Revista Cultural . Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, nº 01 , ano 01,1988.
- Anais do Museu Paulista: história e cultura material. São Paulo: USP, vol.1,2,3, 1993\4\5.
- JORNAL DO SUDOESTE. Caderno especial aos 158 anos de Conquista. 1998.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Edição especial comemorativa dos 250 anos de Minas Novas, vol. XVIII. Belo Horizonte, 1981. P. 145-8.
- História e cotidiano no Planalto da Conquista, Memória conquistense nº 3. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1998.
- Memória Conquistense nº 4. *Política: o poder em disputa*. Vitória da Conquista e região. Vitória da Conquista: UESB, 1999, P. 76.